



RELATÓRIO E CONTAS

2019

international investment bank

ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO	8
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	8
2. O BANCO	11
2.1. Capital Social e Estrutura Acionista	13
2.2. Órgãos Sociais	14
2.3. Presença Geográfica, Rede de Distribuição e Instalações.....	16
2.4. Recursos Humanos	17
3. Enquadramento Económico 2019	19
3.1. Enquadramento internacional.....	19
3.2. Enquadramento Nacional	22
4. Atividade Comercial	24
4.1. Estratégia e Modelo de Negócio	24
5. Análise do Risco do Crédito	28
5.1. Carteira de Crédito e Imparidade/Provisões	28
5.2. Análise e Gestão do Risco de Crédito	39
6. Análise da Evolução da Atividade	50
6.1. Síntese da Atividade	50
6.2. Balanço	55
6.2.1. Ativo	55
6.2.2. Passivo	58
7. Resultados, Rácios Financeiros e Prudenciais	61
7.1. Resultados	61
7.2. Rácios Financeiros.....	66
7.3. Rácios Prudenciais.....	68
8. Notas Finais	69
8.1. Declaração de conformidade sobre a Informação Financeira apresentada.	69

international investment bank

8.2.	Proposta de Aplicação dos Resultados.....	70
8.3.	Perspetivas Futuras.....	71
8.4.	Agradecimentos.....	72
II.	Demonstrações Financeiras e Notas às Contas.....	73
1.	Demonstrações Financeiras.....	73
2.	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.....	78
3.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	154
4.	Relatório da Auditoria Externa.....	156
III.	Informação sobre o Governo da Sociedade.....	162
1.	Estrutura Organizacional e Governativa.....	162
2.	Descrição das funções e responsabilidades de cada membro do órgão de administração da instituição.....	163
3.	Sistema de Controlo Interno e de Gestão de Riscos.....	164
3.1.	Risco Global.....	164
3.2.	Compliance.....	165
3.3.	Auditoria Interna.....	167

international investment bank

ÍNDICE DE NOTAS ÀS CONTAS

NOTA 1: Atividade	78
NOTA 2: Bases de Apresentação e Políticas Contabilísticas.....	78
NOTA 3: Principais Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.....	103
NOTA 4: Reporte por Segmentos.....	105
NOTA 5: Juros e Proveitos Similares.....	106
NOTA 6: Juros e Custos Similares.....	106
NOTA 7: Proveitos e Custos de Serviços e Comissões	106
NOTA 8: Resultados de Reavaliação Cambial.....	107
NOTA 9: Outros Resultados de Exploração	107
NOTA 10: Custos com Pessoal	107
NOTA 11: Gastos Gerais Administrativos	109
NOTA 12: Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais.....	109
NOTA 13: Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito.....	110
NOTA 14: Ativos Financeiros ao Justo Valor através de outro rendimento integral	110
NOTA 15: Aplicações em instituições de Crédito	110
NOTA 16: Crédito a Clientes	111
NOTA 17: Outros Ativos Tangíveis.....	122
NOTA 18: Ativos Intangíveis.....	125
NOTA 19: Ativos e Passivos por Impostos Correntes e Diferidos.....	125
NOTA 20: Outros Ativos	128
NOTA 21: Recursos de Bancos Centrais e Outras Instituições Financeiras	129
NOTA 22: Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	129
NOTA 23: Provisões.....	130
NOTA 24: Outros Passivos	131
NOTA 25: Capital	132

international investment bank

NOTA 26: Outras Reservas e Resultados Transitados	132
NOTA 27: Passivos Contingentes e Compromissos	133
NOTA 28: Transações com Partes Relacionadas.....	133
NOTA 29: Justo Valor dos Ativos e Passivos Financeiros	134
NOTA 30: Gestão de Riscos de Atividade.....	137
NOTA 31 – IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2019.....	147
NOTA 32 – Eventos Subsequentes	153

international investment bank

A. PRINCIPAIS INDICADORES

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
ATIVIDADE (milhares de CVE)			
Ativo Líquido	15 211 770	10 442 186	9 838 461
Crédito a Clientes (bruto)	4 600 352	2 228 417	1 951 231
Recursos ⁽¹⁾	13 695 106	9 169 910	8 308 155
Margem Financeira	259 365	155 983	187 759
Produto Bancário (PB)	316 993	174 183	217 965
Cash-Flow	67 230	(47 889)	46 141
Resultado do Exercício	147 250	(270 820)	(55 989)
FUNCIONAMENTO			
Número de Balcões	02	02	02
Número de Empregados	38	27	26
Número de Empregados/Número de Balcões	19	14	13
LIQUIDEZ			
Recursos no Banco Central (mCVE)	2 555 769	158 267	533 485
Rácio de Transformação de Depósitos em Crédito (%) ⁽²⁾	35	24	23
QUALIDADE DOS ACTIVOS (%)			
Sinistralidade = Crédito Vencido > 90 dias/Crédito a Clientes (bruto)	5,59	11,29	14,36
Imparidade/Crédito Vencido > 90 dias	63,82	68,41	32,96
Imparidade/Crédito a Clientes	3,57	7,72	4,73
PRODUTIVIDADE / EFICIÊNCIA			
Ativo Médio/Número Médio de Empregados (mCVE)	394 676	382 654	395 956
Cash Flow/Número Médio de Empregados (mCVE)	2 069	(1 807)	1 775
Custos de Estrutura/Activo Médio (%)	1,95	2,19	0,02
Cost-to-Income (%)	88,64	147,05	99,04

(1) Os Recursos incluem os recursos de clientes mais os recursos de clientes institucionais

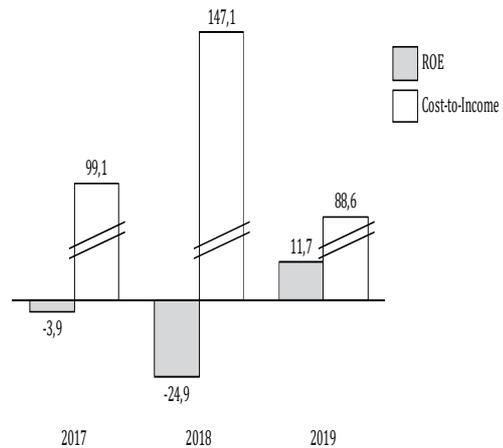
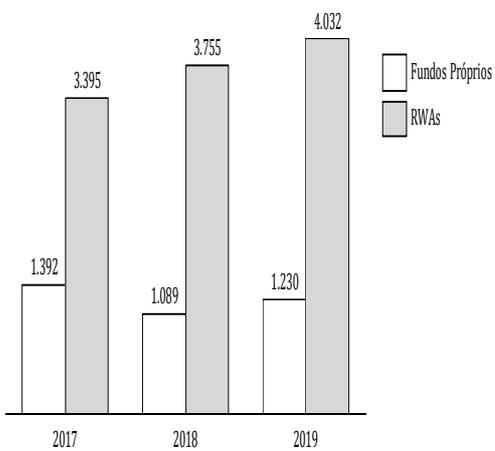
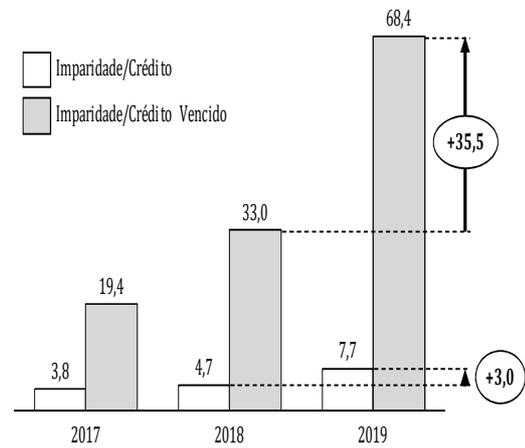
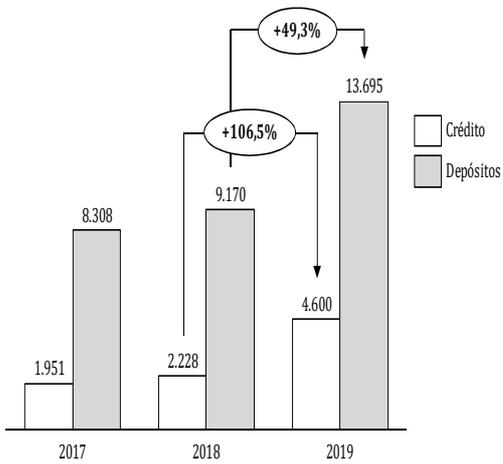
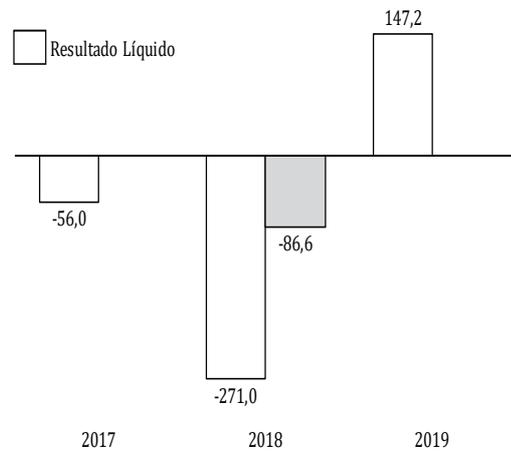
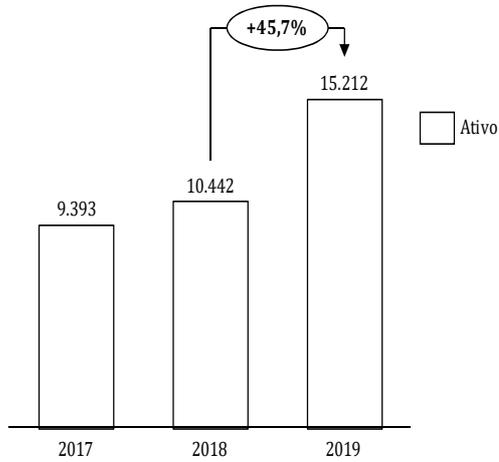
(2) Rácio de transformação é dada pela relação entre o crédito a clientes e os recursos de clientes

international investment bank

B. RESULTADOS E RENDIBILIDADE

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
BALANÇO (milhares de CVE)			
Ativo Líquido (AL)	15 211 770	10 442 186	9 838 461
Ativos Financeiros (AF)	6 885 730	5 856 329	6 844 785
Capital Próprio (KP)	1 252 092	1 089 988	1 455 283
CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhares de CVE)			
Resultado Financeiro (RF)	259 365	155 983	187 759
+ Serviços Bancários a Clientes (SB)	44 242	23 167	31 300
= Produto Bancário Comercial (PBC)	303 607	179 149	219 059
+ Resultado de Operações Financeiras e Diversos (ROF)	13 386	(4 966)	(1 094)
= Produto Bancário (PB)	316 993	174 183	217 965
- Custos Operativos (CO)	280 975	256 143	215 883
= Resultado Bruto (RB)	36 019	(81 961)	2 082
- Provisões líquidas de Reposições (PV)	(11 932)	188 664	57 766
= Resultado antes de Impostos (RAI)	47 950	(270 625)	(55 684)
- Impostos (I)	(99 299)	196	305
= Resultado Líquido do Exercício (RL)	147 250	(270 820)	(55 989)
RENDIBILIDADE (%)			
Margem Financeira (RF/AF)	3,77	2,66	2,74
+ Rendibilidade Serviços a Clientes (SB/AF)	0,64	0,40	0,46
+ Rendibilidade Operações Financeiras e Diversos (ROF/AF)	0,19	(0,08)	(0,02)
= Margem de Negócio (PB/AF)	4,60	2,97	3,18
- Relevância Custos Operativos (CO/AF)	4,08	4,37	3,15
- Relevância Provisões (PV/AF)	(0,17)	3,22	0,84
= Rendibilidade dos Activos Financeiros (RL/AF)	2,14	(4,62)	(0,82)
x Relevância Activos Financeiros (AF/AL)	45%	56%	70%
= Rendibilidade do Activo "ROA" (RL/AL)	0,97	(2,59)	(0,57)
x Multiplicador das Aplicações (AL/KP)	1215%	958%	676%
= Rendibilidade dos Capitais Próprios "ROE" (RL/KP)	11,76	(24,85)	(3,85)

C. GRÁFICOS-RESUMO DOS PRINCIPAIS INDICADORES



I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Estimados

Clientes, Colaboradores e Stakeholders em geral,

Quando, ainda ao final de 2018, se apontavam como desafios para 2019 o reposicionamento do Banco no mercado nacional, um acrescido esforço de investimento e modernização e o aumento de eficiência e qualidade dos nossos serviços, tinha a perfeita convicção da dimensão do desafio proposto.

Desde logo, a visão estratégica para o Banco estava definida, assente num processo de *rebranding* concluído com sucesso e evidente notoriedade em julho de 2019, reposicionando o agora designado International Investment Bank (iibCV) no mercado nacional, como um efetivo parceiro de negócios junto de particulares e empresas, nacionais ou estrangeiras, em prol do desenvolvimento e crescimento económico de Cabo Verde.

Num contexto económico nacional marcado pela recuperação de confiança dos principais agentes, por níveis de crescimento reais do PIB na casa dos 6,0%/ano e por uma taxa de desemprego de 12%, verificam-se melhorias na avaliação externa das principais agências de *rating*, reflexo das medidas de contenção orçamental, especialmente de redução do peso da dívida no PIB, implementadas nos últimos anos.

Num mercado com um crescimento anual dos depósitos bancários de 11,8%, o crédito ao setor privado apresenta, em igual período, um crescimento próximo de 3,9%, evidência de que, não obstante níveis de capitalização satisfatórios, a maioria das Instituições Financeiras a operar em Cabo Verde continuam a enfrentar dificuldades no que concerne ao financiamento à economia, especialmente do setor empresarial e sempre que os projetos sejam mais complexos.

Recordo, neste momento, o compromisso assumido (em 2018) pelo iibGroup, no sentido de trabalhar com as diversas Autoridades de Cabo Verde, visando alcançar os objetivos e metas estratégicos definidos para o país, em matéria de desenvolvimento, crescimento económico, integração, conectividade e modernização da economia nacional.

É no contexto de mercado anteriormente descrito e à luz desse compromisso que o iibCV começou, em 2019 e de uma forma sólida, a afirmar-se no mercado nacional como o Banco

de preferência do setor empresarial, designadamente na organização e estruturação de operações de elevado montante e complexidade.

Desta forma, lideramos um conjunto de operações de financiamento a setores-chave da economia nacional, de entre os quais se destacam o turismo, os transportes aéreos, os transportes marítimos, as telecomunicações, entre outros, o que, numa perspetiva direta ou indireta, se reflete num montante global de investimento, num só ano, próximo dos 3,8 mil milhões de escudos.

Em estrito cumprimento das melhores práticas internacionais em matéria de identificação, controlo e mitigação de riscos (de crédito, de liquidez, de solvabilidade e de Compliance, entre outros), o ano de 2019 foi marcado por um excecional desempenho em matéria de atividade, com o crédito (líquido) a crescer cerca de 2,37 mil milhões de escudos, traduzido numa variação anual positiva de 115,7%, enquanto os depósitos apresentaram um crescimento ainda mais assinalável de 4,09 mil milhões de escudos, refletindo uma variação homóloga positiva de 44,6%.

Os resultados alcançados, decorrentes de um crescimento significativo da atividade com clientes de longa data, assim como da captura de novos clientes (aumento de aproximadamente 20% no segmento de empresas), são reflexo do compromisso do iibCV para com o desenvolvimento da economia, assim como fruto do retomar da confiança do mercado na Instituição, assente numa cultura de excelência, estrita confidencialidade e compromisso de serviço ao cliente.

Em 2019, o iibCV registou um crescimento de balanço de 4,77 mil milhões de escudos (2019:15,21 e 2018: 10,44 mil milhões de escudos), equivalente a uma variação positiva de 45,7%, um crescimento do produto bancário de 142,81 milhões de escudos (2019: 316,99 e 2018: 174,18 milhões de escudos), equivalente a um aumento de 82%, enquanto os custos operacionais globais, excluindo amortizações, registaram um crescimento de 27,69 milhões de escudos (2019: 249,76 e 2018: 222,07 milhões de escudos), equivalente a uma aumento de 12,5%.

Como consequência, e pela primeira vez em diversos anos, o resultado operacional foi positivo em 36 milhões de escudos (2018: - 82 milhões de escudos), facto que demonstra ser possível, num curto espaço de tempo, implementar um projeto bancário com bases de sustentabilidade e rentabilidade adequadas.

Os resultados líquidos cifram-se em 147,25 milhões de escudos e contam com um efeito não-recorrente de reconhecimento de impostos diferidos ativos no valor de 103,75

international investment bank

milhões de escudos, resultante de prejuízos fiscais de anos anteriores, contribuindo para uma rentabilidade dos capitais próprios (*Return-on-Equity*) de 11,76% (2018: -24,85%)

Continuaremos, em 2020, o percurso iniciado este ano, tendente à consolidação do iibCV no mercado nacional, nomeadamente através da expansão da sua rede de agências, contínuo investimento em tecnologia, contratação e formação de colaboradores, entre outras medidas, visando o aumento dos níveis de eficiência e qualidade dos nossos serviços, com o objetivo último de servir mais e melhor os nossos clientes e, em última análise, Cabo Verde.

Em nome do Conselho de Administração do iibCV, manifesto, neste momento, o nosso agradecimento à Mesa da Assembleia-Geral, ao Conselho Fiscal, ao Auditor Externo e ao Banco de Cabo Verde pela estreita colaboração e elevados níveis de competência demonstrados no acompanhamento da gestão da Instituição, em particular no decurso deste ano de transição.

Aos nossos clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros e *stakeholders* em geral, o nosso profundo agradecimento pela confiança demonstrada na Instituição.

A estratégia do iibGroup é não só para uma desejada crescente presença em Cabo Verde, mas também para a região, alinhada com a sua ambição de crescimento no mercado Europeu, designadamente através da aquisição de duas Instituições Financeiras em Portugal, como é de domínio público, capitalizando as sinergias que a gestão integrada destas unidades vai trazer.

Essa estratégia passa pela consolidação e crescimento da presença do iibGroup nestas regiões, em devida coordenação e alinhamento com os objetivos superiores em matéria de crescimento socioeconómico, integração, conectividade e modernização da economia nacional.

Estamos certos de que os resultados alcançados este ano, somente aumentam o nível de responsabilidade e compromisso que temos desde o início, garantindo que o nosso esforço de hoje contribuirá para consolidar o seu Banco amanhã.

Muito obrigado!

O Presidente do Conselho de Administração,

Sohail Sultan

2. O BANCO

O International Investment Bank, S.A. (iibCV), anteriormente designado Banco Internacional de Cabo Verde (BICV), iniciou a sua atividade em julho de 2010, sendo que até meados de 2018 foi integralmente detido pelo Novo Banco (Portugal).

Em 11 de julho de 2018 e após terem sido recolhidas as devidas aprovações regulamentares junto das Autoridades competentes, 90% das ações representativas do seu capital foram adquiridas pelo IIB Group Holdings WLL (iibGroup), uma entidade com sede no Reino de Bahrain, que tem como objetivo adquirir e administrar ativos bancários no Oriente Médio e em África.

O então BICV, a partir dessa data detido pelo iibGroup, reafirma a intenção de desenvolver a sua operação bancária Cabo Verde, bem como (no futuro) poder expandir a sua presença regional na África Ocidental, fornecendo serviços bancários a particulares e empresas, de banca transacional e de gestão de património à sua base de clientes atual e futura.

De realçar que o Novo Banco se mantém como parte da estrutura acionista do Banco, com uma participação minoritária de 10%, refletindo a seu continuado apoio e confiança no futuro da Instituição, permitindo ao Banco continuar a beneficiar de uma estreita relação com o Novo Banco, e por esta via, com o mercado Europeu e internacional.

Desta forma e já em julho de 2019, sensivelmente um ano volvido sobre a data de aquisição, o iibGroup assume uma nova estratégia, alterando o posicionamento do Banco em Cabo Verde, enquanto interveniente no setor bancário nacional, adotando um posicionamento mais ativo e presente no mercado nacional.

Esta mudança tem como principal alicerce a alteração da designação social e da imagem corporativa do então BICV, em claro alinhamento com a imagem corporativa do iibGroup e, conseqüentemente, em perfeita harmonização com as restantes entidades que o compõem.

Assim, em julho de 2019, “nasce” o International Investment Bank (iibCV), fruto de um esforço no sentido de um claro reposicionamento no mercado, dando origem a uma Instituição que se pretende diferenciar das demais, no que à prestação de serviços bancários modernos e de qualidade diz respeito.

Composto por um conjunto de profissionais de elevada competência, o iibCV reafirmou a sua presença no mercado, designadamente no segmento de empresas, tendo como objetivo a prestação de serviços de elevada qualidade, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento económico do país, em paralelo com a consolidação de uma operação

international investment bank

bancária que, atuando num ambiente de estrito controlo e cumprimento da regulamentação local e internacional aplicável ao setor bancário, apresente níveis de solvabilidade, liquidez e rentabilidade em linha com as expectativas dos seus acionistas.

international investment bank

2.1. Capital Social e Estrutura Acionista

O International Investment Bank, S.A. (iibCV) apresenta um capital social de 1.433.000.000\$00 (mil quatrocentos e trinta e três milhões de escudos), representado por 1.433.000 ações, com valor nominal de 1.000\$00 (mil escudos) cada.

A atual composição da estrutura acionista da instituição é a seguinte:

Estrutura Acionista (valores em escudos)

	<u>Nº Acções</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
IIBG HOLDINGS WLL	1 289 700	1 289 700 000	90,00%
<u>NOVO BANCO África, SGPS - S.A.</u>	<u>143 300</u>	<u>143 300 000</u>	<u>10,00%</u>
TOTAL	1 433 000	1 433 000 000	100%

Nota: O Novo Banco África, SGPS – S.A. é uma entidade detida a 100% pelo Novo Banco, S.A. (Portugal)

2.2. Órgãos Sociais

Os estatutos do International Investment Bank (iibCV) preveem uma estrutura de governo da sociedade, da qual faz parte um conjunto de órgãos com atribuições específicas, designadamente Assembleia-Geral, Conselho de Administração, Comissão Executiva e Conselho Fiscal. A composição de cada órgão é, desta forma, a seguinte:

Assembleia-Geral

Presidente

Syed Farhan Alikhan

Secretária

Dina Haikel

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por sete elementos, cinco efetivos e dois suplentes, indicados pela Assembleia-Geral de 11 de julho de 2018.

Presidente

Sohail Sultan

Vogais

César Augusto Martins Ferreira Gomes (até 8 de julho de 2019)

José Alberto Monteiro Soares

Syed Khurshid Husain

Filipe Pedro Martin Ferreira

Sérgio Miguel Alves Martinho (a partir de 20 de dezembro de 2019)

Suplentes

Shujjat Alikhan

Dina Haikel

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é composta por três elementos, nomeados por deliberação do Conselho de Administração de 14 de novembro de 2018.

Presidente

César Augusto Martins Ferreira Gomes (até 8 de julho de 2019)

Vogais

José Alberto Monteiro Soares

Syed Khurshid Husain

Sérgio Miguel Alves Martinho (a partir de 20 de dezembro de 2019)

international investment bank

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três elementos, indicados pela Assembleia-Geral de 11 de julho de 2018.

Presidente

Ildo Adalberto Lima – Presidente

Vogais

Eunélia Sousa Freitas

Nair Cecília Pereira da Silva

Suplente

Alexandre Elísio Moreno Ferreira Querido (a partir de 26 de julho de 2019)

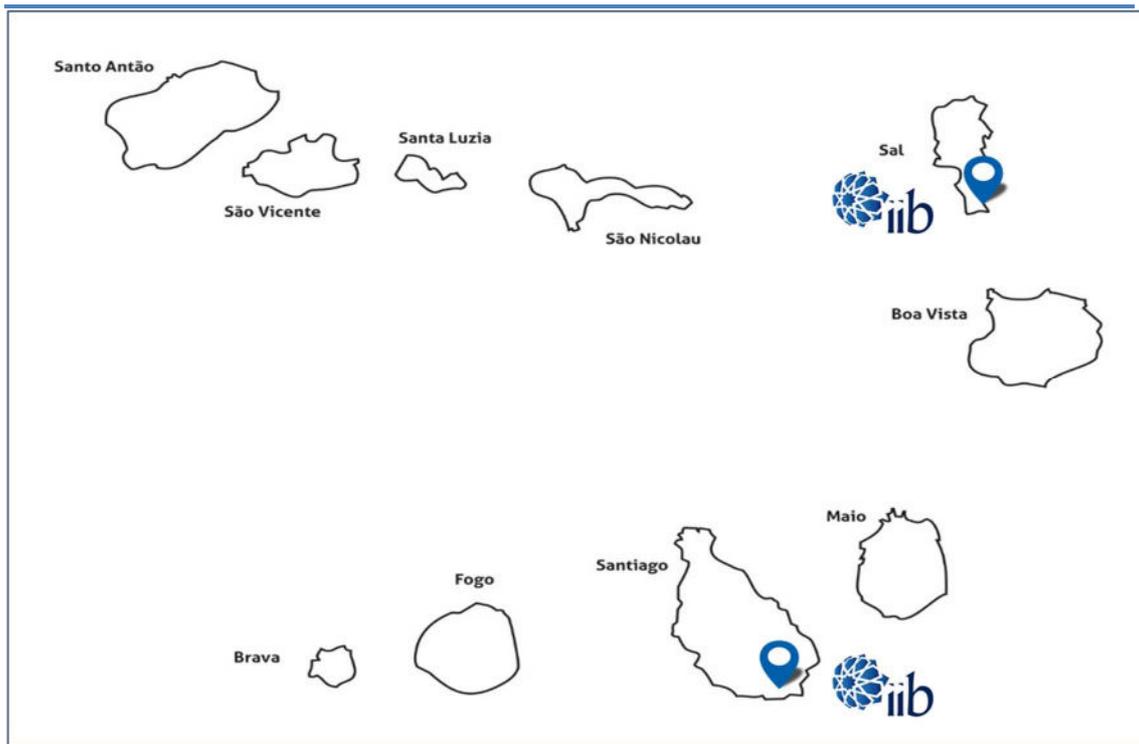
Afrodite Leocádia de Sousa Reis Borges Monteiro (a partir de 26 de julho de 2019)

international investment bank

2.3. Presença Geográfica, Rede de Distribuição e Instalações

O International Investment Bank (iibCV) tem sede na Av. Cidade de Lisboa, na cidade da Praia, capital do país, onde funcionam os serviços centrais, assim como a unidade de Negócio Sede. Para além da unidade de negócio na Ilha de Santiago, dispõe ainda de uma segunda unidade, na ilha do Sal.

Presença Geográfica do iibCV



SEDE/UNIDADE DE NEGÓCIO DA PRAIA – ILHA DE SANTIAGO

Av. Cidade de Lisboa, CP nº 35 – Cidade da Praia

Telefone: +238 2602626

Fax: +238 2602630

UNIDADE DE NEGÓCIO DE SANTA MARIA – ILHA DO SAL

Vila Verde Resort, Condolote 01 Bloco D, Loja R CP nº 142

Telefone: +238 2428210

Fax: +238 2428219

2.4. Recursos Humanos

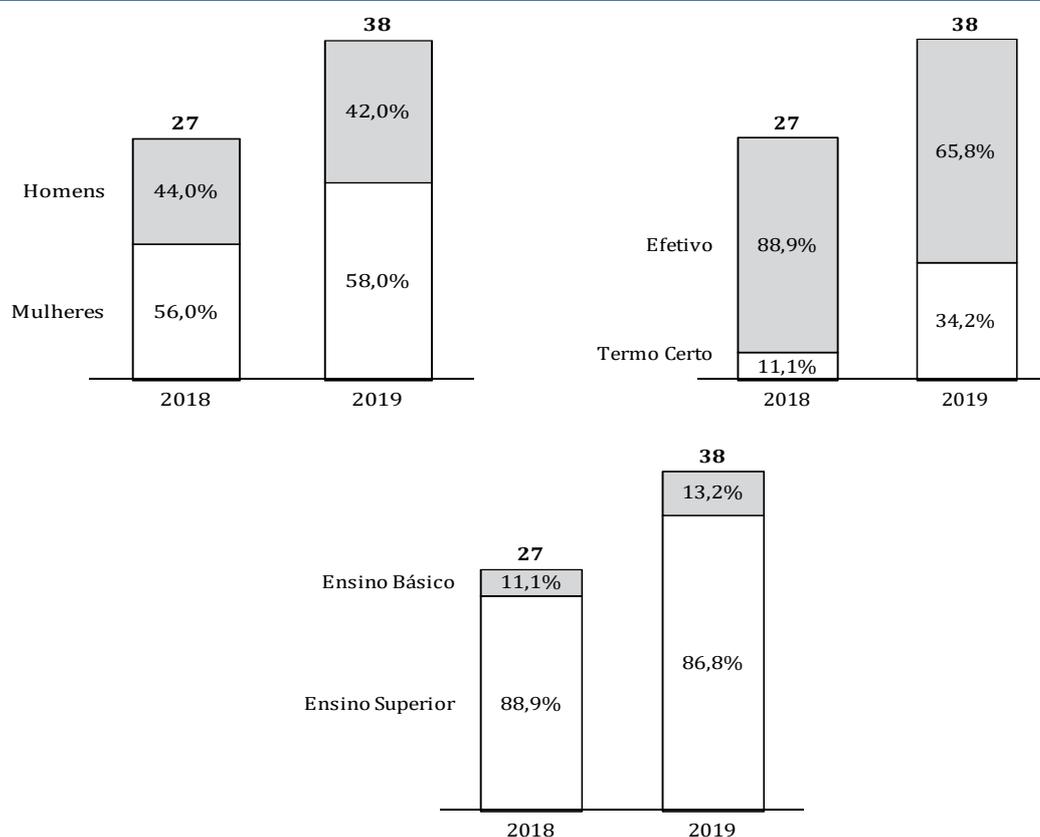
A função de gestão estratégica de recursos humanos, em devido alinhamento com a estratégia definida pelos acionistas e implementada pela Administração do iibCV, apresenta-se com um dos primordiais pilares de sucesso da Instituição, garantindo a identificação, retenção, desenvolvimento e dinamização do capital humano.

Como referido, a gestão do capital humano é um dos pilares fundamentais da gestão do Banco, já que são os seus colaboradores, nas mais variadas funções e níveis de responsabilidade, o fator crítico de sucesso, no sentido de serem assegurados os serviços bancários de excelência aos clientes, para um eficiente funcionamento e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável da Instituição.

Desta forma, importa referir que 2019 foi um ano de inúmeros desafios para o iibCV, sendo que o elevado nível de profissionalismo, desempenho e compromisso da sua Equipa foi estritamente determinante para o alcançar dos diversos objetivos estabelecidos.

Somente uma Equipa motivada e fortemente comprometida com o processo de reposicionamento do iibCV permitiriam garantir a retoma da confiança dos clientes, na base de toda a transformação que foi iniciada neste exercício.

Estrutura dos Recursos Humanos a 31-12-2018 e a 31-12-2019



international investment bank

A gestão estratégica da função de capital humano mereceu, desde o primeiro momento, um elevado nível de compromisso por parte da Administração do iibCV, promovendo uma contínua atualização e reforço das competências dos colaboradores, valorizando e promovendo o seu desenvolvimento pessoal e profissional, retenção e motivação.

Reflexo deste compromisso, de realçar que, durante 2019, uma parte significativa dos colaboradores participaram em ações de formação, tanto no país como no estrangeiro, visando a sua valorização e melhoria de desempenho, medidas essas que continuarão a ser intensificadas nos anos vindouros.

Em paralelo e no decurso de 2019, o iibCV avançou com um conjunto de iniciativas em matéria de gestão de recursos humanos, dos quais se podem destacar, entre outras: definição de funções (“job descriptions”), planos de progressão e de carreiras, harmonização remuneratória e sistema de avaliação de desempenho.

O iibCV apresenta um quadro de pessoal altamente qualificado, sendo que 87% dos colaboradores possui ensino superior, dos quais 21% possui uma pós-graduação ou mestrado.

O processo de reposicionamento do iibCV no mercado conduziu, em 2019, a um claro reforço da estrutura de capital humano (em quantidade e em qualidade), com resultado visível e imediato num relevante número de colaboradores contratados ao longo do ano.

O iibCV passou a contar com 38 colaboradores (2018: 27), refletindo um significativo investimento neste campo, dotando uma Equipa de reduzida (inicial) dimensão de capacidade e qualidade para fazer face aos novos desafios e metas traçadas. Assim, há a registar um movimento do quadro marcado por 16 contratações e 5 saídas.

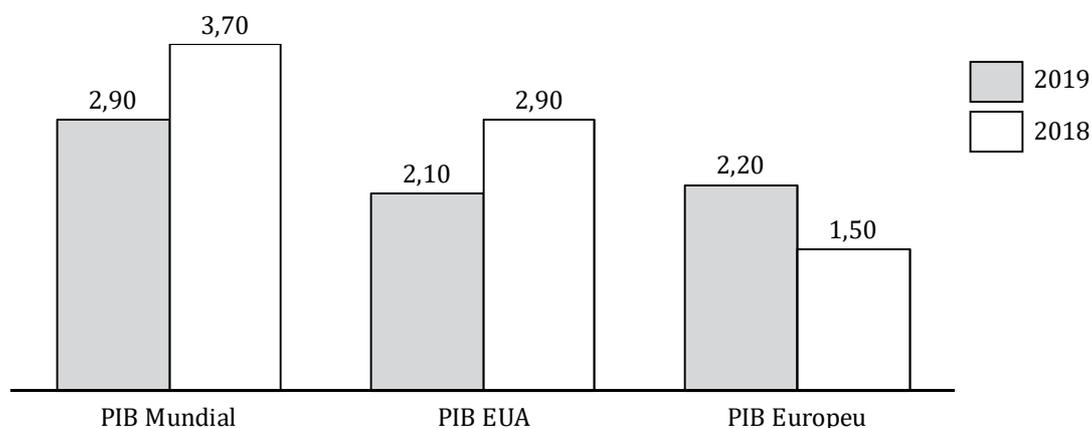
O equilíbrio de géneros é uma característica observável, sendo que, do total de 38 colaboradores no fecho de 2019, cerca de 58% é do sexo feminino (2018: 56%), face a 42% do sexo masculino (2018: 44%). Em termos anuais, há que se referir um crescimento mais acentuado de colaboradores do sexo feminino (+7) em comparação com o masculino (+4).

Cerca de 66% dos colaboradores tem menos de 40 anos, retrato de um quadro jovem, apesar de experiente, multidisciplinar e comprometido com a missão do iibCV.

3. Enquadramento Económico 2019

3.1. Enquadramento internacional

De acordo com as estimativas do FMI, o ano de 2019 foi marcado por uma desaceleração da atividade que reflete sobretudo os inesperados resultados negativos da atividade económica em algumas economias de mercados emergentes, em particular a Índia. Com a contração do PIB mundial a baixar de 3,7% para 2,9%, a pior performance desde 2009. A desaceleração da atividade global foi simultaneamente influenciada pelo desenvolvimento aquém do observado no ano anterior das economias da zona euro e dos EUA, com crescimento em volume de 1,2% e 2,3%, respetivamente. No conjunto das economias emergentes, o crescimento do PIB situando-se em 3,7%, baixando face a 2018 onde atingiu 4,9%, refletindo uma combinação das recuperações projetadas após profundas desacelerações nas economias de mercados emergentes que viveram tensões e tiveram desempenhos deficientes e a desaceleração estrutural que está a ocorrer na China, bem como a revisão em baixa da projeção para a Índia, onde a procura interna desacelerou mais marcadamente do que o previsto, devido a tensões no setor financeiro não bancário e a um menor crescimento do crédito.



O preço do petróleo (Brent) situou-se em dezembro em USD 64,1/barril, fechando superior a 2018 em 5,2 USD, em resultado da previsão pela OPEP de redução da produção de petróleo e do acordo parcial entre os EUA e a China. Nos EUA, o PIB cresceu apenas 2,3%, depois de um registo de 2,9% em 2018. De acordo com o FMI, esta moderação do crescimento da economia é suportada, essencialmente pelos efeitos da sua política comercial, das exportações e do consumo privado, assim como uma contínua implementação de estímulos orçamentais e monetários. Não obstante a moderação da atividade económica a taxa de desemprego dos EUA apresenta um recuo de 3,9% para 3,5% da população ativa. Na China, o PIB cresceu 6,1% em 2019. A desaceleração face ao

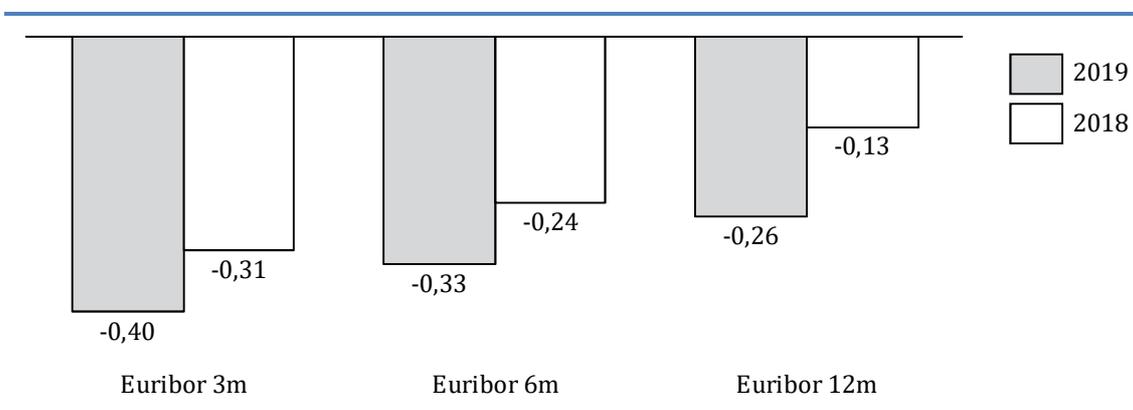
international investment bank

crescimento de 6,6% observado em 2018 resultou de algumas medidas restritivas de política, que se traduziram numa desaceleração do crédito e do consumo no conjunto do ano e da tensão comercial com os EUA. A economia da Zona Euro cresceu 1,2% em 2019 e em desaceleração face ao registo de 1,9% observado em 2018, refletindo a contínua contração da produção industrial e das exportações associadas, bem como os efeitos do longo e conturbado processo de saída do Reino Unido da União Europeia e das tensões entre a China e EUA.

Com a moderação do crescimento, em 2019 as pressões inflacionistas tenderam a diminuir nas principais áreas económicas. Nos EUA, a inflação homóloga baixou de 2,4% para 1,8% entre os meses de dezembro de 2018 e 2019. Na Zona Euro, a inflação baixou de 1,8% para 1,2% no mesmo período, mantendo-se claramente abaixo da meta do BCE para a estabilidade de preços (uma inflação próxima de 2%). A evolução contida dos preços em 2018 refletiu, em parte, a contenção dos preços de metais e das matérias prima. O Reino Unido, não obstante os impactos do Brexit, apresenta uma descida da inflação homóloga de 2,5% para 1,8%, refletindo a moderação do crescimento da sua economia.

Nos EUA, a Reserva Federal reduziu por três vezes os juros de referência fixando em outubro a target rate dos fed funds no intervalo 1,75%-1,5%, que compara com o intervalo de 2,5%-2,25% em que se situava no início do ano. Na Zona Euro, o BCE manteve a sua política acomodatória e, assumindo uma postura dovish, procedeu à descida da taxa de facilidades de depósitos para -0,5%, em setembro, e à retoma do programa de aquisição de ativos (quantitative easing) em novembro.

Neste contexto, a Euribor a 3, 6 e 12 meses avançou marginalmente, de -0,31%, -0,24% e -0,13% respetivamente para -0,40%, -0,33% e -0,26%, influenciado pelo afrouxamento da política monetária. No mercado cambial, o euro depreciou em 1,7% face ao dólar em 2019, fechando o ano em EUR/USD 1,1213.



Perspetivas Económicas para 2020/21

O crescimento mundial global caiu significativamente no decurso de 2019, como reflexo principal da combinação dos efeitos do agravamento do conflito comercial entre os EUA e a China e ainda da pressão acrescida nas condições de liquidez nos EUA durante o ano de 2018.

Esta maior constrição nas condições monetárias nos EUA verificou (mais recentemente) uma mudança brusca de direção, provocando uma recuperação gradual no crescimento Global. No entanto, a resiliência da atividade dos setores de serviços e consumo privado nas economias mais desenvolvidas, a mudança de direção para políticas fiscais mais expansionistas e um provável início da recuperação económica na China, a partir de meados do ano, tende a ajudar a estabilizar o crescimento durante 2020.

Os fluxos da produção industrial e do comércio de mercadorias foram os principais responsáveis pela desaceleração económica global, como o crescimento mundial dos volumes de produção industrial e das exportações de mercadorias, agora praticamente estagnado depois de assistirmos a taxas anuais de crescimento de cerca de 4% em 2017 e no primeiro semestre de 2018 e um decréscimo gradual dos níveis de crescimento até ao final de 2019.

Isso reflete, parcialmente, o maior declínio no crescimento do PIB nos mercados emergentes desde 2017. O crescimento económico destes mercados tem historicamente estado mais correlacionado com o ciclo da produção industrial e do comércio global do que a economia dos países mais desenvolvidos. Existem agora sinais de retoma em alguns mercados emergentes, que também deveriam ajudar a estabilizar o crescimento global.

A propagação, no início de 2020, do vírus Covid-19, declarado no dia 11 de março de 2020 como pandemia mundial pela World Health Organization (WHO), trouxe um grau significativo de incerteza em qualquer cenário económico para 2020.

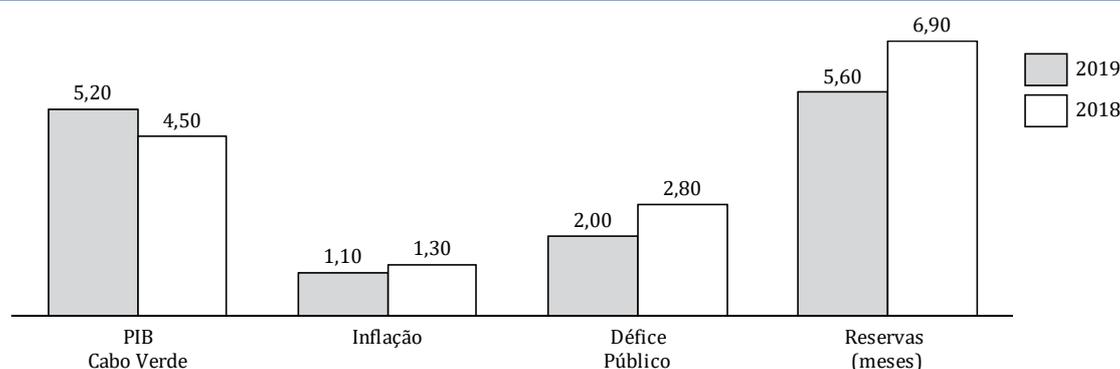
Não obstante, e apesar de infelizmente poder ser tarde demais para evitar uma crise de saúde pública à escala mundial, ainda será possível implementar medidas combinadas de política fiscal e monetária para minimizar o enorme choque económico que se começa a materializar.

As medidas que vierem a ser implementadas no futuro próximo, e o seu grau de coordenação, vão ditar quão significativo vai ser este inevitável choque económico e, por conseguinte, o desejado ritmo de recuperação do crescimento económico mundial.

3.2. Enquadramento Nacional

A economia de Cabo Verde manteve, em 2019, um desempenho positivo, registando um crescimento real do PIB de 5,2%, evidenciando uma aceleração face ao registo de 4,5% observado em 2018. Esta evolução foi suportada, essencialmente pela contribuição dos transportes, que apresenta importante recuperação, da administração pública e da construção. Simultaneamente, a economia beneficiou do aumento sustentado das exportações e do dinamismo do consumo privado, o qual refletiu evoluções favoráveis dos níveis de confiança dos consumidores e das empresas. Neste contexto, registaram-se, no 3º trimestre, crescimentos homólogos de 26,2% no setor dos transportes, 14,9% na construção, 11% na indústria extrativa, 9,9% na atividade da indústria transformadora, 3,9% no setor da eletricidade e água, 5,1% no comércio, 3,9% nos serviços financeiros, 3,2% nos serviços imobiliários e 7,9% na Administração Pública. De notar as quedas homólogas de 34,3% no valor acrescentado do setor das Pescas e 5,7% no setor agrícola. A concessão de crédito à economia por parte dos bancos cresceu cerca de 4% em 2019, mantendo-se ao nível do alcançado em 2018. Os depósitos do setor bancário cresceram cerca de 10% em 2019.

A dinamização da atividade económica foi possibilitada por um comportamento benigno dos preços, com a taxa de inflação média anual a atingir 1,1% em 2019, depois de um registo de 1,3% em 2018. Em dezembro, a inflação homóloga atingiu 1,9%.



O contexto macroeconómico favorável permitiu a redução do défice público, de 2,8% do PIB para um valor em torno de 2% do PIB, abaixo das expectativas iniciais, beneficiando de uma evolução positiva das receitas, embora ligeiramente abaixo do projetado, e da baixa execução das despesas de investimento. A dívida pública, embora tendo aumentado o seu *stock*, perspectiva-se o recuo do seu peso face ao PIB, proporcionado pelo aumento do PIB, mantendo-se, contudo, num nível ainda elevado. Estima-se em 2019 uma melhoria do défice externo, medido pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital, com o défice da balança corrente a aumentar 66% em termos homólogos no 3º trimestre, em

função, sobretudo, do crescimento das exportações, da estabilização das importações de bens e do aumento das remessas de emigrantes e donativos. Neste contexto, as reservas externas que em 2018 equivaliam a 5,6 meses de importação, aumentaram para um nível de 6,9 meses de importação estimada.

4. Atividade Comercial

4.1. Estratégia e Modelo de Negócio

O ano de 2019 fica marcado por alterações profundas no posicionamento e estratégia do, até ao último ano, designado BICV, culminando com a alteração da designação social e imagem corporativa do agora International Investment Bank (iibCV).

Ainda no decurso de 2018, após finalização do processo de aquisição do Banco pelo iibGroup, a atividade havia registado um importante crescimento, com níveis mais elevados de angariação de clientes e maior capacidade de originação de negócio, com resultados práticos comprovados pelo crescimento significativo dos depósitos de clientes e da carteira de crédito.

No início de 2019, o iibCV definiu, num plano estratégico para o horizonte temporal de 3 anos, a sua abordagem e posicionamento no mercado, visando a expansão da sua atividade e do leque de produtos e serviços a oferecer, especialmente em termos do mercado nacional, mas também em termos internacionais.

Os pilares definidos passam pelo crescimento e consolidação no mercado local, através da angariação de clientes e depósitos, permitindo ao iibCV aumentar, igualmente, no que à concessão de crédito à economia diz respeito, designadamente a setores de atividade primordiais ao processo de crescimento de Cabo Verde.

Nesse sentido e desde o início de 2019, o iibCV baseou a execução da estratégia então delineada num conjunto de premissas base, tais como:

- i) Suportar o desenvolvimento da sua atividade num modelo que privilegie o crescimento da base de clientes e de depósitos, com o objetivo da realização de novas operações de crédito;
- ii) Desenvolver as bases necessárias para o alargamento da oferta de produtos e serviços transacionais, designadamente em termos de banca correspondente, de pagamentos internacionais, comércio internacional (“trade finance”) e serviços de gestão de tesouraria (“cash management”).

A estratégia definida assenta na preservação e reforço permanente do ambiente de controlo, assente nas mais atualizadas práticas e normas internacionais do setor, garantindo que os processos e políticas do iibCV são constantemente atualizados, já que apenas desta forma será possível continuar a contribuir para níveis de desempenho,

solvabilidade, liquidez, estabilidade e robustez económica e financeira em linha com as diretrizes definidas ao nível acionista.

A atuação do iibCV no decurso de 2019 fica caracterizada por dois momentos distintos: um antes e um depois do processo de alteração de designação social e da imagem corporativa da Instituição.

Num primeiro momento – antes de alteração de imagem de marca – foi desenvolvido e implementado um detalhado programa de transformação, iniciado na segunda metade de 2018, tendente à implementação de um conjunto estruturante de alterações, passando designadamente pela substituição do sistema informático base do iibCV (“Core Banking System”), assim como da plataforma de Internet Banking para clientes, a par com o alinhamento de um conjunto significativo de aspetos operativos e políticas com o iibGroup.

Num segundo momento, marcado pelo processo de *rebranding* desenvolvido, o iibCV volta a marcar presença no mercado, assumindo-se de uma forma ativa como Banco em Cabo Verde, reafirmando a sua posição e desejo de atuar como impulsionador do desenvolvimento e crescimento da economia do país, liderando e organizando um conjunto de operações de financiamento em setores críticos para o crescimento e desenvolvimento da economia nacional, como os foram os transportes (aéreo e marítimo), a gestão aeroportuária, o sector do turismo, restauração e acomodação assim como as telecomunicações.

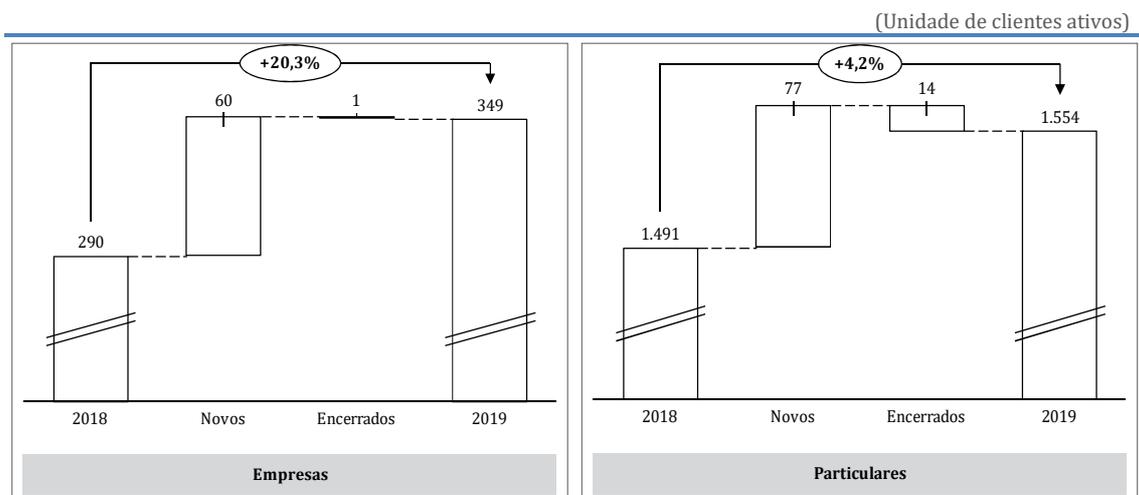
Desta forma, o iibCV reafirma o seu compromisso em oferecer mais e melhores produtos e serviços bancários aos seus clientes em Cabo Verde e no estrangeiro.

Em 31 de Dezembro de 2019, o iibCV apresentava uma carteira de 1 903 clientes ativos, dos quais 1 554 particulares (equivalente a 82% do total), residentes e não residentes (incluindo emigrantes), e 349 empresas, nacionais e estrangeiras, estas últimas maioritariamente estabelecidas em Cabo Verde.

O número total de clientes ativos apresentou um crescimento agregado de 7% face a 2018, sendo, em especial, de realçar o crescimento assinável verificado no segmento de Empresas, que registou um crescimento (líquido) de 59 clientes, correspondente a um acréscimo na ordem dos 20% no ano.

international investment bank

Evolução da Carteira de Clientes Ativos



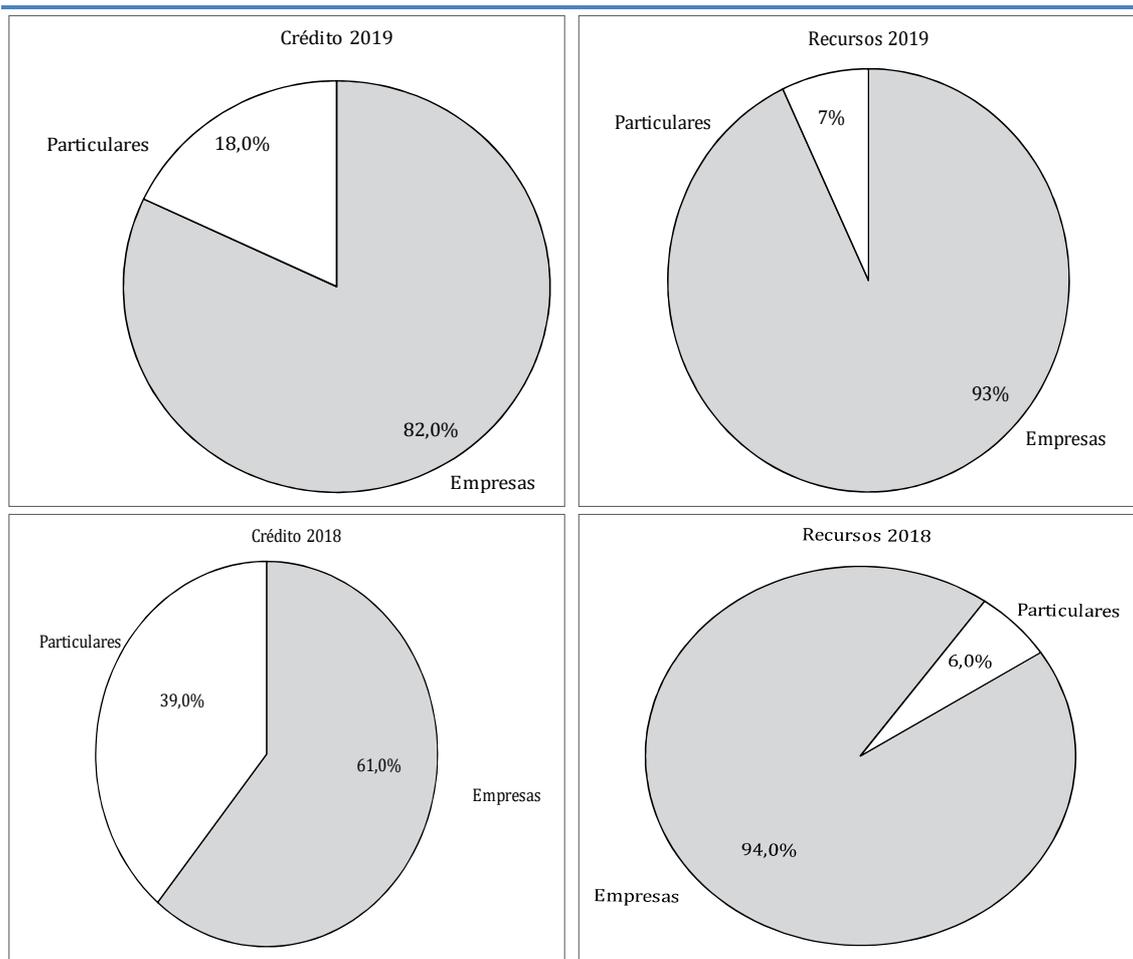
O estabelecimento de novas relações, assim como a reativação de relações com determinados clientes, a par do alinhamento e compromisso do iibCV para com o desenvolvimento do segmento de empresas, permitiu um significativo aumento da confiança dos seus clientes, que acabou por se traduzir num crescimento do número de clientes ativos, depósitos e crédito neste segmento, em particular.

Como resultado, já no final de 2019, a distribuição da carteira de crédito apresentava uma transformação que reflete o compromisso do iibCV para com o financiamento de empresas nacionais a atuar em setores impulsionadores da economia.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2019, a carteira de crédito distribuía-se em 82% de crédito à economia, isto é, ao segmento empresarial (2018: 61%) e 18% de crédito às famílias, ou seja, ao segmento particular (2018: 39%). Apesar da redução na proporção relativa do crédito a particulares, observa-se que o seu valor nominal regista meramente um ligeiro decréscimo de 3%, designadamente no que diz respeito ao crédito à habitação.

Por outro lado, os recursos de clientes apresentam, no final de 2019, igualmente uma composição relativa que evidencia o posicionamento do iibCV e o aumento da confiança de clientes particulares e empresas, a par do seu volume global registar um crescimento significativo. Assim, o segmento de empresas regista uma ligeira quebra no seu peso relativo, passando a representar 93% do total dos depósitos do iibCV (2018: 94%).

international investment bank



5. Análise do Risco do Crédito

5.1. Carteira de Crédito e Imparidade/Provisões

Considerando os objetivos preconizados no seu plano estratégico, o iibCV implementou um modelo de avaliação e concessão de crédito tendente a assegurar as necessidades particulares das empresas nacionais, nomeadamente no que respeita ao apoio aos setores económicos, com especial relevância estratégica para o desenvolvimento económico da economia de Cabo Verde.

Durante o ano de 2019, todo o esforço e compromisso colocado na criação de soluções adequadas às necessidades dos seus clientes resultou, em termos efetivos, num crescimento global da carteira de crédito, com especial enfoque no segmento de empresas.

Desta forma, foram contratadas novas operações de financiamento num montante global de 3 mil milhões de escudos, na sua esmagadora maioria (+90%) correspondendo a financiamentos a empresas.

A carteira global duplicou de valor (+106%) apresentando no final do exercício, um saldo pontual de 4,6 mil milhões de escudos (2018: 2,23 mil milhões), decompostos como detalhado de seguida:

Distribuição da Carteira de Crédito a 31-12-2019 e a 31-12-2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2019		31.12.2018	
	Vincendo	Vencido	Vincendo	Vencido
Por Segmento	4 342 088	258 264	1 976 113	252 304
Empresa	3 611 458	145 782	1 217 634	139 756
Particular	730 630	112 482	758 479	112 548
Por Setor de Actividade	4 342 088	258 264	1 976 113	252 304
Transportes e Comunicações	2 380 794	15 721	312 011	14 986
Comércio e Serviços	682 462	89 748	248 477	87 414
Habituação	676 776	111 357	719 693	111 409
Hotelaria e Restauração	286 301	-	443 716	-
Indústria	201 744	542	202 667	-
Construção e Obras Públicas	60 157	39 771	10 762	37 357
Consumo	53 854	1 125	38 785	1 139
Por Maturidade	4 342 088	258 264	1 976 113	252 304
Médio e longo prazo	3 709 067	185 665	1 748 335	183 456
Curto prazo	633 021	72 599	227 778	68 848
Imparidade do crédito / Cobertura da carteira	164 242	3,57%	172 114	7,72%

international investment bank

A carteira de crédito do iibCV conta com cerca de 85% de operações de médio e longo prazo (2018: 87%) e cerca de 82% do seu total global correspondia, no final de 2019, a financiamentos a empresas (2018: 61%), reflexo do investimento realizado no sentido de posicionar o iibCV junto do segmento empresarial.

Não obstante a redução em termos de peso relativo, o crédito a particulares verificou um decréscimo anual marginal de 3%, fruto de um menor número e valor de novas operações originadas neste segmento em específico.

Distribuição da Carteira de Crédito por tipo Garantia a 31-12-2019 e a 31-12-2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

Tipo de Garantia	31.12.2019		31.12.2018	
	Valor	Peso	Valor	Peso
Real e pessoal	3 216 352	69,9%	672 551	30,2%
Real hipotecária ou não para investimento	599 715	13,0%	746 195	33,5%
Hipotecária para habitação própria	775 356	16,9%	809 170	36,3%
Sem garantia	8 928	0,19%	501	0,02%
Total	4 600 352	100%	2 228 417	100%

Apenas uma parcela muito residual da carteira (0,19%) – usualmente descobertos de curta duração – não apresenta qualquer tipo de garantia associada ao financiamento contraído, o que é demonstrativo do elevado rigor dos processos de originação e consequentes níveis de controlo de risco de crédito implementados, note-se, desde há muitos anos a esta parte.

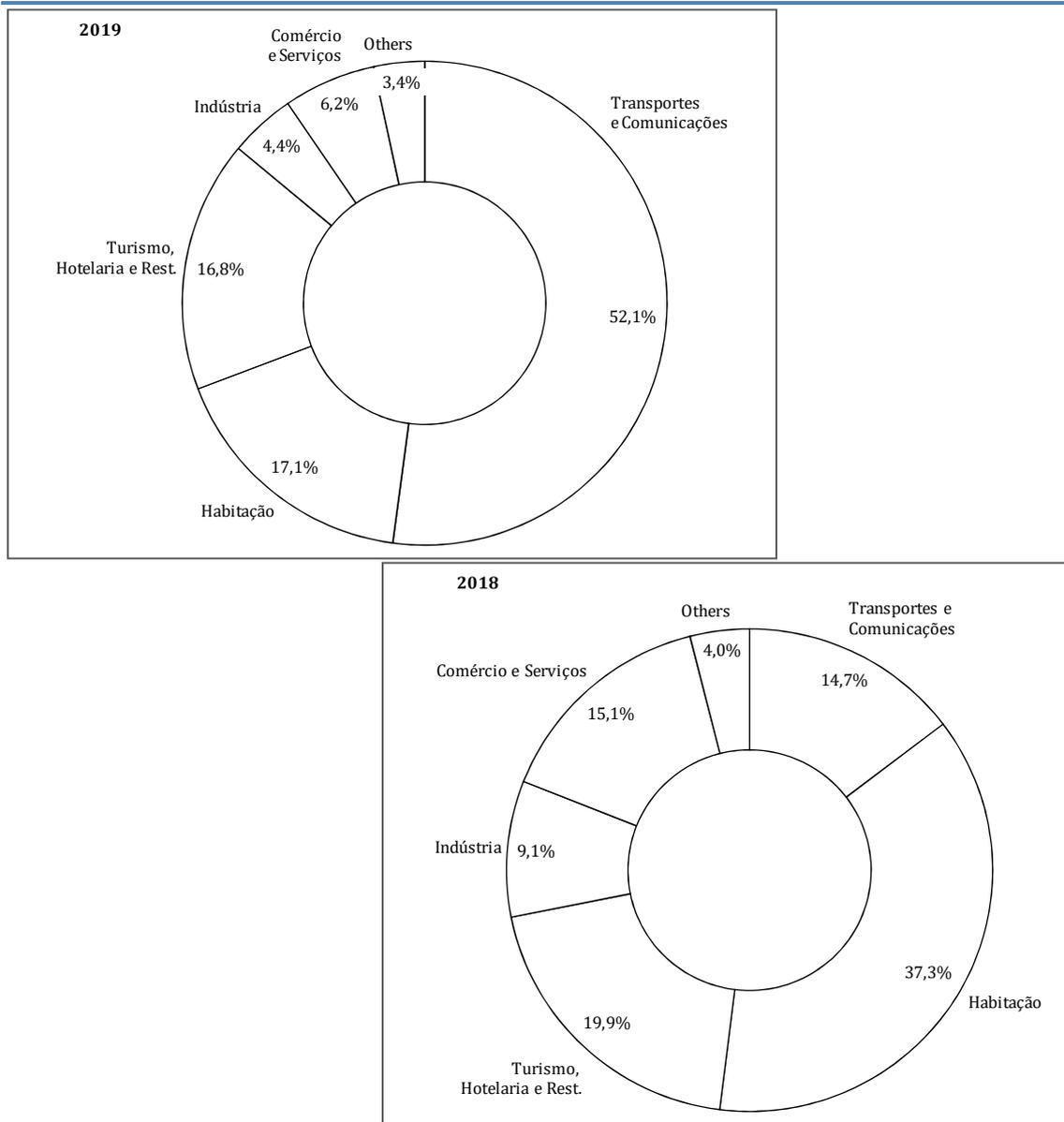
A carteira de crédito a clientes encontra-se em 70% garantida por colaterais ou por garantias reais, sejam elas financeiras (depósitos a prazo) ou hipotecárias (imóveis). Por outro lado, cerca de 30% da carteira está garantida por garantias hipotecárias sobre habitação própria, garantias essas exclusivamente de 1º grau.

Nestes últimos casos, considerando que o valor de avaliação (de mercado) desses ativos é, por norma, superior ao valor do crédito em dívida, mesmo em caso de incumprimento por parte do cliente, o iibCV tem uma probabilidade elevada de, numa situação de execução ou venda judicial, não incorrer em perdas financeiras.

A 31 de dezembro de 2019, o crédito concedido a empresas atingiu um valor agregado de 3,76 mil milhões de escudos (2018: 1,36 mil milhões de escudos), demonstrando um acréscimo de 177%, facto essencialmente resultante do efeito combinado de um posicionamento mais próximo da base de clientes, visando a originação de novas operações de financiamento, assim como da reativação da relação com clientes de longa data.

international investment bank

Carteira de Crédito a 31-12-2019 e 31-12-2018



Da análise da distribuição da carteira de crédito por setor de atividade, é possível concluir que o setor dos Transportes e Comunicações representa cerca de 52% da carteira (2018: 15%), seguido do Comércio e Serviços com 17% (2018: 15%) e Habitação com 17% (2018: 37%)

O setor da Construção e Obras Públicas apresenta uma representatividade muito reduzida, na casa dos 2%, ou seja, o mesmo peso que apresentava em 2018.

Finalmente realçar que o crédito destinado à construção ou aquisição de habitação própria registou decréscimo face a 2018, por via da amortização natural das operações, a par de um fraco nível de originação de novas operações.

international investment bank

Distribuição da carteira por tipo de crédito a 31-12-2019 e a 31-12-2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2019		31.12.2018		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Abs.	Rel.
EMPRESA	3 757 240	81,7%	1 357 390	60,9%	2 399 850	177%
Financiamento Médio Longo Prazo	3 000 397	65,2%	1 062 548	47,7%	1 937 849	182%
Financiamento Curto Prazo	488 833	10,6%	165 480	7,4%	323 353	195%
Conta Corrente Caucionada/Descoberto	235 767	5,1%	98 287	4,4%	137 480	140%
Outros	32 243	0,7%	31 075	1,4%	1 168	4%
PARTICULAR	843 112	18,3%	871 027	39,1%	-27 915	-3%
Crédito Habitação	788 132	17,1%	831 102	37,3%	-42 970	-5%
Consumo	54 980	1,2%	39 925	1,8%	15 055	38%
CRÉDITOS	4 600 352	85%	2 228 417	76%	2 371 935	106%
EXTRAPATRIMONIAIS	814 469	15%	708 173	24%	106 296	15%
Garantias Bancárias	814 469	15%	708 173	24%	106 296	15%
TOTAL	5 414 820	100%	2 936 589	100%	2 478 231	84%

O crédito a particulares registou um decréscimo anual (-3%), tendo o seu peso na carteira reduzido de 39% para 18%, facto que se fica a dever, em grande parte, pela amortização normal e (especialmente) antecipada de operações de crédito à habitação, aliada a um reduzido número de novas operações originadas em 2019.

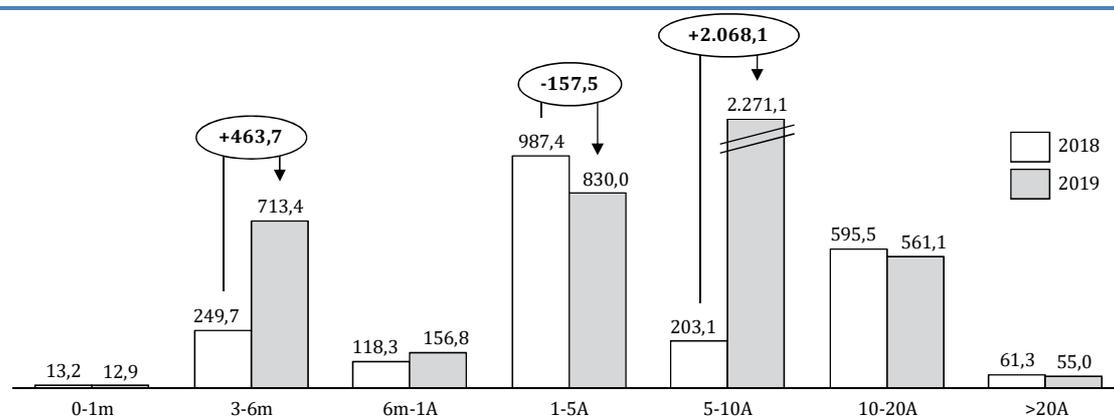
No tocante ao crédito ao consumo, não obstante o crescimento anual de 38% verificado, este segmento continua, em face da estratégia definida pelo iibCV, a representar somente cerca de 1,2% do total da carteira (2018: 1,8%).

O iibCV registou um crescimento de 15% na carteira de operações extrapatrimoniais ou compromissos contingentes, sendo que o valor global da carteira, na sua maioria constituída por Garantias Bancárias, ascende ao valor total de 814 milhões de escudos.

Já numa perspetiva de maturidade residual da carteira de crédito, o facto de o crédito às empresas representar, em final de 2019, cerca de 82% do total do crédito conduziu, naturalmente, a um encurtamento da maturidade média da carteira. Assim sendo, cerca de 49% da carteira apresenta uma maturidade residual no intervalo de 5 a 10 anos.

Para além disso, o iibCV projeta a amortização natural de cerca de 37% da sua carteira de crédito num limite temporal que não ultrapassa os 5 anos, horizonte temporal onde também se concentra parte substancial do crédito concedido a empresas, cujo prazo médio contratado não ultrapassa, por regra, os 5 anos.

Maturidade residual da carteira de crédito a 31-12-2019 e 31-12-2018



No cumprimento das normas prudenciais aplicáveis ao setor bancário e das políticas estabelecidas pelo iibGroup e localmente aplicáveis, no que concerne à mitigação do risco de crédito, o iibCV avalia, em contínuo, a qualidade da sua carteira de crédito, através da determinação e revisão do perfil de risco de cada cliente e respetivas operações contratadas.

Assim sendo, tendo como pressuposto de base o cumprimento integral dos termos contratuais estabelecidos entre as partes, é efetuando mensalmente o apuramento das imparidades do crédito, assim como do valor de provisões mínimas regulamentares, em estrito cumprimento da regulamentação em vigor emanada pelo Banco de Cabo Verde (Avisos nº 4/2006 e nº 6/2007).

O Banco determina, desta forma, o montante de perda esperada sobre todos os contratos de crédito, independentemente de estes apresentarem ou não indicadores de incumprimento, sendo este valor de imparidade do crédito reconhecida mensalmente em balanço, e consequentemente, em resultados do exercício.

Adicionalmente, a diferença entre as provisões mínimas regulamentares e as imparidades do crédito determinadas, sempre que positiva, é deduzida aos fundos próprios do iibCV, afetando o cálculo dos rácios regulamentares, tal como estabelecido pelo Banco de Cabo Verde.

Considera-se que uma exposição de crédito se encontra em imparidade quando há evidência objetiva de perda (ocorrência de determinados eventos ou *triggers* de imparidade) sobre os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos.

De realçar que o cálculo mensal das estimativas de perdas económicas (imparidades do crédito) é efetuado à luz das práticas internacionais definidas no âmbito do IFRS 9, enquanto, no que respeita ao cálculo de provisões regulamentares mínimas, o iibCV aplica diretamente a metodologia definida pelo Banco de Cabo Verde.

international investment bank

Para o cálculo de perdas por imparidade, a exposição ao risco de crédito do cliente (ou Grupo de clientes) é determinada em função do valor esperado de recuperação dos diversos tipos de colaterais associados a cada operação. O valor de mercado das garantias reais recebidas como colateral de operações de crédito é determinado por recurso a profissionais especializados nessa área (imobiliárias ou avaliadores certificados) a operar em Cabo Verde, na sua larga maioria com experiência internacional comprovada.

A determinação da imparidade da carteira de crédito é efetuada, como já referido, com base nos pressupostos e orientações estabelecidos pelo IFRS 9.

Esta metodologia permite analisar o risco de crédito numa ótica individual, de forma a considerar as variáveis quantitativas e qualitativas dos contratos e dos clientes de crédito, enquanto exposições não incluídas na análise individual são mensuradas por recurso aos modelos de análise coletiva.

Variação da Imparidade da carteira de crédito a 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Imparidade em 31.12.2018	Imparidade em 31.12.2019			Variação
		Análise Coletiva	Análise Individual	Total	
Empresa	129 185	24 034	119 120	143 154	13 969
Particular	42 928	4 828	16 260	21 088	(21 840)
	172 114	28 862	135 380	164 242	(7 871)

As metodologias de cálculo da imparidade para a carteira de crédito incluíram os seguintes critérios:

- Análise individual – considera informações qualitativas e financeiras do cliente, bem como a capacidade de recuperação dos colaterais afetos à operação. Em paralelo, procede-se à determinação de cenários de recuperação, considerando o efeito do tempo esperado de recuperação e, como resultado, os fluxos de caixa esperados (e descontados) que servem de garantia à liquidação das responsabilidades de crédito.
- Análise coletiva – são utilizados os diversos fatores de risco: Probabilidade de Incumprimento (“PD”), Exposição Líquida (“EAD”) e Perda Esperada em caso de Incumprimento (“LGD”), em conjugação com uma análise *benchmark* (com referência ao mercado nacional), para cada segmento (particulares e empresas).

O montante apurado para a imparidade da carteira de crédito resultou, em grande parte, da aplicação dos parâmetros de análise individual, uma vez que 52% do total da carteira de crédito enquadra-se dentro desse critério de análise.

international investment bank

Imparidade da carteira global de crédito a 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Análise Individual			Análise Coletiva			Total		
	Crédito	Imparidade	Cobertura	Crédito	Imparidade	Cobertura	Crédito	Imparidade	Cobertura
Operações de Crédito	2 388 897	135 380	5,67%	2 211 455	28 862	1,31%	4 600 352	164 242	3,57%
Stage 1	2 186 583	22 707	-	1 969 177	23 274	1,18%	4 155 760	45 981	1,11%
Stage 2	-	-	-	169 207	2 731	1,61%	169 207	2 731	1,61%
Stage 3	202 315	112 673	55,69%	73 071	2 858	3,91%	275 385	115 531	41,95%
Extrapatrimoniais	221 597	55 399	25,00%	592 871	2 772	0,47%	814 469	58 171	7,14%
Stage 1	-	-	-	592 871	2 772	0,47%	592 871	2 772	0,47%
Stage 2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Stage 3	221 597	55 399	25,00%	-	-	-	221 597	55 399	25,00%
TOTAL	2 610 495	190 779	7,31%	2 804 326	31 634	1,13%	5 414 821	222 413	4,11%

A carteira de crédito a clientes apresenta um nível médio de cobertura por imparidades de 3,57%, face a um valor de 7,72% no final do ano anterior, resultante de um total de imparidades de balanço de 164 milhões de escudos (2018: 172 milhões).

O iibCV, como é solicitado a qualquer banco em atividade, procedeu a uma revisão anual dos parâmetros associados à determinação das perdas por imparidade coletiva, de entre os quais as relativas às operações com garantias hipotecárias, conduzindo a uma redução relativa (para níveis de baixo risco), facto que, isoladamente, contribuiu para uma diminuição da taxa de imparidade nesta categoria, em particular.

Imparidade da carteira global de crédito a 31-12-2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Análise Individual			Análise Coletiva			Total		
	Crédito	Imparidade	Cobertura	Crédito	Imparidade	Cobertura	Crédito	Imparidade	Cobertura
Operações de Crédito	178 783	105 598	59,06%	2 049 634	66 516	3,25%	2 228 417	172 114	7,72%
Stage 1	-	-	-	1 838 614	35 272	1,92%	1 838 614	35 272	1,92%
Stage 2	-	-	-	140 467	4 771	3,40%	140 467	4 771	3,40%
Stage 3	178 783	105 598	59,06%	70 553	26 473	37,52%	249 336	132 071	52,97%
Extrapatrimoniais	221 597	55 399	25,00%	486 575	2 275	0,47%	708 173	57 674	8,14%
Stage 1	-	-	-	486 575	2 275	0,47%	486 575	2 275	0,47%
Stage 2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Stage 3	221 597	55 399	25,00%	-	-	-	221 597	55 399	25,00%
TOTAL	400 380	160 997	40,21%	2 536 209	68 791	2,71%	2 936 590	229 788	7,82%

Ainda assim, o crescimento robusto da carteira de crédito, aliado a uma predominância de novas operações com elevados níveis de colaterais, conduziu, implicitamente, a uma redução significativa dos níveis relativos de cobertura da carteira global, sem que isso tenha

international investment bank

sido resultado direto de um menor grau de conservadorismo na avaliação do risco de crédito da carteira global.

Pressupostos para a classificação por *Stages*

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Pressupostos	Crédito Regular	Crédito reestruturado	Atrasos superiores a 90 dias
		Atrasos superiores a 30 dias	Falência/insolvência
		Contas bloqueadas	Execução de colateral
		Devolução/inibição do uso de cheques	Outros
		Outros	
Montante de crédito →	4 155 760	169 207	275 385
% da carteira →	90%	4%	6%

Desta forma, 90,3% da carteira de crédito do iibCV está classificada em *stage 1*, com uma taxa de média imparidade de 1,11%. Em complemento, as operações classificadas em *stage 2* representam a menor parcela da carteira (3,7%), com um rácio de cobertura de 1,61%, e, finalmente, a exposição em *stage 3* representa 6% da carteira de crédito, apresentando, no entanto, uma taxa de cobertura por imparidades de 41,95%.

A carteira de crédito vencido do iibCV totaliza 258 milhões de escudos (2018: 252 milhões), valor que equivale a cerca de 6% da carteira global de crédito (2018: 11%) e que apresenta, em termos individuais, um agravamento de 2% em termos homólogos.

O crédito vencido é composto, maioritariamente, por créditos que se encontram em situação de incumprimento há mais de 90 dias, totalizando, em 31 de dezembro de 2019, um saldo de 257,3 milhões de escudos (2018: 251,6 milhões). Ainda assim, o índice de sinistralidade geral registou uma redução significativa, passando de 11,29% para 5,59% (uma redução de 5,70 pp. face a 2018), como resultado do crescimento significativo do saldo agregado de crédito verificado em 2019.

international investment bank

Antiguidade de mora do crédito em incumprimento a 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ano	Nº de Clientes	Montante	% Acumulado
2012	2	19 145	7%
2013	1	13 958	13%
2014	4	74 998	42%
2015	3	46 523	60%
2016	8	70 760	88%
2017	2	12 187	92%
2018	3	18 266	99%
2019	1	1 510	100%
Total	24	257 347	

A carteira de crédito em incumprimento é composta por 24 clientes, sendo que a sua larga maioria (88%) apresenta uma antiguidade de incumprimento igual ou superior a 4 anos. Sobre todos estes clientes decorrem processos judiciais, com o objetivo último de permitir a execução judicial das garantias que estas operações contemplam, sendo que estes processos, em média, decorrem há mais de 3 anos.

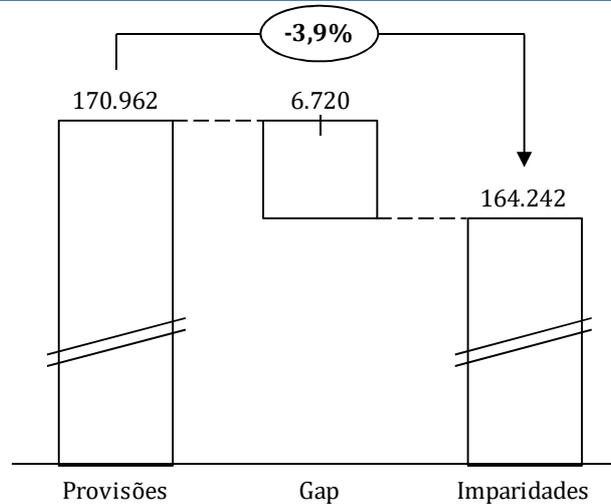
Considerando que a carteira global do iibCV duplicou em valor absoluto (+106%), enquanto o crédito vencido teve um crescimento muito reduzido (+2%), é um claro indicador do esforço empreendido pelo Banco em matéria de resolução de situações históricas de incumprimento, assim como o resultado de um programa de acompanhamento apertado das situações de incumprimento em estágios iniciais (menos de 90 dias), a par da implementação de medidas de recuperação efetivas de crédito em risco, seja por via de execução de garantias, seja por via de reestruturação de operações de crédito.

O cálculo de imparidade para o exercício em análise resulta, assim, numa taxa esperada de perda de 3,57% do volume total da carteira de crédito (2018: 7,72%) e num índice de cobertura de crédito vencido (Imparidade/Crédito Vencido) de 64% (2018: 68%), em linha com a média verificada no mercado, com ambos os indicadores a refletir um crescimento acelerado da carteira bruta de crédito, verificada em 2019.

international investment bank

Provisões Regulamentares *versus* Imparidade

(Valores expressos em milhares de escudos)



Enquanto o modelo que determina as perdas esperadas por imparidade do crédito considera o efeito de execução dos colaterais na recuperação destes créditos, a determinação das provisões regulamentares mínimas passa pela aplicação direta de determinados coeficientes, em função direta do período de atraso verificado (de acordo com intervalos de atraso definidos), assim como da natureza do colateral associado a cada operação de crédito em particular.

As provisões regulamentares mínimas são mensuradas de acordo com os procedimentos do Banco de Cabo Verde, expressas no Aviso nº 4/2006, no qual se estipulam os parâmetros para a determinação das taxas de provisão regulamentar a aplicar a cada exposição individual.

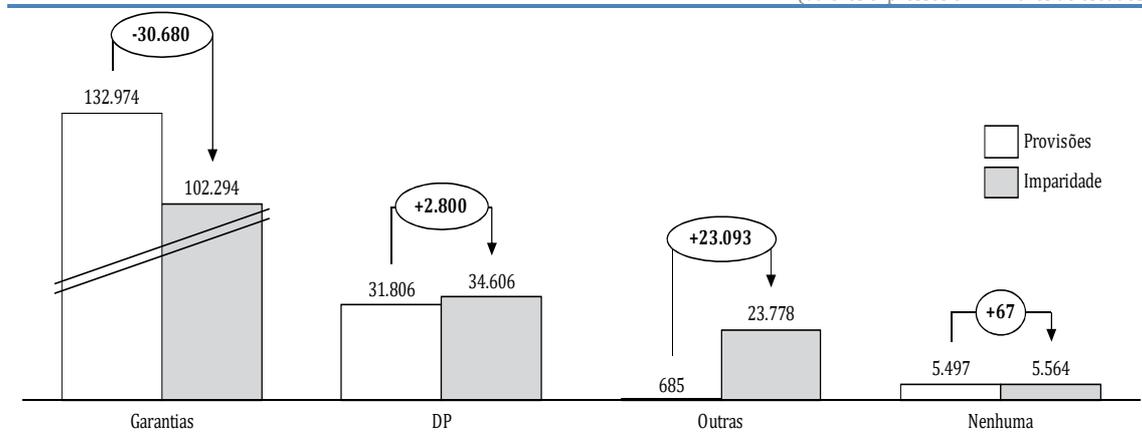
Desta forma, considerando a metodologia estabelecida e, não obstante, parte significativa das operações de crédito em incumprimento apresentar cobertura através de garantias reais hipotecárias, o facto de a sua antiguidade ultrapassar usualmente os 5 anos conduz a que, na maioria das situações, seja aplicada a taxa máxima de provisões regulamentares a esses créditos.

Como resultado, as provisões regulamentares mínimas determinadas foram, desta forma, superiores às imparidades de crédito, em particular no que respeita à carteira de crédito que beneficia de garantias hipotecárias.

international investment bank

Provisões Regulamentares *versus* Imparidade por tipo de Garantia

(Valores expressos em milhares de escudos)



5.2. Análise e Gestão do Risco de Crédito

A gestão de risco global é assegurada pelo Banco, considerando a necessidade e a obrigatoriedade de implementação de um quadro de acompanhamento da atividade que permita o controlo da totalidade dos riscos associados à atividade bancária.

Nesse âmbito, a área de gestão de Risco é responsável pela identificação, acompanhamento, reporte e implementação de medidas de mitigação dos riscos associados à atividade, tais como: risco de crédito, operacional, de mercado, de liquidez, de variação taxa de juro, entre outros, atuando preventivamente na sua gestão e assegurando a diminuição da sua ocorrência e redução do impacto financeiro no resultado e no capital, com vista ao desenvolvimento do negócio e alcance dos objetivos do Banco.

O modelo de gestão de risco adotado pelo iibCV harmoniza-se com a própria estrutura organizacional e com o modelo de negócio do Banco, em que a componente de risco de crédito assume predominância face às demais, devido à própria natureza do modelo de negócio implementado.

No que respeita a operações de investimento, na sua maioria produto da necessidade de otimizar e rentabilizar os recursos disponíveis, o Banco opta, regularmente, por investimentos em ativos financeiros de maturidade curta e risco reduzido.

A função de gestão do risco de crédito tem como objetivo último garantir um processo de originação de crédito suportado em decisões adequadas e eficientes, assegurando a qualidade global da carteira e, dessa forma, contribuir para mitigar as potenciais perdas financeiras decorrentes do risco inerente às operações de crédito.

A condução de todos os processos de gestão de risco é suportada por um conjunto de políticas e normas que delimitam os poderes das unidades intervenientes no processo de tomada de decisão de crédito, estabelecem os princípios gerais de concessão e os limites de aprovação de crédito, definem processos de identificação, monitorização e comunicação dos fatores de risco e estabelecem os critérios e metodologias de mensuração de riscos.

O Banco faz uso de métodos e políticas de gestão de risco que acredita superar as diretivas impostas pelas autoridades nacionais, assentes nas boas práticas internacionais de governança das instituições financeiras e assegurando a melhoria do perfil de risco de crédito para o nível de risco baixo.

A unidade de Gestão de Riscos, no que compete à gestão do risco de crédito, intervém em todas as etapas de um processo de crédito: análise e aprovação das operações de crédito, acompanhamento da elaboração dos contratos e desembolso do montante, identificação e

international investment bank

recuperação dos créditos vencidos, controlo e atualização do valor das garantias recebidas, atualização dos modelos de mensuração de risco de crédito, cálculo de provisões regulamentares e imparidade de crédito e produção e reporte de dados e estatísticas de crédito, tanto para o consumo interno como para as autoridades.

Sendo o risco de crédito a possibilidade de perdas financeiras decorrentes do incumprimento total ou parcial do cliente ou contraparte, relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco, no âmbito da sua atividade creditícia, sete determinações são consideradas condições *sine qua non* para que se efetive uma relação de crédito:

- i) A gestão individual do risco de crédito, no intuito de assegurar uma adequada e eficiente tomada de decisão, visando preservar a qualidade da carteira de crédito e adequar medidas de mitigação de possíveis perdas a cada operação;
- ii) A exposição ao risco de crédito, que se tenta manter reduzida a priori, contando, para tal, com a decisão unânime das operações de crédito para a sua efetivação;
- iii) A preparação das operações de crédito pela área comercial, a quem compete analisar o envolvimento e a capacidade do cliente, que são, posteriormente, submetidas à análise da área de risco para emissão de recomendações e parecer independente;
- iv) Qualquer operação de crédito é analisada aprovada a vários níveis de decisões, de acordo com a matriz de poderes de decisão estabelecida na política de crédito;
- v) O controlo e monitoramento contínuo da qualidade de crédito, individualmente, com base na atualização e análise de indicadores relevantes, como os relatórios e contas, a antiguidade de mora, etc.;
- vi) A mitigação do impacto do risco de crédito, através da exigência de garantias reais (títulos, imóveis, depósitos) e outras garantias pessoais, de forma a garantir a execução e/ou recuperação da dívida; e
- vii) A independência da unidade de Gestão de Riscos no desempenho das suas atribuições, principalmente no que se refere à análise e emissão de pareceres.

O derradeiro controlo dos processos da gestão e avaliação de riscos assenta nos procedimentos anuais de revisão por parte da Auditoria Externa e do Conselho Fiscal, para além da opinião do supervisor (Banco de Cabo Verde), com o objetivo de avaliar as metodologias de mensuração de riscos e verificar o cumprimento das normas internacionais e dos avisos regulamentares.

international investment bank

A carteira global do Banco é constituída por duas modalidades de operações: as operações de crédito por desembolso, adiante designada carteira de crédito ou crédito a clientes, e as operações de crédito por assinatura ou *off-balance* (extrapatrimoniais), que representam compromissos ou responsabilidades meramente potenciais.

	31.12.2019	31.12.2018	Varição
Crédito a clientes	4 600 352	2 228 417	106%
Empresa	3 757 240	1 357 390	177%
Particular	843 113	871 026	-3%
Extrapatrimonial	814 469	708 173	15%
Total	5 414 821	2 936 590	84%

A carteira de crédito a clientes, no montante global de 4,6 mil milhões de escudos, registou, no final do ano de 2019, um crescimento de 106%, refletindo o impacto da implementação da nova estratégia de negócio adotada na realização das atividades e no envolvimento com clientes.

Para a mitigação do risco da carteira, o Banco exige aos clientes a prestação de garantias, visando a cobertura ou minimização das possíveis perdas decorrentes do não cumprimento dos requisitos contratados. Dependendo da finalidade do financiamento, vários podem ser os instrumentos de mitigação de risco: garantias reais (penhor de depósitos e hipotecas sobre bens imóveis), livranças, cartas de responsabilidade, apólices de seguros, penhor de bens móveis (viaturas, equipamento e maquinaria), assim como *standby letters*.

Em resultado da política criteriosa adotada na gestão do risco de crédito, a carteira de crédito encontra-se coberta em cerca de 60,6% por garantias hipotecárias (habitação própria, espaços comerciais, imóveis e terrenos para investimento) e em cerca de 39% por penhor financeiro, designadamente de depósito a prazo.

Como resultado, o Banco está dotado de um grau reforçado de prudência no processo de originação de novos créditos, conduzindo, em última análise, a uma relação confortável entre os valores em risco e os valores de avaliação dos colaterais recebidos em contrapartida, tal como expresso no quadro seguinte.

international investment bank

Cobertura da carteira de crédito por tipo de garantia a 31-12-2019 e 31-12-2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor do Crédito	Valor da Garantia	Grau de cobertura	Valor do Crédito	Valor da Garantia	Grau de cobertura
Real e pessoal	3 216 352	2 575 578	80%	672 551	1 105 503	164%
Real hipotecária ou não para investimento	599 715	1 154 559	193%	746 195	1 289 987	173%
Hipotecária para habitação própria	775 356	1 609 649	208%	809 170	2 244 768	277%
Sem garantia	8 928	-	0%	501	-	0%
Total	4 600 352	5 339 786	116%	2 228 417	4 640 258	208%

O valor das garantias inclui o valor dos imóveis (avaliados por entidades externas, com base em metodologias normalmente aceites) e o valor dos depósitos a prazo dados em garantia.

As operações de financiamentos (de curto, médio e longo prazos) ao segmento empresa têm um nível de cobertura de garantias reais de 73%, ressalvando-se que os créditos de médio-longo prazo desprovidos de garantias reais (hipoteca e/ou depósitos) foram concedidos a empresas nacionais de grande dimensão e de baixo risco de crédito, bem como a empresas que beneficiam de Avals do Estado.

O crédito habitação tem um rácio de *Loan-to-Value* (LTV) médio de 43% e está integralmente colateralizado por garantias reais, ou seja, pelo próprio imóvel objeto de financiamento.

Cerca de 30% das operações de crédito em carteira tem como garantia a hipoteca de bens imóveis. Os bens imóveis, apresentados como garantia em operações de crédito hipotecários, são avaliados no momento da originação da operação e, posteriormente, periodicamente reavaliados por entidades independentes credenciadas, devidamente certificadas pelo Banco de Cabo Verde, na sua maioria com experiência internacional.

As avaliações realizadas no momento de originação do crédito são atualizadas com uma periodicidade máxima de dois anos. Os colaterais recebidos em garantia para cerca de 80% da carteira de crédito à habitação, com referência a 31 de dezembro de 2019, foram alvo de atualização no decurso de 2018 e 2019.

As tabelas seguintes demonstram, para os segmentos de garantias hipotecárias relacionadas com habitação própria e outros imóveis para investimento, que o iibCV assegura, de forma periódica e sistemática, a avaliação dos ativos associados às garantias recebidas.

international investment bank

Antiguidade da avaliação das garantias a 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ano da Avaliação	Hipotecárias para habitação própria		Reais hipotecárias ou não para investimento	
	Valor	%	Valor	%
2019	1 020 225	63%	265 834	23%
2018	544 846	34%	387 948	34%
Anterior a 2018	44 578	3%	500 777	43%
Total	1 609 649	100%	1 154 559	100%

Antiguidade da avaliação das garantias a 31-12-2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ano da Avaliação	Hipotecárias para habitação própria		Reais hipotecárias ou não para investimento	
	Valor	%	Valor	%
2018	641 466	29%	805 880	62%
2017	1 579 683	70%	481 626	37%
Anterior a 2017	23 619	1%	2 481	0%
Total	2 244 768	100%	1 289 987	100%

A avaliação da qualidade da carteira de crédito é feita tendo por base o Aviso nº 6/2007 (“Classificação das Operações de Crédito e Provisões”), emitido pelo Banco de Cabo Verde (BCV), que estabelece, entre outros aspetos e para além de outros indicadores de mensuração do risco de crédito:

- A distribuição das exposições de crédito por classes de risco;
- A identificação das operações em risco (contratos vencidos e reestruturados);
- A identificação dos processos instruídos para cobrança judicial;
- A determinação do coeficiente de imparidades económicas e de provisões regulamentares mínimas.

Os Avisos nº 4/2006 e nº 6/2007 (“Classificação das Operações de Crédito e Provisões”) emitidos pelo BCV determinam que a classificação das operações de crédito deve respeitar integralmente os critérios de definidos nos referidos avisos.

Dessa forma, tendo como referência a natureza da garantia associada à operação de crédito e o período de atraso no pagamento das prestações acordadas, as operações de crédito deverão ser integradas numa de cinco classes: A, B, C, D ou E.

international investment bank

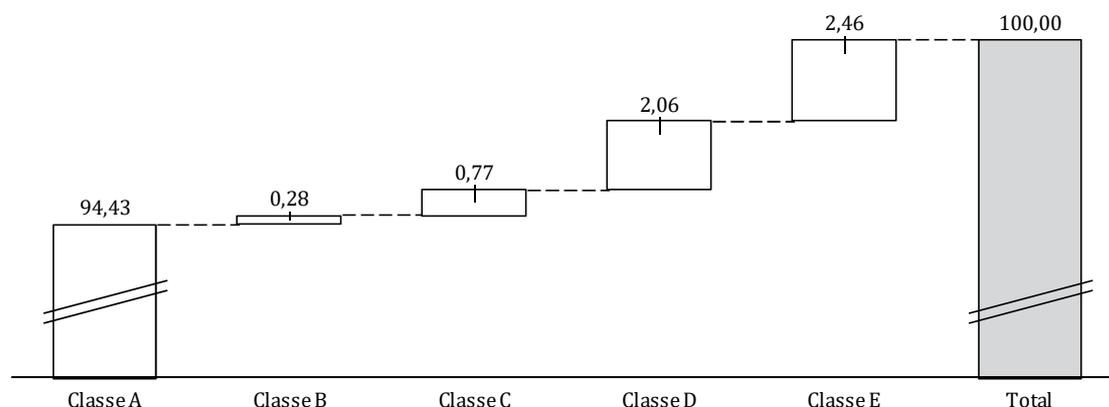
Uma vez aplicados os critérios definidos nos Avisos acima mencionados e definidas as classes das operações, o provisionamento das mesmas deverá respeitar a classe na qual ficar inserida, de acordo com o tempo de atraso das prestações, conforme o quadro seguinte apresenta:

m = meses

Tipo de Garantia	Intervalo de atraso				
	0-6m	6-24m	24-48m	48-78m	>78m
Hipotecária para habitação própria	0-6m	6-24m	24-48m	48-78m	>78m
Real hipotecária ou não para investimento	0-6m	6-15m	15-30m	30-60m	>60m
Real e pessoal	0-3m	3-6m	6-12m	12-24m	>24m
Sem garantia	0-1m	1-3m	3-6m	6-12m	>12m
Classe de Risco	A	B	C	D	E
Taxa Provisão	1%	5%	25%	50%	100%

De salientar que toda e qualquer exposição classificada na classe E deverá, passado um período máximo de 6 meses e caso não se verifique a possibilidade de recuperação do valor, ser abatida ao ativo pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não estiverem esgotados todos os procedimentos para a sua cobrança.

Distribuição da carteira de crédito por classe de risco a 31-12-2019



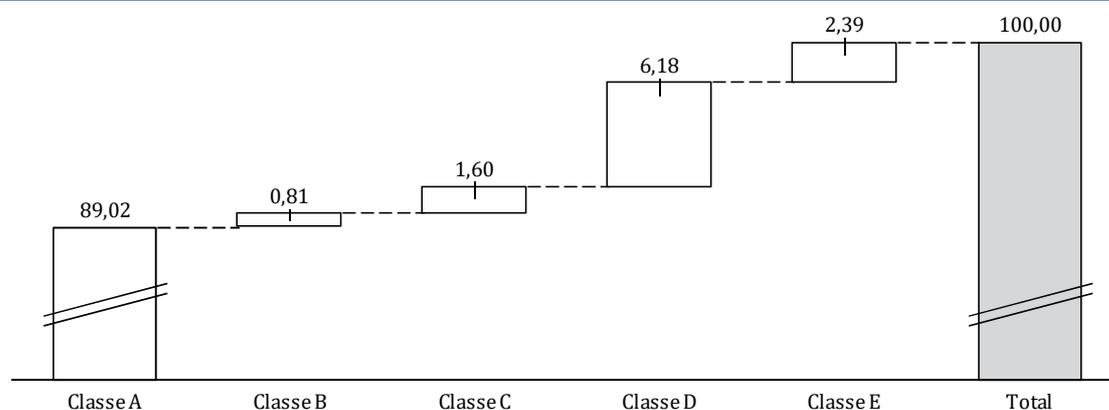
A carteira de crédito do Banco é constituída, na sua maioria (92%), por operações em situação regular, ou seja, não apresenta quaisquer indícios de atraso, tal como graficamente demonstrado acima. A predominância de operações classificadas como Classe A decorre diretamente dos elevados graus de prudência e exigência colocada no processo de originação de crédito, influenciando de uma forma positiva os níveis de risco da carteira.

Os créditos classificados na classe de risco elevado (E) representam somente 2,46% do total da carteira de crédito, estando a estes associados cerca de 66% do total das provisões regulamentares mínimas determinadas, facto que se justifica por estas exposições estarem, na sua maioria, providos de hipotecas de imóveis e penhor de depósitos, aguardando o

international investment bank

desenvolvimento positivo dos trâmites em curso nos Tribunais em Cabo Verde, tendentes à execução das garantias reais e/ou financeiras a estes associados.

Distribuição da carteira de crédito por classe de risco a 31-12-2018



Com cerca de 6% da carteira em situação de incumprimento (2018: 11%), maioritariamente de longa duração (há mais de 90 dias), é nos segmentos de crédito a empresas e crédito para aquisição de habitação própria (na sua maioria particulares não residentes) que a totalidade do crédito em incumprimento se concentra.

Distribuição da carteira de crédito e provisões por classe de risco, a 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

Operações de crédito	Montante de Crédito	Classe de Risco e % Provisões			Total Provisões	Total Imparidade	Diferença entre Imparidade e Provisões
		A	B-C	D-E			
		1%	[5% -25%]	[50% -100%]			
Financiamento M/L Prazo	3 000 397	710	-	64 287	64 997	84 683	19 686
Crédito à Habitação	788 133	-	-	-	-	20 039	20 039
Financiamento Curto Prazo	488 833	213	9 429	41 179	50 822	4 326	(46 496)
Outros créditos	322 989	179	65	54 899	55 143	55 193	50
Total	4 600 352	1 103	9 494	160 365	170 962	164 242	(6 720)

As operações de crédito classificadas na carteira do Banco com taxas de provisão regulamentar mínimas mais elevadas são, na sua maioria, financiamentos de médio e longo prazos e créditos à habitação, o que se justifica pela antiguidade de mora - atraso igual ou superior a 3 anos - e pela graduação dos colaterais e do tempo estimado para a recuperação dos créditos via sistema judicial.

Com base nos indicadores e demais variáveis utilizadas na avaliação das classes de risco dos contratos de crédito, determinou-se que 90,3% do total das operações configuram um perfil de baixo risco (2018: 82,5%), 3,7% podem ser caracterizadas como de risco médio (2018:

international investment bank

6,3%) e 6% do total das operações em carteira reúnem as características que lhes conferem um perfil de risco elevado (2018: 11,2%).

A maior concentração da exposição de crédito na classe de risco baixo e a redução do rácio de crédito vencido face a 2018 evidenciam a melhoria da qualidade da carteira de crédito permitem caracterizar, de uma forma global, a carteira de crédito do iibCV como de risco baixo.

Em 2018, a distribuição da carteira de crédito e provisões por classe de risco era conforme segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Operações de crédito	Montante de Crédito	Classe de Risco e % Provisões			Total Provisões	Total Imparidade	Diferença entre Imparidade e Provisões
		A	B-C	D-E			
		1%	[5% -25%]	[50% -100%]			
Financiamento M/L Prazo	1 062 548	359	-	36 018	36 377	74 790	38 413
Crédito à Habitação	831 102	492	9 742	34 984	45 219	42 081	(3 138)
Outros créditos	169 287	618	54	51 196	51 868	50 606	(1 263)
Financiamento Curto Prazo	165 481	1	-	-	1	4 638	4 637
Total	2 228 417	1 469	9 796	122 199	133 465	172 114	38 649

No final de 2019, o Banco apresentava cerca de 310 milhões de escudos de créditos em risco (2018: 335 milhões), uma redução homóloga de 8%, o que corrobora a melhoria relativa da qualidade da carteira de crédito. O total do crédito em risco reportado, inclui um conjunto de créditos reestruturados no valor de 52 milhões de escudos, correspondentes a 1,13% do total da carteira de crédito do Banco, notoriamente inferiores aos cerca de 3,74% que os mesmos representavam em finais de 2018.

Carteira de crédito em risco a 31-12-2019 e 31-12-2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Crédito em incumprimento	Crédito reestruturado	Total crédito em risco	Crédito em risco 2018	Varição 2019/2018
Empresa	145 147	35 930	181 077	205 066	-12%
Habitação	111 207	13 092	124 299	125 101	-1%
Consumo	993	3 135	4 128	4 864	-15%
Total	257 347	52 157	309 504	335 032	-8%
% Carteira Global	5,59%	1,13%	6,73%	15,03%	-8,31pp

Os processos de reestruturação de operações de crédito, normalmente decorrentes de dificuldades financeiras dos mutuários, que os impossibilita de cumprir com o serviço da dívida originalmente estabelecido, conduzem à formalização de novos contratos, com a modificação de cláusulas que conduzam ao aumento da capacidade de estes fazerem face ao serviço da dívida.

international investment bank

Assim sendo, numa reestruturação normalmente associada a um reforço de garantias, proporciona-se a reformulação do plano de pagamentos de prestações, com consequente redução do esforço financeiro para o cliente, garantindo a efetiva recuperabilidade do valor financiado, por um período de tempo normalmente mais alargado.

Na gestão e recuperação dos créditos vencidos, a orientação primeira vai no sentido da negociação com os clientes, podendo essa negociação resultar em procedimentos de reestruturação dos contratos. Não obstante essas iniciativas, sempre que situações de incumprimento prolongado são verificadas, sem capacidade de acordo prévio entre as partes, processos judiciais são instruídos para a cobrança coerciva de dívida, com a opção de dação em cumprimento da referida dívida como último recurso.

Distribuição temporal do crédito em incumprimento por produto a 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

	> 90 dias <= 180 dias		> 180 dias <= 365		> 365 dias		TOTAL	
	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade
Empresa	1 510	45	-	-	143 637	96 480	145 147	96 525
Habituação	-	-	-	-	111 207	17 233	111 207	17 233
Consumo	54	11	-	-	938	203	993	214
TOTAL	1 564	56	-	-	255 782	113 916	257 347	113 972
Peso na Carteira Global e na Imparidade total	0,03%	0,03%	0,0%	0,0%	5,6%	69,4%	5,6%	69,4%

A carteira de crédito em incumprimento apresenta um grau de cobertura por imparidades de 44%.

Distribuição temporal do crédito em incumprimento por produto a 31-12-2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

	> 90 dias <= 180 dias		> 180 dias <= 365		> 365 dias		TOTAL	
	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade
Empresa	-	-	3 839	3 839	135 917	89 923	139 756	93 762
Habituação	7 197	153	5 539	2 077	98 518	34 180	111 254	36 410
Consumo	2	0	157	56	437	153	595	208
TOTAL	7 198	153	9 535	5 972	234 873	124 255	251 606	130 380
Peso na Carteira Global e na Imparidade total	0,3%	0,1%	0,4%	3,5%	10,5%	72,2%	11,3%	75,8%

O resultado do esforço dos procedimentos de recuperação de crédito empreendidos em 2019, seja por recuperação direta (cobrança de prestações em atraso) ou renegociação de condições contratuais, está refletido na melhoria dos indicadores globais da qualidade da carteira, não obstante o crédito vencido ter registado, como já referido, um ligeiro crescimento de cerca de 6 milhões de escudos, quando comparado com finais de 2018.

international investment bank

Indicadores de qualidade da carteira de crédito a 31-12-2019 e 31-12-2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2019	31.12.2018	Δ abs.	Δ %
Crédito a clientes (bruto)	4 600 352	2 228 417	2 371 935	106%
Crédito abatido ao ativo (no ano)	-	17 271	(17 271)	-100%
Crédito vencido (a+b)	258 264	252 304	5 960	2%
(a) Crédito vencido (>90dias)	257 347	251 606	5 741	2%
(b) Crédito vencido (<90dias)	918	698	219	31%
(c) Crédito Reestruturado*	52 157	83 426	(31 269)	-37%
Crédito em risco	309 504	335 032	(25 528)	-8%
Imparidade da carteira de crédito	164 242	172 114	(7 871)	-5%
Imparidade de crédito do exercício	8 255	19 727	(11 472)	-58%
Crédito abatido/Crédito a clientes	n.a.	0,78%	-	
Crédito vencido/Crédito a clientes	5,61%	11,32%	-5,71pp	
Crédito vencido (>90dias)/Crédito a clientes	5,59%	11,29%	-5,70pp	
Crédito em risco/Crédito a clientes	6,73%	15,03%	-8,31pp	
Imparidade da carteira/Crédito vencido	63,59%	68,22%	-4,62pp	
Imparidade da carteira/Crédito vencido (>90dias)	63,82%	68,41%	-4,58pp	
Imparidade da carteira/Crédito em risco	53,07%	51,37%	1,69pp	
Cobertura do Carteira (Impar. carteira/Crédito clientes)	3,57%	7,72%	-4,15pp	
Custo de Imparidade (Impar. exercício/Crédito clientes)	0,18%	0,89%	-0,71pp	

*Crédito reestruturado que está incluído no crédito em incumprimento

A cobertura da carteira por imparidades diminuiu para 3,57% (2018: 7,72%), facto que evidencia o crescimento substancial da carteira de crédito, não refletindo qualquer deterioração na qualidade da carteira, cuja melhoria pode se comprovar pelo índice de incumprimento, dado pela razão entre o crédito vencido há mais de 90 dias e a carteira global, cujo valor passou de 11,29% para 5,59%.

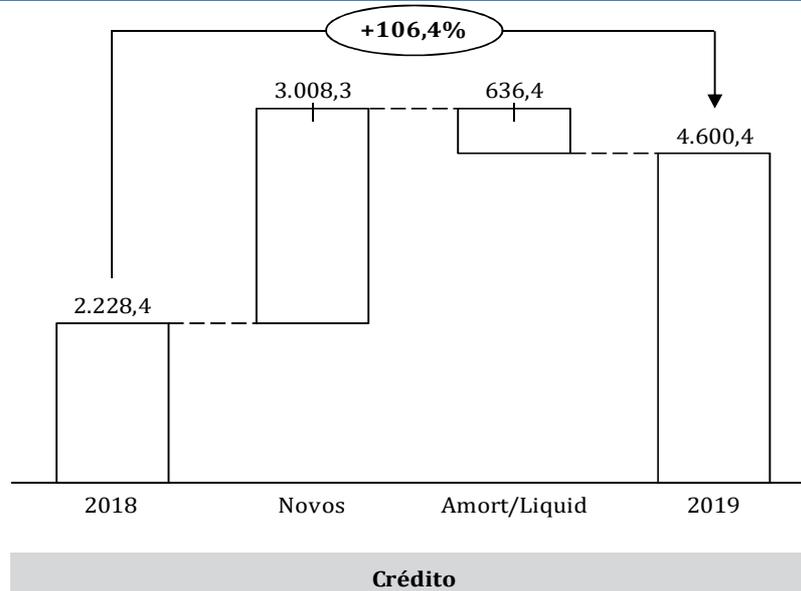
Em 2019, o Banco concedeu cerca de 3 mil milhões de escudos em crédito, tendo sido a sua maioria (99%) destinada a financiamento a empresas.

O gráfico seguinte demonstra a evolução verificada no *stock* de crédito no ano de 2019, decompondo a evolução da carteira bruta, tendo em consideração os principais eventos verificados ao longo desse período:

international investment bank

Evolução da carteira de crédito por desembolso de 31-12-2018 a 31-12-2019

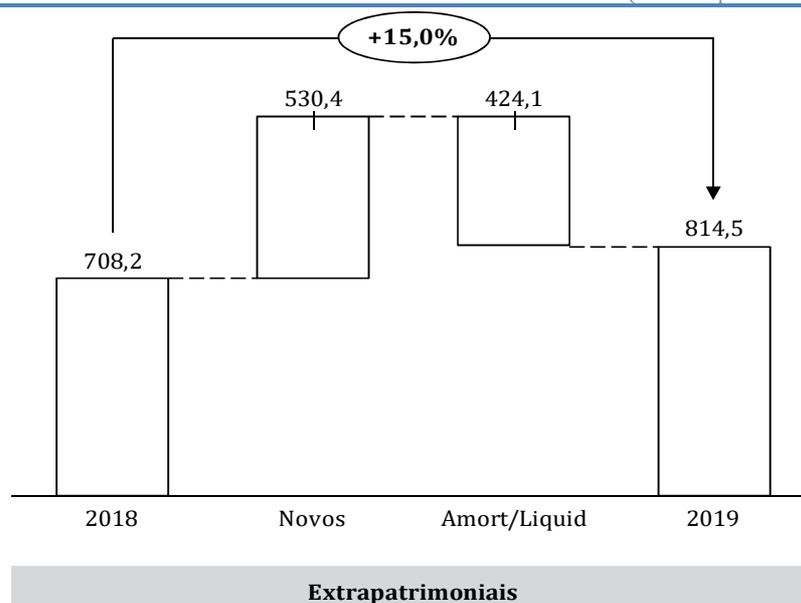
(Valores expressos em milhares de escudos)



O Banco registou uma maior dinâmica na emissão de Garantias Bancárias (operações *off-balance*), no geral para propósitos de adiantamento de receitas, boa execução, participação em concursos, tendo sido a maioria destinada a empresas do setor da construção civil. Essas operações registaram um crescimento homólogo de 15%.

Evolução da carteira de crédito por assinatura de 31-12-2018 a 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)



6. Análise da Evolução da Atividade

6.1. Síntese da Atividade

A atividade desenvolvida pelo iibCV no decurso de 2019 foi assente num acelerado e bem conseguido processo de transformação, face aos objetivos estratégicos definidos, culminando num conjunto de iniciativas determinantes para o futuro próximo do Banco, como foram: i) o processo de alteração de designação social e imagem de marca, ii) a participação num conjunto relevante de financiamentos de dimensão relevante e, finalmente, iii) a substituição da infraestrutura tecnológica no sentido da sua modernização e adequação ao mercado nacional (“Core Banking System”).

Através do plano de transformação implementado, consubstanciado na mudança da imagem (mudança da imagem de marca e da denominação social, a par da remodelação dos balcões do iibCV), na modernização dos sistemas de suporte ao negócio e, igualmente, num forte investimento em recrutamento e formação de colaboradores, o iibCV conseguiu ganhar notoriedade, e com isso, alcançar níveis de confiança acrescidos junto da sua base de clientes.

Assim, foi possível registar uma evolução muito significativa em indicadores como o número de clientes ativos, depósitos e crédito concedido, o que, globalmente, refletem indicadores que permitem acreditar no desenvolvimento de um projeto bancário de referência em Cabo Verde, devidamente sustentável e caracterizado por adequados níveis de rentabilidade dos capitais próprios.

A tendência de crescimento da atividade foi particularmente sentida no decorrer do segundo semestre de 2019, com uma dinâmica acrescida em múltiplos vetores (clientes, depósitos, crédito, transações, etc.), imediatamente após o processo de *rebranding*, facto que, apesar de esperado, deixa igualmente indicadores interessantes para os próximos exercícios.

Cientes

A estratégia do iibCV para o mercado nacional passa por suportar, preferencialmente, o segmento empresarial, não descurando a prestação de serviços personalizados e de elevada qualidade no segmento de particulares, em particular os de mais elevado rendimento. Assim, a reduzida escala do mercado nacional, bem como da rede de distribuição do iibCV, composta, até à data, por duas unidades de negócio, associada ao facto do mercado nacional estar dotado de Instituições (de maior dimensão e penetração) a operar no segmento de

international investment bank

particulares, conduzirá o iibCV a procurar o desenvolvimento de atividade junto do setor empresarial.

No decurso do ano de 2019, registou-se um crescimento na carteira global de clientes, tendo sido captados um total de 137 novos clientes, dos quais 77 correspondem ao segmento particular (Praia: 40, Sal: 37) e 60 ao segmento empresarial (Praia: 42, Sal: 18).

Assim sendo, a 31 de Dezembro de 2019, o Banco contava com 1.903 clientes (2018: 1.781), dos quais 349 empresas (2018: 290) e 1.554 clientes particulares (2018: 1.491), resultando num crescimento (líquido) de 122 clientes ativos, ou seja, um aumento global de 7% da sua carteira de clientes, com realce especial para um crescimento de cerca de 20% no segmento empresas.

O sistema de gestão de processos de abertura de contas, implementado já desde finais de 2018 e assente num modelo de integrado de processo (“workflow”), permitiu ao iibCV alcançar maiores níveis de eficiência e controlo dos processos de abertura de contas, não descuidando os aspetos relacionados com o cumprimento integral das obrigações e diretivas, em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento ao terrorismo.

Meios de Pagamento

O iibCV verificou, ao longo de 2019, um crescimento assinalável em matéria de adesões a meios de pagamento alternativos, considerando que estes facilitam a gestão diária de contas e a relação entre os clientes e o seu Banco.

Desta forma, a crescente adesão e utilização do serviço de Internet Banking tem sido um importante indicador da qualidade dos serviços do Banco, registando melhorias significativas e acompanhando o ritmo de crescimento da carteira de clientes (2019: 132 novas adesões).

Com a conclusão do processo de certificação junto da Visa Internacional em janeiro de 2019, o iibCV ficou autorizado a proceder diretamente à emissão de cartões, de crédito e pré-pagos, com a marca iibCV. Assim e no decurso de 2019, foram emitidas 1.603 unidades, entre novas emissões, renovações e substituições, sendo 1.389 cartões de débito (Vint4), 184 cartões pré-pagos (Kretxeu) e 30 cartões de crédito.

O Banco apresenta assim, no final de 2019, um parque ativo de 1.867 cartões bancários, maioritariamente cartões de débito (Vint4), o produto que continua, por razões evidentes, a ser o de maior preferência junto dos clientes particulares do Banco, à semelhança do que se tem verificado desde a sua disponibilização.

international investment bank

No tocante aos terminais de pagamentos (POS), o Banco regista um parque de 93 terminais ativos (2018: 78), refletindo um crescimento anual de 19%, reflexo do foco da atividade do Banco no segmento empresas.

No que respeita a serviços de pagamentos internacionais, de referir que o iibCV estabeleceu uma parceria com a RIA Money Transfer, uma empresa internacional licenciada para fornecer serviços de transferência de valores de e para o exterior (envio e receção), maioritariamente destinada a clientes particulares, sejam eles clientes do banco ou não clientes. De realçar que se verificam níveis de adesão muito substanciais a este serviço, designadamente concentrados nos fluxos de remessa para o país (valores do exterior), sendo que o acordo de parceria estabelecido permite que estes resultados sejam potenciados num futuro próximo, com a exploração de outras funcionalidades.

Crédito e Recursos

O posicionamento mais ativo e visível do iibCV no mercado nacional conduziu a uma renovada dinâmica, em matéria de captação de recursos de clientes e, como resultado, a um relevante nível de crescimento da carteira de depósitos.

Assim, os recursos de clientes apresentaram um crescimento homólogo na ordem dos 44%, facto que espelha o aumento da confiança dos clientes no iibCV, tendo o volume de depósitos atingido o valor de 13,27 mil milhões de escudos (2018: 9,18 mil milhões).

Por outro lado, a carteira global de crédito por desembolso e por assinatura atingiu, em 31 de dezembro de 2019, um saldo de 5,41 mil milhões de escudos (2018: 2,94 mil milhões), ou seja, um crescimento homólogo de 84%.

O crescimento do saldo de crédito por desembolso em cerca de 106% face a 2018, atingindo um valor global de 4,6 mil milhões de escudos (2018: 2,23 mil milhões), resulta de uma maior agilização no processo de originação, avaliação e contratação de crédito, conduzindo à concretização de um conjunto de relevantes operações ao longo de 2019, cumprindo com a política do iibCV no sentido de suportar o desenvolvimento económico do país.

O volume global de crédito vencido representa cerca de 5,6% do total da carteira (2018: 11,3%), indicador esse significativamente abaixo da média do crédito vencido do mercado que, segundo dados divulgados pelo Banco de Cabo Verde respeitantes a dezembro de 2018, se cifra em 12,21%.

Os recursos de clientes registaram um crescimento substancial na ordem dos 44%, totalizando um valor global de 13,27 mil milhões de escudos (2018: 9,18 mil milhões), traduzindo um acréscimo de 4,08 mil milhões de escudos, resultado, em especial, do

international investment bank

incremento da relação bancária estabelecida com um conjunto de clientes empresariais nacionais de relevante dimensão.

Considerando a dinâmica de evolução de recursos e crédito por desembolso anteriormente descritas, o rácio de transformação de depósitos em crédito (Loan-to-Deposit ratio, LtD) evoluiu para 35% (2018: 24%), um acréscimo de 11 pontos percentuais, facto que reflete, adequadamente, o esforço de crescimento da carteira de crédito do iibCV, num claro sinal de suporte ao financiamento da economia de Cabo Verde.

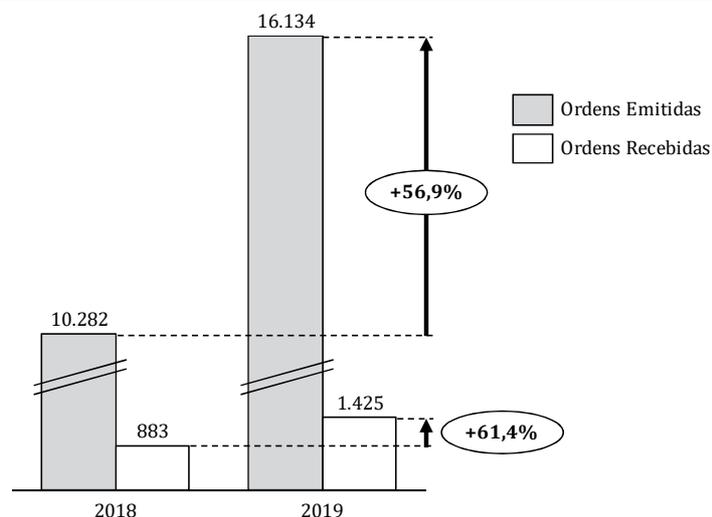
Operações com o Exterior

Também como reflexo do posicionamento mais ativo do iibCV no mercado, o volume global de ordens de pagamento internacionais (emitidas e recebidas) ascendeu a 17,6 mil milhões de escudos (2018: 11,1 mil milhões) um crescimento homólogo de 57%.

De realçar que este crescimento assinalável assenta numa efetiva redução do número total de ordem emitidas e recebidas, uma queda de 9,3% quando comparado com o período homólogo em análise, facto que se explica pelo aumento do montante médio individual de cada operação, em face de um posicionamento mais agressivo do iibCV junto do segmento empresas.

Operações com o Exterior em 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de escudos)



Extrapatrimonial

No que concerne às operações extrapatrimoniais, é de se referir que a carteira do iibCV é constituída essencialmente por garantias bancárias (emitidas e recebidas), produto que apresenta como principal cliente-alvo as empresas a operar nos setores da construção civil e obras públicas.

international investment bank

Níveis mais robustos de crescimento económico verificados em 2018/19 conduziram à retoma de um conjunto de projetos estruturais para o país (parques tecnológicos, portos, entre outros), uma parte relevante destes de elevada dimensão e cofinanciados por entidades financeiras internacionais, tendo sido possível ao iibCV participar nestes projetos, no que diz respeito à emissão de garantias bancárias.

A carteira de crédito por assinatura ascendeu a um valor global de 814 milhões de escudos, tendo registado um crescimento homólogo de 15% (2018: 708 milhões de escudos), sendo que realçar que já em 2018 a carteira havia duplicado o seu volume.

Operações de Crédito por Assinatura realizadas em 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2019		31.12.2018	
	Quantidade	Montante	Quantidade	Montante
Garantias Bancárias	15	530 416	12	420 953
Emitidas	15	530 416	9	391 341
Recebidas	-	-	3	29 612

international investment bank

6.2. Balanço

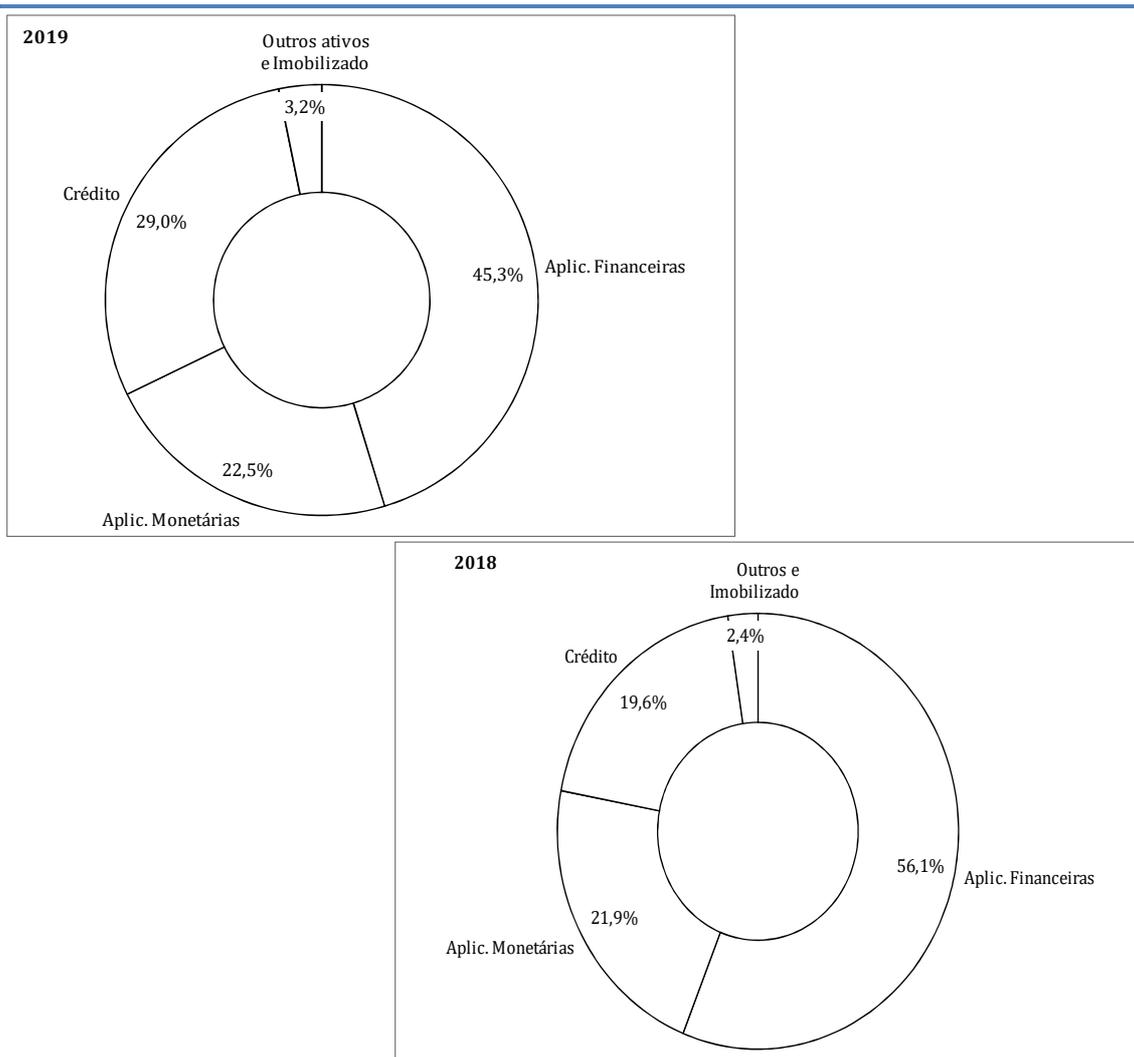
O balanço do iibCV atingiu, no final de 2019, um montante global de 15,21 mil milhões de escudos, valor cerca de 46% superior aos 10,44 mil milhões registados no final do ano anterior.

Na base do crescimento verificado encontra-se, primordialmente, o crescimento verificado nos recursos de clientes, com impacto direto nas disponibilidades e aplicações financeiras, assim como numa maior capacidade de concessão de crédito a clientes.

Os ativos e passivos financeiros continuam a ter uma relevância significativa no balanço do iibCV, com um peso relativo na sua composição no final de 2019 de 74% (2018: 76%) e 90% (2018: 88%), respetivamente.

6.2.1. Ativo

Composição do Ativo



international investment bank

No decurso de 2019 e como resultado do processo de *rebranding* desenvolvido, foram realizados investimentos em ativos afetos à atividade, designadamente ao nível da renovação e melhoramento das unidades de negócio, mas também em termos de ativos incorpóreos.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2019, o investimento bruto em imobilizado ascendia a 622 milhões de escudos (2018: 510 milhões), com as amortizações e imparidades acumuladas à data a ascender a um total de 415 milhões de escudos, o equivalente a aproximadamente 67% do valor de aquisição desses mesmos ativos.

Em termos globais, o imobilizado líquido do Banco equivale a, sensivelmente, 1% do valor total do seu ativo líquido, valor esse que reflete, para além das amortizações regulares, o efeito da imparidade registada em ativos tangíveis (61 milhões de escudos) e intangíveis (35 milhões de escudos) para a cobertura de riscos associados à sua valorização a preços de mercado.

Mantendo sempre como objetivo último um equilíbrio entre a maximização da rentabilidade e a minimização dos riscos, o iibCV opta pela diversificação dos seus investimentos, designadamente através de uma composição mista da sua carteira de ativos.

Assim sendo, aos investimentos no mercado nacional, via aquisição de Bilhetes e Obrigações de Tesouro e operações no Mercado Interbancário, aliam-se investimentos realizados no mercado internacional, designadamente através de aplicações em instituições financeiras, permitindo a mitigação das diversas categorias de risco (risco de variação de taxa de juro, risco cambial e risco de liquidez).

A aplicação dos recursos financeiros excedentários em ativos financeiros de curta duração ou maturidade e, por conseguinte, de baixo risco, encontra-se na base da política de investimento seguida pelo iibCV desde há longa data, sendo que a mesma teve continuidade natural no decurso de 2019.

Estas aplicações de tesouraria de curto prazo realizadas com instituições financeiras eleitas, nacionais e internacionais, representam a parte significativa do investimento realizado pelo iibCV em ativos remunerados e representam, por seu turno, cerca de 39% do ativo líquido total, logo seguidas da carteira de crédito e carteira de investimento em títulos, representando cerca de 29% e 6% do ativo líquido, respetivamente.

international investment bank

Ativos Remunerados

	(Valores expressos em milhares de escudos)	
	31.12.2019	31.12.2018
Aplicações em outras instituições financeiras	5 926 087	4 177 939
Aplicações a muito curto prazo no Banco de Cabo Verde	-	1 200 000
Crédito bruto a clientes	4 600 352	2 228 417
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	944 734	474 047
Total Ativos Remunerados (excluindo juros)	11 471 173	8 080 402
Ativo Líquido	15 211 770	10 442 186
Ativos Remunerados/Ativo Líquido	75%	77%

Sendo ativos remunerados aqueles geradores de receitas passíveis de serem determinadas à data da sua contratualização (taxas fixas ou variáveis), verifica-se que estes registaram um crescimento anual de 42%, perfeitamente em consonância com o crescimento verificado em termos de ativo líquido.

Assim, todos os elementos que compõem a carteira de ativos remunerados do iibCV registaram crescimento durante 2019, reflexo da dinâmica conferida à atividade do Banco ao longo deste exercício.

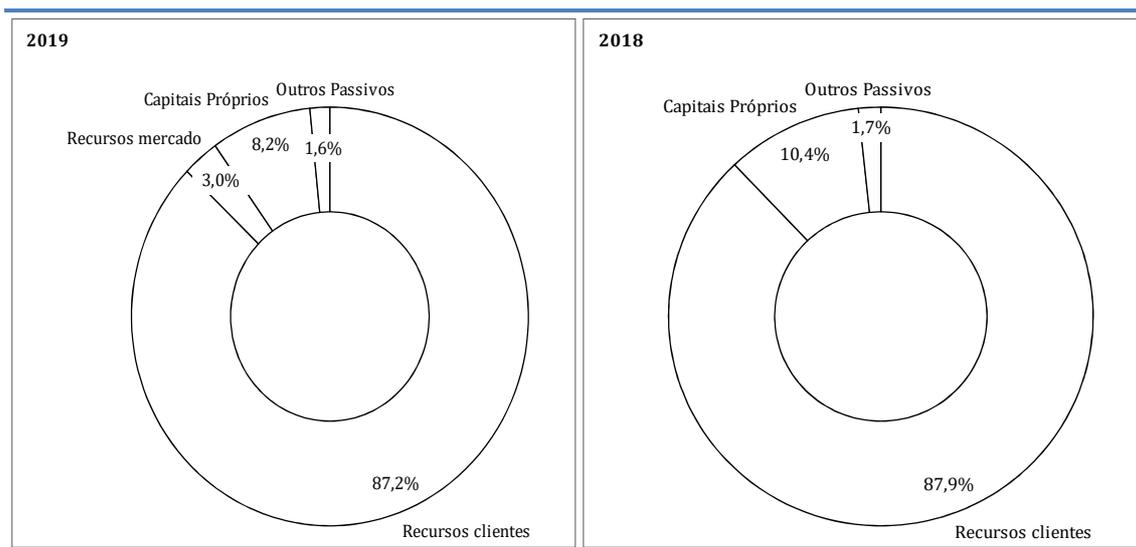
A par do substancial crescimento do ativo líquido (46%), a carteira de ativos remunerados manteve um peso no total do ativo similar ao verificado no ano anterior, 75% (2018: 77%).

international investment bank

6.2.2. Passivo

O passivo do Banco é constituído, na sua larga maioria, por recursos de clientes (depósitos à ordem e depósitos a prazo), representando cerca de 87% do passivo total, um valor relativo similar ao verificado em finais de 2018 (88%).

Estrutura de Financiamento



Os recursos de mercado, constituídos, na sua íntegra, por depósitos de clientes institucionais e de outras instituições financeiras, cresceram, passando a representar de 3% do total do passivo, quando no final de 2018 eram inexistentes. Em termos absolutos, os recursos desses clientes institucionais atingiram, no final de 2019, o valor de 447 milhões de escudos (2018: 424 milhares de escudos).

No que respeita aos recursos próprios, refira-se que, no final de 2019, o Banco apresentava uma situação líquida de 1,25 mil milhões de escudos, o equivalente a cerca de 8% da estrutura de financiamento de 15,21 mil milhões de escudos (2018: 10%).

Os recursos de clientes, maior fatia do total do passivo, registaram um crescimento homólogo de 44%, em larga medida suportado pelo crescimento acelerado dos depósitos dos clientes nacionais do segmento de empresas. Desta forma, os recursos de clientes atingiram um montante global de 13,25 mil milhões de escudos, face aos 9,17 mil milhões de escudos no final do período homólogo.

Já no que respeita à composição da carteira de depósitos, é de se referir que os depósitos a prazo aumentaram cerca de 2,61 mil milhões de escudos (+273%, face a 2018), com consequente aumento do seu peso na carteira global de depósitos de 10% para 27%, sendo que este crescimento é explicado, na sua quase totalidade, pela angariação de novos clientes

e depósitos, assim como pela constituição de colaterais financeiros (penhor de depósitos) associados a operações de financiamento a empresas.

Por outro lado, o volume global de depósitos à ordem registou um crescimento de 1,47 mil milhões de escudos, um crescimento anual de 18%, reflexo evidente do aumento do nível de atividade verificada pelo iibCV no decurso de 2019.

O segmento de empresas (nacionais e estrangeiras) contribuiu, em 2019, para um valor agregado de depósitos de 12,28 mil milhões de escudos (+44% face a 2018), tendo registado um crescimento homólogo de 3,66 mil milhões de escudos, atingindo, desta forma, um peso de cerca de 91% da carteira global.

De forma idêntica, os recursos de clientes particulares, no montante de 969 milhões de escudos, registaram um considerável crescimento, na ordem dos 427 milhões de escudos, ou seja, uma variação anual relativa de mais 79%.

Os recursos de clientes não residentes, no valor global de 8,18 mil milhões de escudos, registaram um acréscimo anual de 8%, verificando um crescimento de 595 milhões de escudos, sendo que, paralelamente, os recursos de clientes residentes registaram um valor global de 5 mil milhões de escudos, um acréscimo de 3,46 mil milhões de escudos, ou seja, uma variação homóloga de 227% (2018: 1,54 mil milhões de escudos).

Já os recursos de clientes emigrantes, no valor global de 41 milhões de escudos, registaram uma redução de 12% e representam um valor residual de menos de 1% do volume global dos depósitos.

No que concerne à gestão financeira, o iibCV promove uma gestão adequada e rigorosa dos seus ativos, garantido o estrito cumprimento dos rácios prudenciais aplicáveis, assegurando em permanência que os rácios regulamentares aplicáveis se apresentam acima dos limites mínimos, visando assegurar uma almofada de conforto em caso de acontecimentos adversos.

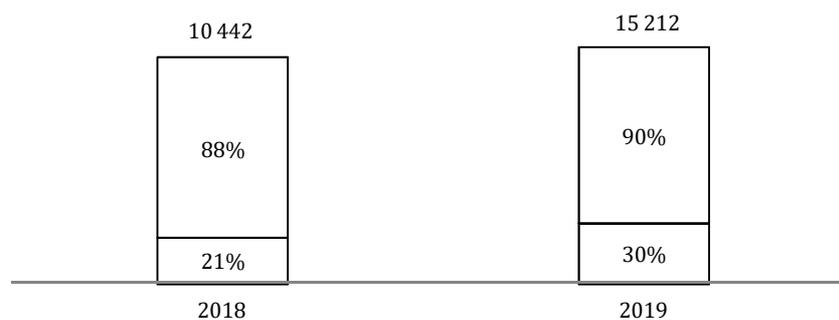
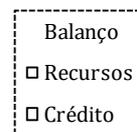
O envolvimento financeiro global dos clientes, determinado pela soma dos seus recursos e do crédito, registou um crescimento de 57% face ao ano transato, resultado da dinâmica de crescimento que ambos os agregados verificaram no decurso de 2019.

Desta forma, o volume total de recursos de clientes é cerca de três vezes superior ao volume total de crédito concedido a clientes, permitindo ao iibCV dispor de uma posição de liquidez bastante confortável, expressa como resultado, num rácio de transformação global de depósitos em crédito de 35% (2018: 24%).

international investment bank

Atividade de Clientes: Crédito e Depósitos na Estrutura do Balanço

Milhões de CVE



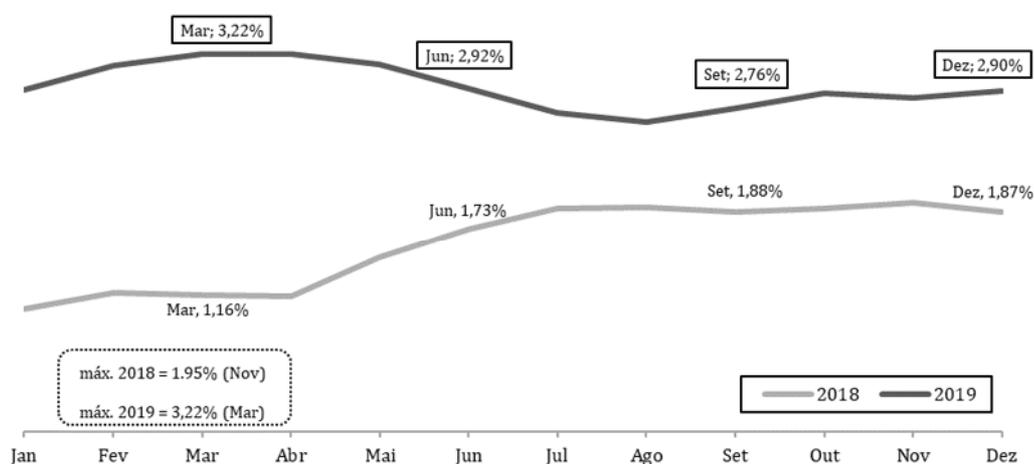
7. Resultados, Rácios Financeiros e Prudenciais

7.1. Resultados

Pelas razões enumeradas anteriormente, é evidente que 2019 foi marcado por um acelerado processo de transformação do Banco, dando origem ao “nascimento” do iibCV, assente numa estratégia de maior proximidade e apoio à economia nacional, procurando um equilíbrio de médio-longo prazo entre a qualidade dos ativos, a sua situação patrimonial e os níveis crescentes de satisfação das necessidades da sua base crescente de clientes.

Como resultado da estratégia implementada, o iibCV apresentou uma recuperação significativa dos seus principais indicadores de resultados, quando comparados com o período homólogo. Assim sendo, o indicador de margem financeira instantânea cifrou-se em 290 pontos base (2018: 187pb), registando um significativo acréscimo num intervalo de um ano, conforme se demonstra no gráfico seguinte:

Evolução da margem financeira em 2019 e 2018



A contribuir para este resultado, está o significativo decréscimo do custo de financiamento da carteira (-0,49pp.), assente numa redução generalizada das taxas passivas, em alinhamento com a tendência verificada no mercado nacional, facto que ainda assim continuou a permitir a atração de novos depósitos de clientes, especialmente do segmento de empresas nacionais.

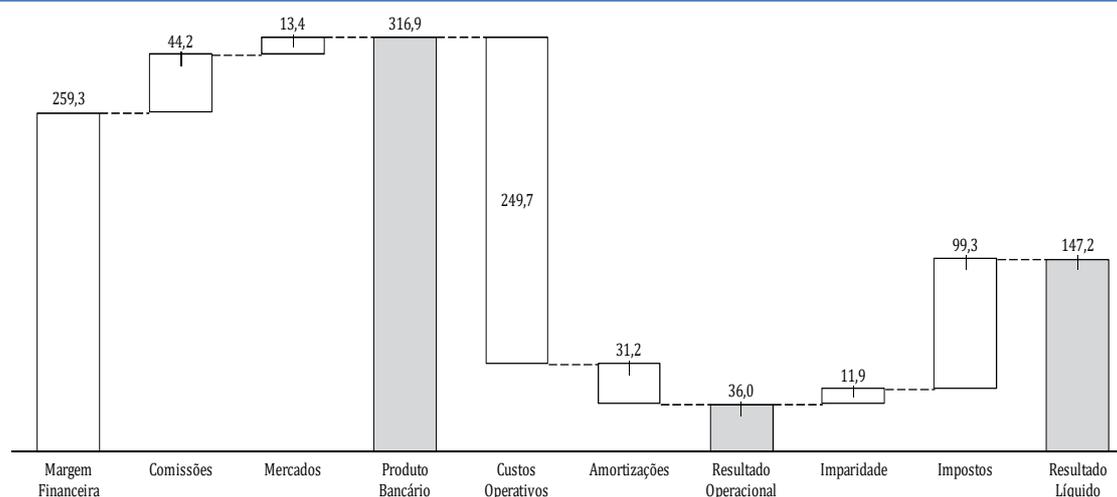
O iibCV atinge, desta forma, o final 2019 com um crescimento da margem financeira instantânea, evoluindo esta de 1,87% para 2,90%, facto que se fica igualmente a dever ao acréscimo combinado do volume e taxas de juro médias das aplicações financeiras dos excedentes de tesouraria, nomeadamente aqueles denominados em moeda estrangeira.

international investment bank

O *turnover* e o *stock* de operações de crédito e extrapatrimoniais registou variação positiva, o que conduziu, por seu turno, a uma melhoria significativa dos proveitos com comissões, tendo as comissões globais (líquidas) apresentado um crescimento anual de 91%.

Demonstração de Resultados a 31-12-2019

(Valores expressos em milhões de escudos)



O custo de imparidade de créditos inclui o efeito conjugado da anulação de imparidades pela recuperação de créditos irregulares e de acréscimos de imparidade em consequência da decisão de reforço da política de cobertura de riscos emergentes da carteira do Banco.

O resultado financeiro registou um considerável aumento, tendo o Banco alcançado um valor 66% acima do atingido no ano transato, consequência de um crescimento dos proveitos e juros do ano, não obstante um crescimento das despesas e encargos com juros.

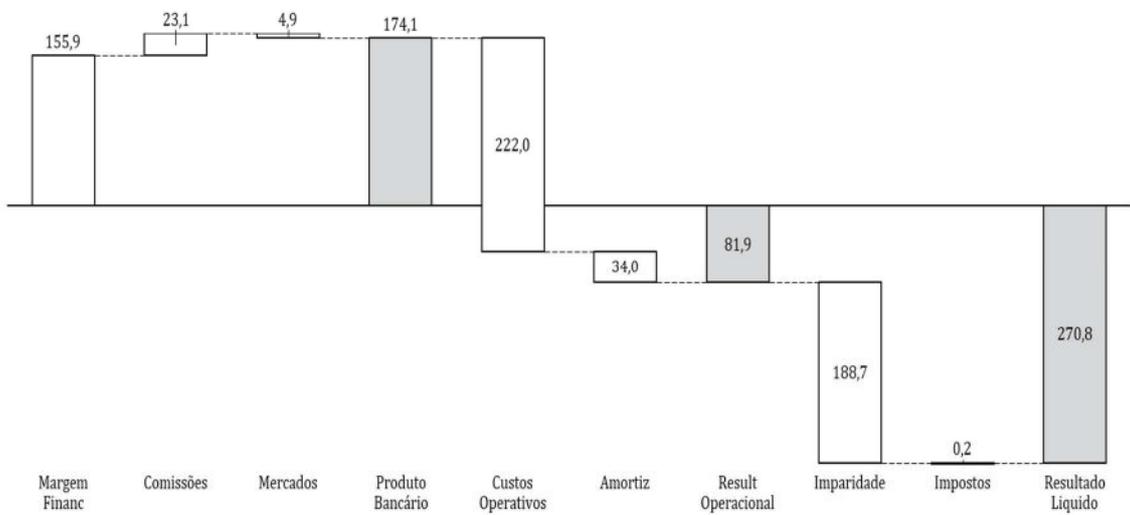
Com uma abordagem mais próxima ao mercado, aliada à melhoria dos proveitos de serviços e comissões, com um acréscimo de 109% face a 2018, o Produto Bancário Comercial (PBC) fixou-se em 304 milhões de escudos, facto que reflete um crescimento homólogo de 69% (2018: 179 milhões de escudos).

O resultado de operações cambiais e outros resultados de exploração atingiu um patamar positivo, registando acréscimo de 370% face a 2018, tendo como reflexo, em termos absolutos, um crescimento de 18 milhões de escudos.

international investment bank

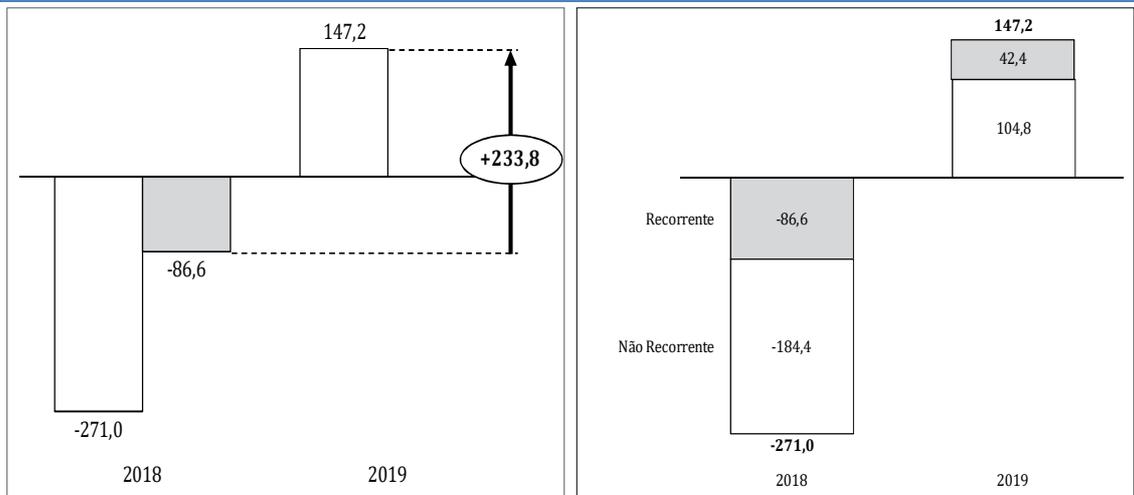
Demonstração de Resultados a 31-12-2018

(Valores expressos em milhões de escudos)



Demonstração de Resultados a 31-12-2019 e a 31-12-2018, com e sem efeitos não recorrentes

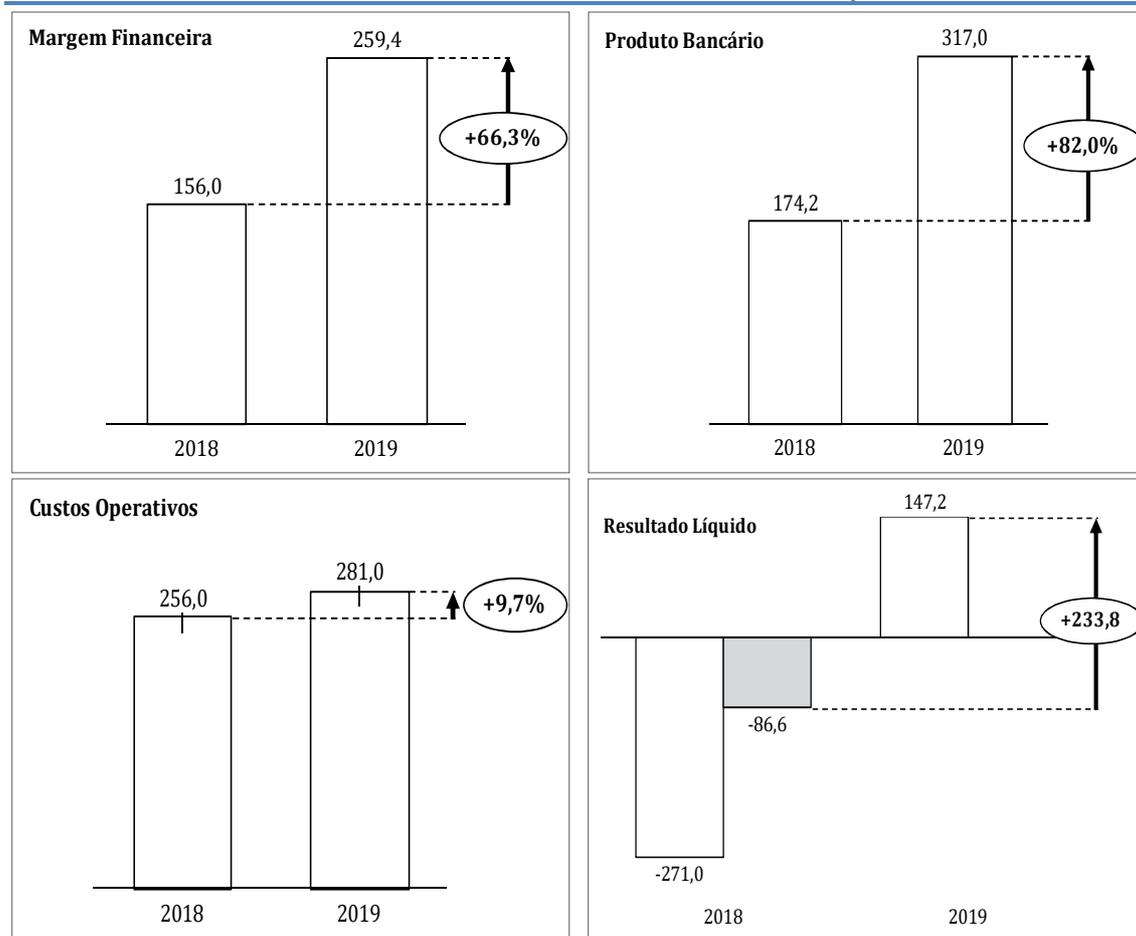
(Valores expressos em milhões de escudos)



international investment bank

Evolução dos Resultados

(Valores em milhões de escudos)



O Produto Bancário (PB) registado em 2018 ascendeu a 174 milhões de escudos, sendo que em 2019 foi cerca de 143 milhões de escudos superior, refletindo um acréscimo relativo substancial na ordem dos 82%.

O Resultado de Exploração (ou Operacional), resultante da diferença verificada entre o Produto Bancário e os Custos Operativos totais, cifra-se num valor de 36 milhões de escudos (2018: 82 milhões de escudos negativos), demonstrando que, pela primeira vez em diversos exercícios, o Banco foi capaz de gerar receitas da sua atividade superiores aos seus custos de operação, ponto de partida para a criação de condições de sustentabilidade futura.

O aumento do número de colaboradores do iibCV, aliado ao natural crescimento dos custos administrativos (incremento de 12%) numa fase de investimento e reposicionamento do Banco no mercado, contribuíram, de uma forma geral, para o crescimento dos custos operativos globais.

Os custos operativos totais ascenderam a 281 milhões de escudos, montante 10% superior quando comparado com o valor atingido em 2018 e globalmente justificados por 31% em

international investment bank

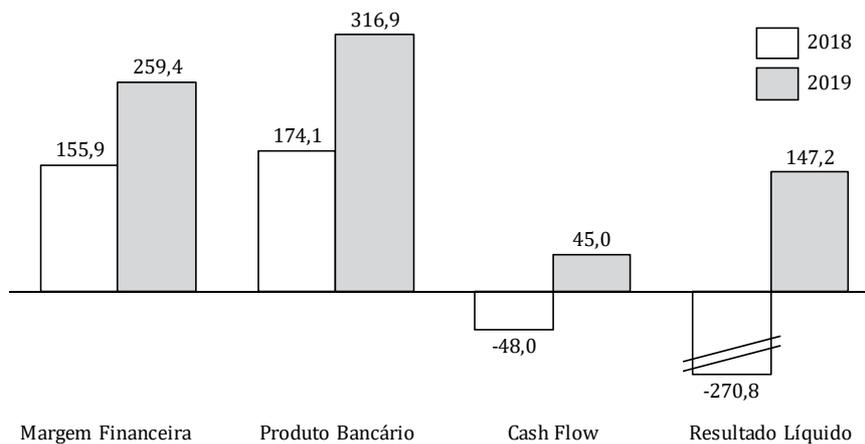
custos com pessoal (2018: 30%) e 57% em outros gastos administrativos (2018: 56%), sendo o valor remanescente justificado pelas depreciações e amortizações do exercício.

Considerando o resultado operacional positivo registado, o iibCV procedeu ao reconhecimento do valor relativo aos impostos diferidos ativos (104 milhões de escudos), decorrentes da probabilidade elevada de se proceder à recuperação de resultados negativos de exercícios anteriores, por esse fator fiscalmente dedutíveis, quer em 2019, quer nos próximos exercícios.

O resultado líquido do exercício ascendeu a 147 milhões de escudos (2018: 271 milhões de escudos negativos), tendo sido função direta dos fatores anteriormente enumerados.

Indicadores de Resultados a 31-12-2019

(Valores expressos em milhões de escudos)



7.2. Rácios Financeiros

Os rácios financeiros alcançados são resultado da nova estratégia implementada, permitindo o crescimento da atividade e, conseqüentemente, permitindo alcançar níveis mais elevados de desempenho, refletidos, por último, em melhores resultados operacionais.

Loan-to-Deposit Ratio

O rácio de transformação de depósitos em crédito (LtD), importante indicador de liquidez e que aponta a capacidade de financiamento do Banco, situou-se acima dos valores dos anos anteriores, fixando-se em 35%, resultado da combinação de crescimentos nos recursos de clientes e na carteira de crédito.

Liquidez

O nível global de liquidez que o Banco apresenta é elevado, dado que transforma em crédito pouco mais de um terço dos recursos de terceiros, permitindo, dessa forma, que os restantes recursos livres sejam canalizados para investimentos de curto prazo e de baixo risco, do tipo aplicações em outras instituições financeiras, garantindo uma rentabilidade marginal, num cenário que permite a redução do risco global da sua carteira de ativos.

O indicador de liquidez para o período residual de um ano (desde 31 de dezembro de 2019 até final de 2020) aponta um gap de liquidez [ativos líquidos/(ativos líquidos – passivos exigíveis)] de 125%, demonstrando solidez e reforçando uma elevada capacidade de financiamento das suas atividades operacionais e de cumprimento das responsabilidades de curto prazo.

O gap de liquidez decresceu ligeiramente face a 2018, com o crescimento mais acentuado dos passivos financeiros face aos ativos financeiros. Não obstante, é de salientar que o gap anual médio ascende a 1,19 mil milhões de escudos (2018: 1,21 mil milhões), equivalente a cerca de 8% do ativo total (2018: 12%).

Sensibilidade à taxa de juros

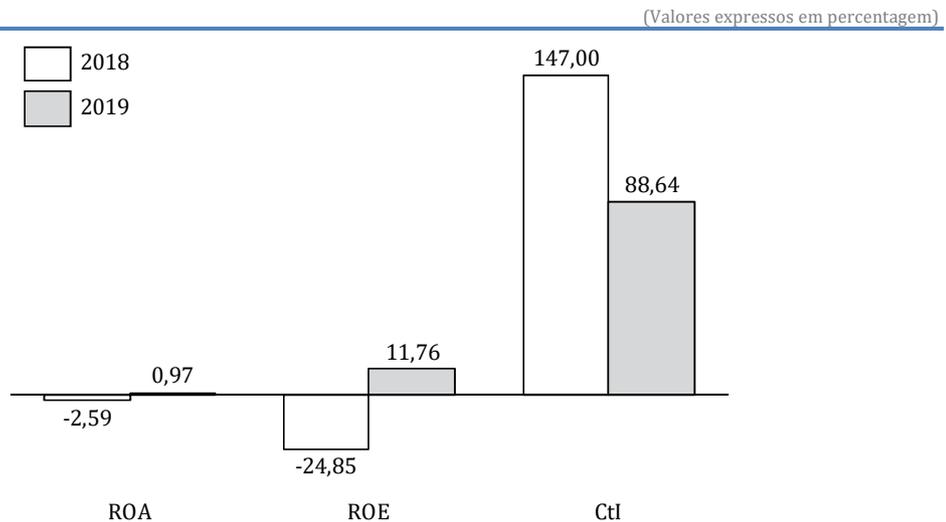
Da análise dos ativos e passivos sensíveis a taxas de juros, pode-se concluir, à semelhança dos anos anteriores, que o *repricing gap* global é positivo, ou seja, num cenário de acréscimo das taxas de juro, a margem financeira comercial tenderá a reagir positivamente, aumentando face à situação inicial.

O Banco apresenta maior exposição ao risco de variação de taxa de juro no intervalo de 6 a 12 meses, por conta de uma maior concentração de depósitos a prazo com maturidade nesse intervalo. Em contrapartida, dispõe de uma situação mais confortável no intervalo até 30

international investment bank

dias e no superior a 3 anos, devido aos montantes em aplicações em instituições de crédito, para o primeiro intervalo, e aos créditos de longo prazo (com destaque para o crédito à habitação), para o segundo intervalo.

Rácios Financeiros



Da análise aos rácios financeiros, nota-se uma melhoria generalizada.

Return on Equity (ROE)

A remuneração média anual do capital (*equity*) cifrou-se em 11,76% (2018: -24,85%), refletindo pela primeira vez em diversos exercícios um resultado líquido positivo e cifrando-se de uma forma clara acima dos níveis de rentabilidade média dos capitais próprios do sistema financeiro em Cabo Verde.

Return on Assets (ROA)

A remuneração média anual do ativo cifrou-se em 0,97% (2018: -2,54%).

Cost-to-Income (Ctl)

O rácio que avalia o peso dos custos operativos sobre o resultado da atividade apresentou, em 2019, uma tendência de melhoria face ao ano anterior, registando decréscimo em relação a 2018, cifrando-se, ainda assim, num valor elevado para a média de mercado de 88,64% (2018: 147%).

7.3. Rácios Prudenciais

O Banco de Cabo Verde (BCV), enquanto entidade supervisora e reguladora do sistema financeiro nacional, tem como uma das suas missões controlar os riscos das instituições financeiras, regulamentados em avisos e instruções técnicas de carácter prudencial e cuja adoção e implementação é obrigatória.

O iibCV tem como objetivo primordial o seu equilíbrio económico e financeiro, o registo de níveis de crescimento sustentável e a contribuição para a estabilidade do sistema financeiro.

Nesse sentido, além de cumprir com todas as imposições dos normativos, o Banco adotou e vem praticando um conjunto de requisitos complementares, com níveis de exigência acima do imposto, fundamentados no sistema financeiro europeu e em linha com as melhores e mais recentes práticas.

Principais Rácios Prudenciais

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Lim. Mín.	31.12.2019	31.12.2018	Varição
Fundos Próprios	800 000	1 230 138	1 089 988	12,86%
Cobertura de Imobilizado	100%	644%	1033%	-389pp
Títulos da Dívida	5%	6,41%	5,17%	1,24pp
Rácio de Solvabilidade	12%	30,5%	28,7%	1,81pp

Assim, a 31 de dezembro de 2019, o Banco apresentava Fundos Próprios de 1,23 mil milhões de escudos, em cumprimento ao Aviso nº 03/2007, de 19 de novembro, que fixa os elementos que servem de base ao cálculo dos Fundos Próprios, continuando acima do mínimo exigido pelo normativo do Banco de Cabo Verde e servindo de amortecedor para eventuais riscos bancários.

Na mesma linha, o risco de Solvabilidade encontrava-se integralmente coberto pelos Fundos Próprios, apresentando uma cobertura 30,5% (2018: 28,7%), notoriamente acima do mínimo exigido para os bancos comerciais, que é de 12%, regulado pelo Aviso nº 04/2007, de 25 de fevereiro de 2008.

Com Fundos Próprios a um nível confortável e uma carteira líquida de investimento em imobilizado tangível de 191 milhões de escudos (2018: 105 milhões), o Banco apresenta um rácio de cobertura de imobilizado de 644% (2018: 1.033%). O Aviso nº 11/98, de 28 de dezembro, que regula os limites de relação entre os fundos próprios e o valor líquido do ativo imobilizado, estabelece que o ativo imobilizado de um banco não deve ultrapassar os seus fundos próprios, ou seja, que o rácio não deverá ser inferior a 100%.

8. Notas Finais

8.1. Declaração de conformidade sobre a Informação Financeira apresentada

Os membros do Conselho de Administração do International Investment Bank, S.A., declaram:

- As demonstrações financeiras do International Investment Bank, S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS), tal como foi definido pelo Banco de Cabo Verde (BCV) no Aviso nº 2/2007, de 25 de fevereiro de 2008;
- Tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras referidas na alínea anterior proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do International Investment Bank, de acordo com as referidas Normas, e foram objeto de aprovação na reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 13 de maio de 2020;
- O relatório de gestão expõe a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira do International Investment Bank, no exercício de 2019, e contém uma descrição sobre a evolução prevista da sociedade.

international investment bank

8.2. Proposta de Aplicação dos Resultados

Nos termos da sua competência estatutária, o Conselho de Administração do International Investment Bank propõe à Assembleia Geral que os Resultados do Exercício, lucro no montante de 147 249 855\$00 (cento e quarenta e sete milhões, duzentos e quarenta e nove mil e oitocentos e cinquenta e cinco escudos), sejam aplicados da seguinte forma:

Reserva legal (10%)	14 725
Outras Reservas (90%)	132 525
Total resultado líquido	147 250

8.3. Perspetivas Futuras

Como é do conhecimento geral, a pandemia de Coronavírus (COVID-19), tem tido desenvolvimentos muito relevantes nas últimas semanas na generalidade dos países, incluindo em Cabo Verde, havendo notícias que indicam que alguns setores da economia poderão vir a ser afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pelo vírus como, por exemplo, o setor do turismo, dos transportes e dos serviços em geral.

Neste enquadramento, tendo presente não apenas a atividade desenvolvida pelo Banco mas também a informação disponível à presente data, o Conselho de Administração não estima efeitos materiais ao nível das demonstrações financeiras do exercício de 2019 decorrente desse evento.

Contudo, dada a incerteza presente dos atuais eventuais e respetivos efeitos, o Conselho de Administração do Banco não consegue estimar e quantificar, à presente data, os impactos futuros do Coronavírus ao nível da economia cabo-verdiana e, por esta via, em particular, os efeitos que estes poderão acarretar ao nível do negócio do Banco, sem colocar, contudo, em causa a continuidade das operações e a continuidade do Banco.

O Conselho de Administração irá continuar a avaliar esta situação de forma cuidada, ao longo do exercício de 2020, acompanhando também as orientações e medidas que as Autoridades em Cabo Verde, designadamente o Ministério das Finanças e o Banco de Cabo Verde, venham a adotar, visando a mitigação dos mais expectáveis impactos negativos resultantes da pandemia do COVID-19 na atividade económica nacional.

8.4. Agradecimentos

O Conselho de Administração do International Investment Bank, S.A. manifesta o seu agradecimento aos seus Clientes, pela confiança e fidelidade demonstrada ao longo desses nove anos de atividade.

Aproveita para, de uma forma especial, estender os seus agradecimentos ao Regulador e Autoridades, em geral, e aos seus fornecedores.

Aos Colaboradores, um especial reconhecimento pela resiliência, pelo total comprometimento, pela lealdade e dedicação ao crescimento e bom funcionamento da nossa instituição.

Cidade da Praia, 13 de maio de 2020

O Conselho de Administração do International Investment Bank

international investment bank

II. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

1. Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

		(Valores expressos em milhares de escudos)	
	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Juros e proveitos similares	5	305 930	178 898
Juros e custos similares	6	(46 565)	(22 915)
Margem financeira		259 365	155,983
Proveitos de serviços e comissões	7	53 206	25,461
Custos com serviços e comissões	7	(8 964)	(2 294)
Resultados de reavaliação cambial	8	5 485	3 447
Outros resultados de exploração	9	7 902	(8 413)
Produto da atividade		316 993	174,183
Custos com pessoal	10	(88 376)	(77 733)
Gastos gerais administrativos	11	(161 388)	(144 339)
Depreciações e amortizações	17 e 18	(31 211)	(34 071)
Provisões líquidas de anulações	23	(6 947)	(41 691)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	16	8 255	(19 727)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	14	(5 825)	(3 391)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	17, 18 e 20	16 449	(123 854)
Resultado antes de impostos		47 950	(270 625)
Impostos		99 299	(196)
Correntes	19	(4 455)	(196)
Diferidos	19	103 754	-
Resultado após impostos		147 250	(270 820)
Resultado após interesses minoritários		147 250	(270 820)

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

international investment bank

Demonstração do Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Resultado líquido do exercício	147 250	(270 820)
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	-	-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-
Total do rendimento integral do exercício	147 250	(270 820)

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

international investment bank

Balanço em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	2 643 243	221 664
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	776 240	2 072 920
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14	945 305	472 258
Aplicações em instituições de crédito	15	5 940 425	5 384 071
Crédito a clientes (líq.)	16	4 414 765	2 046 610
Outros ativos tangíveis	17	190 917	105 471
Ativos intangíveis	18	16 599	-
Ativos por impostos correntes	19	8 445	12 900
Ativos por impostos diferidos	19	118 609	-
Outros ativos	20	157 224	126 292
Total de Ativo		15 211 770	10 442 186
Passivo			
Recursos de bancos centrais	21	335	332
Recursos de outras instituições de crédito	21	446 454	92
Recursos de clientes e outros empréstimos	22	13 270 742	9 178 134
Provisões	23	64 621	57 674
Outros passivos	24	177 526	115 966
Total de Passivo		13 959 678	9 352 198
Capital	25	1 433 000	1 433 000
Outras reservas e resultados transitados	26	(328 158)	(72 192)
Resultado líquido		147 250	(270 820)
Total de Capital próprio		1 252 092	1 089 988
Total do Capital próprio e Passivo		15 211 770	10 442 186

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

international investment bank

Demonstração das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Capital	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo a 01 de Janeiro de 2018	1 433 000	(1 703)	(55 989)	1 375 308
Transferência do Resultado Líquido Anterior:	-	(55 989)	55 989	-
Reserva legal	-	-	-	-
Resultados Transitados	-	(55 989)	55 989	-
Outros movimentos	-	(14 500)	-	(14 500)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	(270 820)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	1 433 000	(72 192)	(270 820)	1 089 988
Ajustamentos de transição para IFRS 9	-	-	-	-
Saldo a 01 de Janeiro de 2019	1 433 000	(72 192)	(270 820)	1 089 988
Transferência do Resultado Líquido Anterior:	-	(270 820)	270 820	-
Reserva legal	-	-	-	-
Resultados Transitados	-	(270 820)	270 820	-
Outros movimentos	-	14 854	-	14 854
Resultado Líquido do Exercício	-	-	147 250	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	1 433 000	(328 158)	147 250	1 252 092

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

international investment bank

Demonstração de Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2019	31.12.2018
Atividades Operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	351 082	204 801
Juros, comissões e outros custos pagos	(40 978)	(24 477)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	26 455	(8 413)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(244 291)	(155 385)
Fluxo de caixa líquido proveniente do resultado operacional antes da variação nos fundos operacionais	92 267	16 526
(Aumentos) Diminuições dos ativos operacionais		
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(470 687)	(274 047)
Aplicações em instituições de crédito	(1 319 728)	-
Créditos sobre clientes	(2 360 415)	(317 133)
Outros ativos	(48 018)	27
Aumentos (Diminuições) dos passivos operacionais		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	446 365	(4 606)
Recursos de clientes	4 078 831	866 361
Outros passivos	28 032	(2 111)
Fluxo de caixa líquido proveniente de atividades operacionais	354 381	268 490
Atividades de Investimento		
Aquisição de ativos intangíveis	(16 599)	-
Aquisição de ativos tangíveis	(74 009)	(2 809)
Fluxo de caixa proveniente de atividades de investimento	(90 608)	(2 809)
Atividades de Financiamento		
Realização de Capital	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente de atividades de financiamento	-	-
Varição líquida de Caixa e equivalentes de caixa	356 040	282 207
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7 678 655	7 393 002
Efeitos de diferenças de câmbio em Caixa e seus equivalentes	5 485	3 447
Caixa e Equivalentes de caixa no final do período	8 040 180	7 678 655
Caixa e equivalentes de caixa engloba:		
Caixa	87 474	63 397
Disponibilidades em Bancos Centrais	2 555 769	158 267
Aplicações e Disponibilidades em outras instituições de crédito ⁽¹⁾	5 396 937	7 456 991
Total	8 040 180	7 678 655

(1) Inclui disponibilidades e aplicações com maturidade superior a 15 dias

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

2. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

NOTA 1: Atividade

O International Investment Bank, S.A. (iibCV), anteriormente designado Banco Internacional de Cabo Verde, S.A., é um banco comercial, com sede na Cidade da Praia, inaugurado em julho de 2010, tendo iniciado a sua atividade em meados de agosto do mesmo ano.

A atividade do Banco abrange a generalidade das áreas do setor bancário, com especial incidência nos mercados das médias e grandes empresas.

De recordar que o Banco, até 10 de julho de 2018, fazia parte do Grupo Novo Banco, que detinha 100% do seu capital, sendo que a partir de 11 de julho, após conclusão do processo de venda, passou a ser detido em 90% pelo iib Group Holdings WLL, tendo 10% permanecido na posse do Grupo Novo Banco (através do Novo Banco África SGPS, S.A.).

Em julho de 2019, o Banco adota nova denominação, assumindo-se como o International Investment Bank (iibCV), operando, atualmente, através da Sede na Cidade da Praia e da Unidade de Negócio da Ilha do Sal.

NOTA 2: Bases de Apresentação e Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras do Banco, agora apresentadas, reportam-se a 31 de dezembro de 2019 e foram preparadas em conformidade com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF/IFRS), em vigor até 31 de dezembro de 2019.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Escudos de Cabo Verde, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer que o Banco efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais

international investment bank

pressupostos ou diferenças desses face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 13 de maio de 2020 e estão pendentes de aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior, com exceção da primeira adoção da IFRS 16, “Locações”, em 1 de janeiro de 2019, conforme referido na Nota 2.2 n), que veio estabelecer os novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação/ reconhecimento e mensuração de locações. De acordo com o preconizado na IFRS 16, o Banco aplicou esta norma retrospectivamente, com os impactos de transição reconhecidos a 1 de janeiro de 2019. Deste modo, a informação comparativa não foi reexpressa.

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

a) Ativos e passivos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

O Banco classifica os seus ativos financeiros numa das seguintes categorias de valorização:

- Investimentos ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; e
- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os requisitos de classificação para instrumentos de dívida e de capital são apresentados como se segue:

Instrumentos de dívida

Instrumentos de dívida são instrumentos que satisfazem a definição de passivo financeiro na perspetiva do emitente, tais como empréstimos, obrigações públicas e privadas e contas a receber adquiridas de clientes com contratos de factoring sem recurso.

A classificação e valorização subsequente destes instrumentos nas categorias anteriores é efetuada com base nos dois elementos seguintes:

- O modelo de negócios do Banco para a gestão de ativos financeiros, e

international investment bank

- As características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros.

A) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao custo amortizado” quando são cumpridas cumulativamente as condições seguintes:

- É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

A categoria de Ativos financeiros ao custo amortizado inclui “Aplicações em outras instituições de crédito” e “Crédito a Clientes”.

B) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” quando são cumpridas cumulativamente as condições seguintes:

- É gerido como um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e
- As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

C) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” sempre que devido ao modelo de negócio do Banco ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais, não seja apropriado classificar os ativos financeiros em nenhuma das categorias anteriores. Na data de transição, para classificar ativos financeiros nesta categoria, o Banco também teve em consideração se espera recuperar o valor contabilístico do ativo através da venda a um terceiro.

São igualmente incluídos nesta carteira, todos os instrumentos para os quais se cumpra alguma das seguintes características:

- Sejam originados ou adquiridos com o objetivo de os transacionar no curto prazo;

international investment bank

- Sejam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existem evidências de ações recentes com o objetivo de obter ganhos no curto prazo;
- Sejam instrumentos derivados que não cumpram a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflete a forma como o Banco gere os seus ativos numa ótica de geração de fluxos de caixa. Assim, importa perceber se o objetivo do Banco é apenas receber os fluxos de caixa contratuais dos ativos (“Hold to collect”) ou se pretende receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda dos ativos (“Hold to collect and sell”). Se nenhuma destas situações é aplicável (e.g. os ativos financeiros são detidos para negociação), então os ativos financeiros são classificados como parte de “outro” modelo de negócio e reconhecidos ao justo valor através de resultados. Os fatores considerados pelo Banco na identificação do modelo de negócio para um conjunto de ativos incluem a experiência passada no que diz respeito à forma como os fluxos de caixa são recebidos, como é que o desempenho dos ativos é avaliado e reportado à administração, como é que os riscos são avaliados e geridos e como é que os administradores são remunerados.

Os títulos detidos para negociação são detidos essencialmente com o objetivo de serem vendidos no curto prazo ou fazem parte de um portefólio de instrumentos financeiros geridos em conjunto, para os quais há uma evidência clara de um padrão recente de ganhos de curto prazo. Estes títulos são classificados em “outros” modelos de negócio e reconhecidos ao justo valor através de resultados.

A avaliação do modelo de negócio não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumento do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Banco determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o

international investment bank

período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

No caso de um ativo financeiro contemplar um ajuste periódico da taxa de juro, mas a frequência desse ajuste não coincidir com o prazo da taxa de juro de referência (por exemplo, a taxa de juro é ajustada a cada três meses), o Banco avalia, no momento do reconhecimento inicial, essa incoerência na componente dos juros para determinar se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos de capital e juro sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito mínimo sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Avaliação SPPI

Quando o modelo de negócio passa por deter ativos com o intuito de (i) receber os fluxos de caixa contratuais ou (ii) receber os fluxos de caixa contratuais e vender estes ativos, o Banco avalia se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (o teste *solely payments of principal and interest* “SPPI”). Nesta avaliação, o Banco considera se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contrato de empréstimo básico, ou seja, o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito, outros riscos normais de crédito e uma margem de lucro que é consistente com um contrato de crédito básico. Quando os termos contratuais introduzem exposição a risco ou variabilidade dos fluxos de caixa que são inconsistentes com um simples contrato de empréstimo, o ativo financeiro é classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros com derivados embutidos são considerados na sua totalidade, aquando da determinação se os fluxos de caixa correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (teste “SPPI”).

international investment bank

Instrumentos de capital

Instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspectiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no ativo líquido do emissor. Um exemplo de instrumentos de capital próprio são as ações ordinárias.

Os investimentos em instrumentos de capital são uma exceção aos critérios gerais de valorização descritos acima. Regra geral, o Banco exerce a opção de, no reconhecimento inicial, designar irrevogavelmente na categoria de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os investimentos em instrumentos de capital que não se classificam como detidos para negociação e que, no caso de não exercer a dita opção, se classificariam como ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados ao justo valor através de resultados. As perdas de imparidade (e reversões de imparidade) não são registradas separadamente de outras alterações de justo valor.

(ii) Classificação dos passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada. Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- Os passivos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- São contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos ou passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos ou passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- Os passivos financeiros contêm derivados embutidos.

(iii) Reconhecimento e valorização inicial dos instrumentos financeiros

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efetuado a transação. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

Os ativos financeiros são reconhecidos no balanço na data de transação – data em que o Banco se compromete a comprar os ativos, exceto se existir estipulação contratual ou figura legal aplicável que determine que a transferência dos direitos ocorre em data posterior.

No reconhecimento inicial, quando o justo valor de ativos e passivos financeiros difere do preço de transação, a entidade deve reconhecer esta diferença da seguinte forma:

- Quando o justo valor é evidenciado pela cotação num mercado ativo de um ativo ou passivo equivalente (ou seja, inputs de nível 1) ou com base numa técnica de valorização que usa apenas dados de mercado observáveis, a diferença é reconhecida como ganho ou perda; e
- Nos restantes casos, a diferença é diferida e o momento do reconhecimento inicial do ganho ou perda é determinado individualmente. Esta diferença pode então ser (i) amortizada ao longo da vida do instrumento, (ii) diferida até que o justo valor do instrumento possa ser determinado usando dados observáveis de mercado, ou (iii) reconhecida através da liquidação do ativo ou passivo.

(iv) Valorização subsequente dos instrumentos financeiros

Após o seu reconhecimento inicial, o Banco valoriza os seus ativos financeiros ao (i) custo amortizado, ao (ii) justo valor através de outro rendimento integral ou (iii) ao justo valor através de resultados.

Os valores a receber de operações comerciais que não possuem uma componente significativa de financiamento e os créditos comerciais e instrumentos de dívida de curto

prazo que são inicialmente valorizados pelo preço de transação ou pelo capital em dívida, respetivamente, são valorizados pelo referido valor deduzido de perdas por imparidade.

Imediatamente após o reconhecimento inicial é também reconhecida uma imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL) para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, resultando no reconhecimento de uma perda em resultados quando o ativo é originado.

Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

(v) Receitas e despesas de instrumentos financeiros

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. Os juros são registados em resultados nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
- ii. As restantes alterações de valor serão reconhecidas em resultados como receita ou despesa quando o instrumento financeiro for desreconhecido do balanço na rubrica “Resultados de investimentos ao custo amortizado”, quando for reclassificado, e no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas por imparidade ou ganhos por recuperação, as quais são registadas na rubrica de “Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações”, no caso de crédito a clientes ou na rubrica “Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações” no caso de outros ativos financeiros.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. As variações no justo valor são registadas diretamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Rendimentos de instrumentos de capital”, respetivamente, e o resto, que se regista como

international investment bank

resultados de operações financeiras na rubrica “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

ii. Os juros relativos a instrumentos de dívida são registados em resultados na rubrica “Juros e rendimentos similares” e são calculados aplicando o método da taxa de juro efetiva.

As receitas e despesas de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

i. Os juros ou, quando aplicável, os dividendos são reconhecidos em resultados “Juros e rendimentos similares” e “Rendimentos de instrumentos de capital”, respetivamente. Para os juros o procedimento é igual ao dos ativos ao custo amortizado.

ii. As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados na rubrica “Resultados cambiais”, no caso de ativos financeiros monetários, e em outros rendimentos integrais, no caso de ativos financeiros não monetários.

iii. No caso dos instrumentos de dívida, as perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados na rubrica de “Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

iv. As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do exercício são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do período. Por outro lado, quando um instrumento de capital valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral não é reclassificado para a conta de ganhos e perdas, mantendo-se numa rubrica de reservas.

(vi) Reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros

Somente se o Banco decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, reclassificaria todos os ativos financeiros afetados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria feita de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a IFRS 9, é expectável que as mudanças no modelo de negócio ocorram com pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

international investment bank

(vii) Justo valor

A metodologia de apuramento do justo valor dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- Valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo interno de valorização;
- Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

(viii) Modificação de créditos

Ocasionalmente o Banco renegoceia ou modifica os fluxos de caixa contratuais de créditos a clientes. Nesta situação, o Banco avalia se os novos termos do contrato são substancialmente diferentes dos termos originais. O Banco faz esta análise considerando, entre outros, os seguintes fatores:

- Se o devedor está em dificuldades financeiras, se a modificação apenas reduz os fluxos de caixa contratuais para um montante que é expectável que o devedor consiga pagar;
- Se foi introduzido algum novo termo significativo, tal como a participação nos resultados ou “equity-based return”, que afete substancialmente o risco do crédito;
- Extensão significativa da maturidade do contrato quando o devedor não está em dificuldades financeiras;
- Alteração significativa da taxa de juro;
- Alteração da moeda em que o crédito foi contratado; e
- Inclusão de um colateral, uma garantia ou outra melhoria associada ao crédito, que afete significativamente o risco de crédito associado ao empréstimo.

Se os termos do contrato forem significativamente diferentes, o Banco desreconhece o ativo financeiro original e reconhece o novo ativo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efetiva. A data de renegociação é considerada a data de reconhecimento inicial para efeitos do cálculo de imparidade, incluindo para o propósito de aferir se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito. No entanto, o Banco também avalia se o novo ativo financeiro reconhecido está em imparidade no reconhecimento inicial, especialmente quando a renegociação está relacionada com o facto de o devedor não ter efetuado os

international investment bank

pagamentos originalmente acordados. As diferenças no montante contabilístico são reconhecidas em resultados, como um ganho ou perda de desreconhecimento.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação ou modificação não resulta em desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto com base nos fluxos de caixa revistos do ativo financeiro e reconhece um ganho ou perda desta modificação em resultados. O novo montante contabilístico bruto é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados à taxa de juro efetiva original (ou taxa de juro efetiva ajustada para ativos financeiros em imparidade, originados ou adquiridos).

(ix) Desreconhecimento que não resulte de uma modificação

Os ativos financeiros concedidos são desreconhecidos quando os fluxos de caixa que lhes estão associados se extinguem, são cobrados ou alienados a terceiros e o (i) Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo ou (ii) o Banco nem transfere nem detém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo e não detém controlo sobre o ativo. Os ganhos e perdas obtidos na alienação de créditos a Clientes a título definitivo são registados em Outros resultados de exploração. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor contabilístico desses ativos, líquido de perdas de imparidade.

O Banco participa em transações em que detém o direito contratual de receber fluxos de caixa de ativos, mas assume uma obrigação contractual de pagar esses fluxos de caixa a outras entidades e transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Estas transações resultam no desreconhecimento do ativo se o Banco:

- Não tiver qualquer obrigação de efetuar pagamentos, a não ser que receba montantes equivalentes dos ativos;
- Estiver proibido de vender ou penhorar os ativos; e
- Tiver a obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba dos ativos sem atrasos materiais.

As garantias concedidas pelo Banco (ações e obrigações) através de acordos de recompra e operações de concessão e de contração de empréstimos de valores mobiliários não são desreconhecidas porque o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios com base no preço de recompra pré-estabelecido, não se observando assim os critérios de desreconhecimento.

international investment bank

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

(x) Política de abates

O Banco procede ao abate de ativos financeiros, em parte ou na sua totalidade, no momento em que conclui não haver qualquer expectativa razoável de recebimento, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total. Os indicadores que demonstram não haver qualquer expectativa razoável de recebimento são (i) o encerramento de atividade e (ii) os casos em que a recuperação depende do recebimento de um colateral, mas em que o valor do colateral é tão reduzido que não existe uma expectativa razoável de recuperar o ativo na totalidade.

As regras implementadas para a seleção dos créditos que poderão ser alvo de abate ao ativo são as seguintes:

- Os créditos não podem ter uma garantia real associada;
- Os créditos têm de estar totalmente fechados (registados em crédito vencido na sua totalidade e sem dívida vincenda);
- Os créditos não podem ter a marca de créditos renegociados vencidos, ou estarem envolvidos no âmbito de um acordo de pagamento ativo.

(xi) Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade são reconhecidas para todos os ativos financeiros, exceto para os ativos classificados ou designados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral. Os ativos sujeitos a avaliação de imparidade incluem os pertencentes à carteira de crédito a clientes, instrumentos de dívida e aplicações e depósitos em outras instituições de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

Os itens extrapatrimoniais, como as garantias financeiras e os compromissos de crédito não utilizados, são igualmente sujeitos a avaliação de imparidade.

A mensuração de imparidade a cada data de reporte é efetuada de acordo com o modelo de três estágios de perdas de crédito esperadas:

Stage 1 – A partir do reconhecimento inicial e até ao momento em que se verifique um aumento significativo do risco de crédito, é reconhecido imparidade no montante das

international investment bank

perdas de crédito esperadas caso o incumprimento ocorra nos 12 meses seguintes à data de reporte.

Stage 2 – Após o aumento significativo de risco de crédito face à data de reconhecimento inicial do ativo financeiro, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para a período remanescente do ativo financeiro.

Stage 3 – Para os ativos financeiros considerados em imparidade de crédito, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para a período remanescente do ativo financeiro.

As perdas por imparidade são uma estimativa, ponderada pela probabilidade, das reduções no valor dos fluxos de caixa resultantes do incumprimento ao longo do horizonte relevante. Para os compromissos de crédito, as estimativas de perdas de crédito esperadas consideram uma parte do limite que é expectável ser utilizada no decorrer do período relevante. Para as garantias financeiras, as estimativas de perda de crédito são baseadas nos pagamentos expectáveis de acordo com o contrato de garantia.

Os aumentos e diminuições no montante de perdas de imparidade atribuíveis a aquisições e novas originações, desreconhecimento ou maturidade, e as remensurações devido a alterações na expectativa de perda ou a transferência entre estágios são reconhecidos em resultados.

As perdas por imparidade representam uma estimativa não enviesada das perdas de créditos esperadas nos ativos financeiros à data de balanço. É considerado julgamento na definição de pressupostos e estimativas no cálculo de imparidade, as quais podem resultar em alterações no montante de provisão para perdas por imparidade de período para período.

international investment bank

Mensuração de perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas têm por base um conjunto de possíveis resultados e consideram toda a informação razoável e suportável disponível incluindo a experiência histórica de perdas de crédito e expectativas sobre fluxos de caixa futuros. A mensuração de perdas de crédito esperadas é, primariamente, o produto da probabilidade de *default* (PD) do instrumento, *loss given default* (LGD) e a *exposure at default* (EAD) descontado para a data de reporte. A principal diferença entre as perdas de crédito esperadas no Estágio 1 e Estágio 2 é o horizonte de cálculo.

A estimativa de perdas de crédito esperadas é obtida para cada exposição específica, sendo os parâmetros relevantes modelizados numa base coletiva considerando um nível de segmentação da carteira que reflita a forma como o Banco gere os seus riscos. As abordagens foram desenhadas para maximizar a utilização de informação disponível que seja fiável e suportável para cada segmento e que tenha uma natureza coletiva.

As perdas de crédito esperadas são descontadas para a data de reporte usando a taxa de juro efetiva.

Avaliação de aumento significativo de risco de crédito

A identificação do aumento significativo de risco de crédito requer julgamentos significativos. Os movimentos entre o Estágio 1 e o Estágio 2 têm por base, sempre que possível, a comparação do risco de crédito do instrumento à data de reporte com o risco de crédito no momento da originação. A avaliação é geralmente efetuada ao nível do instrumento podendo, no entanto, considerar informação ao nível do devedor.

Esta avaliação é efetuada a cada data de reporte tendo por base um conjunto de indicadores de natureza qualitativa e/ou de natureza quantitativa não-estatística. Os instrumentos que apresentem atraso superior a 30 dias são genericamente considerados como tendo verificado um aumento significativo de risco de crédito.

Definição de *default* (incumprimento)

A definição de *default* foi desenvolvida tendo em consideração os processos de gestão de risco, nomeadamente na componente de recuperação de crédito, assim como as melhores práticas internacionais neste domínio. A definição de *default* pode diferir entre segmentos e considera quer fatores qualitativos quer fatores quantitativos. Os critérios de *default* são aplicados ao nível da operação nos clientes particulares e ao nível do devedor nos clientes empresa. O *default* ocorrerá quando se verificarem mais de 90 dias de atraso e/ou quando

international investment bank

se considere menos provável que o devedor cumprirá com as suas obrigações de forma integral, por exemplo pela existência de capital abatido ou de múltiplas reestruturações de operações de crédito. A definição de *default* é aplicada de forma consistente de período para período.

i) Análise individual

A análise individual incide sobre todos os clientes significativos. Os clientes significativos são identificados através de um dos seguintes critérios:

- Clientes com exposição superior a 25.000.000 CVE;
- Clientes com exposição superior a 10.000.000 CVE e com outros indicadores de deterioração do risco de crédito.

Na análise individual são seguidas as seguintes metodologias na mensuração da perda esperada dos clientes significativos:

- *Goingconcern* – as estimativas de recuperação consideram fluxos de caixa operacionais e a execução de garantias;
- *Goneconcern* – as estimativas de recuperação consideram apenas a execução de garantias.

ii) Análise coletiva

A análise coletiva incide sobre as operações dos clientes não significativos.

Para os ativos financeiros classificados em *stage 1* e *stage 2* a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a probabilidade de *default* (PD) do instrumento financeiro, (ii) a perda, dado o *default* (LGD) e (iii) a exposição na data do *default* (EAD). Para os ativos financeiros classificados em *stage 3*, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a LGD e (ii) a EAD.

As PDs e LGDs utilizadas no modelo de imparidade coletiva foram obtidas com base no conhecimento do Banco sobre o setor financeiro de Cabo Verde, uma vez que o reduzido número de operações não permite a estimação de fatores de risco internos.

b) Especialização de exercícios

O Banco segue o princípio da especialização de exercícios, em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações ativas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

international investment bank

c) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, sendo cada operação registada, exclusivamente, em função das respetivas moedas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para escudos, à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico e expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As conversões ou os valores em moeda estrangeira são convertidos para Escudos Cabo-verdianos e as diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

i) Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente, com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Cabo Verde, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

ii) Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das

international investment bank

respetivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

d) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de Anos</u>
Imóveis de serviço próprio	25
Mobiliário e material	4-8
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5
Material de transporte	4
Instalações interiores	8-10
Equipamento de segurança	4-5

Quando existir indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo esse calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

e) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Esses custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada desses ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 10 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos, que não sejam expetáveis de virem a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são registados como custos quando incorridos.

f) Benefícios aos empregados

O direito às férias e ao subsídio de férias é registado e pago no ano em que são usufruídas. Assim, não é registado qualquer acréscimo para os encargos associados a esses benefícios.

g) Imposto sobre lucros

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (Lei n.º 82/VIII/2015, de 07 de janeiro), à taxa de 22%, e a uma taxa incêndio de 2% sobre o imposto apurado, perfazendo uma taxa global de 22,44% (2018: 25,5%). Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria coletável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Contudo, os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são deduzidos aos lucros tributáveis, de um ou mais dos três exercícios seguintes.

h) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de

international investment bank

juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

i) Reconhecimento de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

j) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito.

international investment bank

k) Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio, como dividendos, quando declaradas.

l) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e esse possa ser mensurado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Banco divulga tal facto como passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

m) Imóveis recebidos em dação

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito, o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à execução das mesmas, recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido.

Embora tenha como objetivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação, o Banco regista esses imóveis na rubrica do balanço “Outros Ativos”, devido ao tempo de

international investment bank

permanência dos mesmos em carteira ser superior a um ano e ao conseqüente incumprimento das condições previstas na IFRS 5 para reconhecimento na categoria de “ativos não correntes detidos para venda”. Esses imóveis são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor, deduzido dos custos esperados de venda, e o valor de balanço do crédito concedido, objeto de recuperação. Subsequentemente, esses ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor, deduzido dos custos de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com esses ativos, assim que determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações desses imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

i) Método de Mercado

O Critério da Comparação de Mercado tem, por referência, valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo, obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.

ii) Método do Rendimento

Esse método tem por finalidade estimar o valor do imóvel, a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

iii) Método do Custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: valor do solo urbano e o valor da urbanidade; valor da construção; e valor de custos indiretos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas nesse tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente, com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis.

Para esta categoria de ativos, adicionalmente, são observados os preceitos definidos pelo Banco de Cabo Verde através do Aviso nº 7/2015, de 24 de dezembro.

n) Locações

i) Locação (IAS17)

international investment bank

Até 31 de dezembro de 2018, e de acordo com o definido na IAS 17, as locações eram classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferissem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações eram classificadas como operacionais. A classificação das locações era feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações financeiras

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos exercícios durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Locações operacionais

Na ótica do locatário, o iibCV detinha contratos de locação operacional de imóveis. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação eram reconhecidos na rubrica Gastos gerais administrativos, no decurso da vida útil do contrato, não se evidenciando no seu balanço, nem o ativo nem a responsabilidade associada ao contrato celebrado.

ii) Locação (IFRS 16)

O iibCV adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. O iibCV não adotou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16.

Esta norma estabelece novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação/reconhecimento e mensuração de locações:

- Na ótica do locador, as locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais;
- Na ótica do locatário, a norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo da

international investment bank

locação para todos os contratos de locação à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que, nesse caso, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como despesas.

O Banco optou por não aplicar esta norma aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano e cuja perda económica pela não renovação do contrato não seja significativa, e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha pouco valor.

Definição de locação

A nova definição de locação acarreta um enfoque no controlo do ativo identificado, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse ativo identificado, durante um certo período de tempo em troca de uma retribuição.

Impactos na ótica do locatário

O iibCV reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses, cuja perda económica pela não renovação do contrato não seja significativa, ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

- Um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o *Net Present Value* (NPV) do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados (fixos e/ou variáveis) deduzidos de incentivos à locação recebidos, penalidades por término (se razoavelmente certas), bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);
- Um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:
 - Pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
 - Pagamentos de locação variáveis, que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente e utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;
 - As quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;

international investment bank

- O preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção;

- Pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário. Para os contratos com termo é considerada essa data como data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória são consideradas as cláusulas particulares dos contratos bem como a os impactos económicos decorrentes da não renovação dos contratos.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;

- Pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação;

- A quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para incorporar a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Banco reavalia um passivo de locação, e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso sempre que:

- Houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos e utilizando uma taxa de desconto também revista;

- Houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);

- Um contrato de locação é alterado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

international investment bank

O iibCV não efetuou quaisquer ajustamentos para os períodos apresentados.

Os ativos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de o Banco ir exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso dever ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

A adoção da norma implica alterações nas demonstrações financeiras do Banco, nomeadamente:

- Na demonstração dos resultados:

- i. Registo em Margem financeira do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
- ii. Registo em Outros gastos administrativos dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de ativos de baixo valor; e
- iii. Registo em Amortizações do custo de depreciação dos ativos sob direito de uso.

- No balanço:

- i. Registo em Outros ativos tangíveis, pelo reconhecimento dos ativos sob direito de uso; e
- ii. Registo em Outros passivos pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

Impacto na ótica do locador

De acordo com a IFRS 16, os locadores continuarão a classificar as locações como financeiras ou operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido na IAS 17.

O Banco apresenta os ativos sob direito de uso na rubrica de “Outros Ativos Tangíveis” (Nota 17), isto é, na mesma linha de itens em que apresenta os ativos subjacentes da mesma natureza que são sua propriedade. Desta forma, os montantes reconhecidos aquando da transição foram os seguintes:

(Valores expressos em milhares de escudos)

international investment bank

	IAS 17	Impacto	IFRS 16
	31.12.2018		01.01.2019
Outros ativos tangíveis - Ativo por direito de uso	-	26 718	26 718
Outros passivos - Passivos de locação	-	26 718	26 718
Capitais Próprios	-	-	-

NOTA 3: Principais Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidos nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado

A determinação das perdas por imparidade para instrumentos financeiros envolve julgamentos e estimativas relativamente aos seguintes aspetos, entre outros:

- a) Aumento significativo do risco de crédito:

As perdas por imparidade correspondem às perdas esperadas em caso de *default* num horizonte temporal de 12 meses, para os ativos em *Stage 1*, e às perdas esperadas considerando a probabilidade de ocorrência de um evento de *default* em algum momento até à data de maturidade do instrumento financeiro, para os ativos em *Stage 2* e 3. Um ativo é classificado em *Stage 2* sempre que se verifique um aumento significativo no respetivo risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial.

international investment bank

Na avaliação da existência de um aumento significativo do risco de crédito, o Banco tem em consideração informação qualitativa e quantitativa, razoável e sustentável.

b) Definição de grupos de ativos com características de risco de crédito comuns:

Quando as perdas de crédito esperadas são mensuradas numa base coletiva, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns. O Banco monitoriza a adequação das características de risco de crédito numa base regular para avaliar se mantém a sua similaridade. Este procedimento é necessário para assegurar que, no caso de se verificar uma alteração das características de risco de crédito, a segmentação dos ativos é revista. Esta revisão pode resultar na criação de novos portfólios ou na transferência dos ativos para portfólios já existentes, que reflitam melhor as suas características de risco de crédito.

c) Probabilidade de incumprimento:

A probabilidade de incumprimento representa um fator determinante na mensuração das perdas de crédito esperadas. A probabilidade de incumprimento corresponde a uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período temporal, cujo cálculo é efetuado com base em dados históricos, pressupostos e expectativas sobre as condições futuras.

d) Perda dado o incumprimento:

Corresponde a uma estimativa de perda num cenário de incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os que o Banco espera receber, por via dos fluxos de caixa gerados pelo negócio do cliente ou dos colaterais do crédito. O apuramento da estimativa de perda dado o incumprimento tem por base, entre outros aspetos, os diferentes cenários de recuperação, informação histórica, os custos envolvidos no processo de recuperação e a estimativa de valorização dos colaterais associados às operações de crédito.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas e apresentadas nas Notas 14, 15 e 16, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Impostos sobre os lucros

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC). A determinação do montante global de impostos sobre os lucros (ver Nota 19) requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e

cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco, durante um período de 3 anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.3. Justo valor dos ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, sendo, na sua ausência, determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rendibilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados na Nota 14.

NOTA 4: Reporte por Segmentos

Considerando que o Banco não detém títulos de capital próprio ou de dívida listada em Bolsa, no âmbito do parágrafo 2 da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco não apresenta informação relativa aos segmentos.

international investment bank

NOTA 5: Juros e Proveitos Similares

Essa rubrica apresenta a seguinte desagregação:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Juros de crédito a clientes	149 819	93 669
Juros de aplicações em instituições financeiras	119 034	73 549
Juros de títulos	36 630	11 679
Outros	448	-
TOTAL	305 930	178 898

O aumento dos juros é originado pelo incremento das atividades e consequentemente do volume das operações de crédito e aplicações financeiras realizadas.

NOTA 6: Juros e Custos Similares

Essa rubrica decompõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Juros de recursos de clientes	45 791	22 915
Outros	774	-
TOTAL	46 565	22 915

O aumento dos juros é originado pelo incremento registado no volume de depósitos a prazo.

NOTA 7: Proveitos e Custos de Serviços e Comissões

Essa rubrica apresenta a seguinte decomposição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
Operações de crédito	16 487	4 771
Garantias e avales prestados	13 452	8 383
Transferência de valores	11 713	5 362
Outras comissões	7 710	2 193
Gestão de cartões	3 714	4 681
Créditos documentários	130	70
	53 206	25 461
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	(8 964)	(2 294)
TOTAL	44 242	23 167

O aumento das comissões resulta do incremento das atividades, com o aumento do volume das operações e das transações realizadas.

international investment bank

NOTA 8: Resultados de Reavaliação Cambial

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Ganhos em operações cambiais		
Divisas	122 949	321 613
Perdas em operações cambiais		
Divisas	(117 464)	(318 166)
TOTAL	5 485	3 447

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2 c).

NOTA 9: Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica analisa-se como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Outros custos	(3 722)	(8 840)
Contribuição para o Fundo de Garantia	(2 500)	(2 500)
Impostos diretos e indiretos	(969)	(6 324)
Outros	(253)	(16)
Outros ganhos	11 624	427
Recuperação despesas	4 962	-
Rendas de locação operacional	3 009	-
Ganho alienação de viaturas	949	-
Ganhos diversos	2 704	427
TOTAL	7 902	(8 413)

NOTA 10: Custos com Pessoal

Essa rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Remunerações	72 242	65 237
Encargos Sociais	9 729	7 732
Outros custos com pessoal	6 405	4 764
TOTAL	88 376	77 733

international investment bank

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal do Banco decompõem-se como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Conselho de Administração	12 557	13 497
Conselho Fiscal	1 680	1 680
TOTAL	14 237	15 177

Conforme referido na nota 2 f), o Banco não regista, nas suas demonstrações financeiras, qualquer acréscimo para férias e subsídio de férias, uma vez que adotou como procedimento pagar férias e subsídio de férias no próprio exercício em que os trabalhadores são admitidos. Assim, sempre que um trabalhador cessa o seu contrato de trabalho com o Banco, apenas lhe é pago os proporcionais de férias e subsídio de férias aos meses trabalhados no ano em que sair.

Verificaram-se, durante o ano, cinco saídas e dezasseis contratações, visando reforçar áreas-chave do Banco e pôr em andamento a estratégia do Banco. Assim, o número de colaboradores, por categoria profissional, analisa-se como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Administração	2	2
Direção	5	1
Técnicos	29	19
Administrativos	2	5
TOTAL	38	27

international investment bank

NOTA 11: Gastos Gerais Administrativos

Essa rubrica decompõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Serviço especializado de informática	52 275	44 227
Honorários	20 569	37 402
Serviços especializados diversos	26 999	4 509
Publicidade	20 846	1 684
Deslocações, estadas e representação	14 227	4 154
Diversos Fornecimentos de Terceiros	8 758	6 597
Rendas de imóveis	6 947	5 539
Comunicações e despesas de expedição	4 839	5 339
Serviços diversos	2 538	30 883
Transporte valores	2 120	2 520
Outros	1 269	1 486
TOTAL	161 388	144 339

Em serviços especializados diversos incluem-se os encargos associados aos serviços do sistema de pagamentos, 2 900 mCVE (2018: 2 025 mCVE) e os fees de gestão, 19 848 mCVE respeitantes a encargos assumidos, a partir de 2019, com o serviço de suporte à gestão prestado pelo Grupo.

O aumento dos custos com a publicidade origina do lançamento da nova marca do banco e das ações de campanha de marketing associadas.

O incremento do custo com deslocações e estadas advém da redinamização da atividade do banco na sequência da alteração acionista que acarretou um aumento das deslocações internas e internacionais.

Em serviços diversos incluía-se em 2018, essencialmente, o custo do projeto de implementação do serviço VISA e que em 2019 não se verifica.

NOTA 12: Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica decompõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa	87 474	63 397
Disponibilidades à Ordem no Banco de Cabo Verde	2 555 769	158 267
TOTAL	2 643 243	221 664

Em 31 de dezembro de 2019, as disponibilidades no Banco Central não foram aplicadas como haviam sido em 2018, gerando uma discrepância substancial nos saldos disponíveis nos dois anos em comparação

international investment bank

NOTA 13: Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	2 459	2 272
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	773 781	2 070 649
TOTAL	776 240	2 072 920

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sacados a clientes de outros bancos, enviados para compensação. Os depósitos à ordem sobre outras instituições de crédito não são remunerados.

NOTA 14: Ativos Financeiros ao Justo Valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Obrigações do Tesouro de Cabo Verde	849 093	474 047
Obrigações Corporativas	95 641	-
Juros	12 262	4 078
Imparidade	(11 691)	(5 866)
TOTAL	945 305	472 258

1) As Obrigações em carteira no final do ano de 2019 tinham maturidade residual de cinco (5) anos e venciam juros à taxa anual de 4,109%. Em 2018, a maturidade residual média era de sete (7) anos e venciam juros à taxa média anual de 3,9531%.

2) A imparidade de títulos decorre da aplicação dos requisitos da IFRS 9 a estes ativos.

NOTA 15: Aplicações em instituições de Crédito

Esta rubrica compõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Aplicações em instituições financeiras no estrangeiro	4 562 944	2 126 606
Aplicações em outras instituições financeiras	4 562 944	2 126 606
Aplicações em instituições financeiras no país	1 363 143	3 251 333
Aplicações a muito curto prazo no Banco de Cabo Verde	-	1 200 000
Aplicações em outras instituições financeiras	1 363 143	2 051 333
Juros de aplicações em outras instituições financeiras	14 338	6 132
TOTAL	5 940 425	5 384 071

international investment bank

O escalonamento do vencimento das aplicações em instituições de crédito, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Até 3 meses	4 152 071	5 384 071
De 3 meses a 1 ano	1 788 354	-
TOTAL	5 940 425	5 384 071

As aplicações em instituições de crédito, em 31 de dezembro de 2019, venciam juros à taxa média anual de 2,07%. A 31 de dezembro de 2018, as aplicações em carteira venciam juros à taxa média anual de 2,03%.

NOTA 16: Crédito a Clientes

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Por maturidade</u>		
Médio e longo prazo	3 894 732	1 931 791
Curto Prazo	705 620	296 626
	4 600 352	2 228 417
<u>Por Produto</u>		
Empréstimos	3 521 473	1 259 103
Crédito à habitação	788 133	831 102
Créditos em conta corrente	223 318	92 180
Crédito individual	43 937	35 844
Descobertos em depósitos à ordem	13 448	6 733
Particular Outros	10 044	3 456
	4 600 352	2 228 417
Juros a receber	5 657	5 788
Efeito Custo Amortizado	(27 002)	(15 481)
Imparidade	(164 242)	(172 114)
Crédito Líquido de Imparidade	4 414 765	2 046 610

international investment bank

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída por segmento de acordo com a IFRS 9 em 31 de dezembro de 2019 é como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas	3 519 465	44 709	92 628	1 921	145 147	96 525	3 757 240	143 154
Particular - Habitação	598 445	699	60 517	575	129 171	18 765	788 133	20 039
Consumo	37 850	573	16 062	235	1 068	241	54 980	1 049
Total	4 155 760	45 981	169 207	2 731	275 385	115 531	4 600 352	164 242

A exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída por segmento de acordo com a IFRS 9 em 31 de dezembro de 2018 é como se segue:

Segmento	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas	1 149 245	32 208	68 389	3 216	139 756	93 762	1 357 390	129 186
Particular - Habitação	655 881	2 640	66 443	1 414	108 778	38 027	831 102	42 081
Consumo	33 488	424	5 635	141	802	282	39 925	847
Total	1 838 614	35 272	140 467	4 771	249 336	132 071	2 228 417	172 114

O crédito vencido integrado na carteira de créditos ascendia a 31 de dezembro de 2019 e 2018 ao seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Crédito Vencido até 90 dias	918	698
Crédito Vencido há mais de 90 dias	257 347	251 606
Total	258 264	252 304

Cumprindo a regulamentação vigente, o Banco procede à identificação e marcação dos contratos de crédito reestruturados por dificuldades financeiras do cliente sempre que há alterações aos termos e condições de um contrato em que o cliente tenha incumprido ou seja previsível que venha a incumprir com sua obrigação financeira.

Os valores de crédito reestruturado a 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Crédito a empresas	107 967	137 347
Crédito à habitação	13 092	13 847
Outro Crédito a particulares	3 135	4 269
TOTAL	124 193	155 462

international investment bank

As medidas de reestruturação aplicadas aos créditos reestruturados até 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentam o seguinte detalhe:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2019			31.12.2018		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Alargamento do Prazo de reembolso	13	124 193	46 986	16	155 462	49 266
Total	13	124 193	46 986	16	155 462	49 266

O escalonamento do crédito a clientes bruto e juros a receber por prazos de vencimento, excluindo efeito do custo amortizado, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2019	31.12.2018
Até 3 meses	497 229	171 185
De 3 meses a 1 ano	172 736	94 221
De 1 a 5 anos	803 315	788 097
Mais de 5 anos	3 091 417	1 143 694
Duração indeterminada	41 312	37 008
TOTAL	4 606 009	2 234 205

A carteira de crédito a clientes de 31 de dezembro de 2019 foi contratada à taxa anual média de 9,39% (31 de dezembro de 2018: 7,61%).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito, em 2019, são apresentadas como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
31.12.2018	35 272	4 771	132 071	172 114
Dotação	28 525	804	5 670	34 999
Reposição/(Reversão)	(17 816)	(2 844)	(22 594)	(43 254)
Utilização	-	-	-	-
Diferenças cambiais e outras	-	-	384	384
31.12.2019	45 981	2 731	115 531	164 242

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito, em 2018, são apresentadas como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
01.01.2018	26 788	4 863	138 006	169 657
Dotação	8 483	-	11 336	19 819
Reposição/(Reversão)	-	(92)	-	(92)
Utilização	-	-	(17 271)	(17 271)
Diferenças cambiais e outras	-	-	-	-
31.12.2018	35 271	4 771	132 071	172 114

international investment bank

O detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por setor e por segmento, a 31 de dezembro de 2019, é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SETOR										Total	
	Construção		Indústrias		Comércio		Serviços		Particular			
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	39 573	33 551	-	-	56 537	31 468	2 231 885	54 100	60 903	16 260	2 388 897	135 380
Coletiva	60 355	907	215 064	6 896	354 435	4 126	799 392	12 106	782 210	4 828	2 211 455	28 862
Total	99 928	34 459	215 064	6 896	410 971	35 594	3 031 277	66 206	843 113	21 088	4 600 352	164 242

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SEGMENTO								Total	
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particular			
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	2 288 422	85 569	39 573	33 551	60 294	16 063	608	197	2 388 897	135 380
Coletiva	1 368 890	23 127	60 355	907	727 839	3 977	54 371	851	2 211 455	28 862
Total	3 657 312	108 696	99 928	34 459	788 133	20 039	54 980	1 049	4 600 352	164 242

international investment bank

O detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por setor e por segmento, a 31 de dezembro de 2018, é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SETOR												Total				
	Construção		Indústrias		Comércio		Serviços		Particular								
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade					
Individual	37 160	31 138	-	-	-	-	56 537	31 468	-	43 882	30 296	-	41 205	12 696	-	178 783	105 598
Coletiva	75 697	2 398	-	202 667	5 680	-	100 018	3 882	-	841 429	24 324	-	829 822	30 232	-	2 049 634	66 516
Total	112 857	33 537		202 667	5 680		156 555	35 350		885 311	54 619		871 026	42 928		2 228 417	172 114

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SEGMENTO										Total			
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particular							
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade		
Individual	100 419	61 764	-	37 160	31 138	-	40 913	12 595	-	291	101	-	178 783	105 598
Coletiva	1 144 114	33 886	-	75 697	2 398	-	790 189	29 485	-	39 633	747	-	2 049 634	66 516
Total	1 244 533	95 650		112 857	33 537		831 102	42 081		39 925	847		2 228 417	172 114

international investment bank

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção apresenta os seguintes valores a 31 de dezembro de 2019:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ano de Produção	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Particular			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2010	-	-	-	-	-	-	4	13 029	20	-	-	-	4	13 029	20
2011	3	73 489	650	-	-	-	6	52 986	4 740	-	-	-	9	126 475	5 390
2012	1	537	299	1	7 000	5 763	13	94 519	359	-	-	-	15	102 055	6 421
2013	1	19 630	291	-	-	-	11	59 543	736	-	-	-	12	79 172	1 026
2014	2	56 000	31 170	1	26 284	21 640	8	41 711	44	-	-	-	11	123 995	52 853
2015	7	124 398	17 311	-	-	-	106	428 911	12 541	5	930	17	118	554 239	29 869
2016	-	-	-	-	-	-	4	27 067	103	5	3 552	23	9	30 619	126
2017	11	165 676	5 039	1	2 870	43	2	16 906	1 394	10	7 387	186	24	192 840	6 661
2018	8	450 088	8 017	-	-	-	6	37 044	48	10	11 172	104	24	498 305	8 170
2019	20	2 774 570	52 091	1	56 697	842	2	16 417	55	18	31 938	719	41	2 879 623	53 707
Total	53	3 664 388	114 867	4	92 852	28 288	162	788 133	20 039	48	54 980	1 049	267	4 600 352	164 242

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção apresenta os seguintes valores a 31 de dezembro de 2018:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ano de Produção	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Particular			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2010	-	-	-	-	-	-	30	105 247	4 131	-	-	-	30	105 247	4 131
2011	2	31 167	873	1	64 738	1 814	83	347 218	15 963	-	-	-	86	443 122	18 651
2012	1	537	299	1	7 000	5 763	31	151 945	13 510	-	-	-	33	159 482	19 572
2013	1	58 889	1 650	-	-	-	18	87 165	7 454	-	-	-	19	146 054	9 104
2014	4	58 667	31 244	2	27 077	22 292	9	43 566	175	2	128	2	17	129 438	53 714
2015	10	200 729	34 741	1	197	78	8	18 738	75	8	2 858	49	27	222 521	34 944
2016	2	3 333	93	-	-	-	5	28 114	274	13	7 389	226	20	38 835	593
2017	12	231 505	8 101	1	10 762	506	2	17 467	372	22	12 365	340	37	272 100	9 319
2018	30	659 708	18 647	1	3 083	3 083	7	31 642	127	30	17 185	231	68	711 618	22 088
Total	62	1 244 533	95 650	7	112 857	33 537	193	831 102	42 081	75	39 925	847	337	2 228 417	172 114

international investment bank

O detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento a 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Exposição Total 31.12.2019						Imparidade Total 31.12.2019					
	Exposição Total 31.12.2019	Dias de atraso < 90			Sub-total	Dias de atraso = 90	Dias de atraso > 90	Imparidade Total 31.12.2019	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso = 90*	Dias de atraso > 90
		Baixo risco de crédito	Aumento significativo do risco de crédito									
Construção e CRE	99 928	60 157	-	60 157	-	39 771	34 459	901	-	-	33 557	
Corporate	3 657 312	3 505 467	46 469	3 551 935	-	105 376	108 696	44 503	1 225	-	62 968	
Habitação	788 133	669 795	7 131	676 926	-	111 207	20 039	2 766	40	-	17 233	
Particular	54 980	53 393	594	53 987	-	993	1 049	795	40	-	214	
Total	4 600 352	4 288 812	54 193	4 343 006	-	257 347	164 242	48 965	1 305	-	113 972	

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Exposição 31.12.2019								Imparidade 31.12.2019			
	Exposição Total	Exposições com baixo risco de crédito	Do qual curado	Do qual reestruturado	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Do qual reestruturado	Exposições em situação de imparidade	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade
Construção e CRE	99 928	60 157	-	2 870	-	-	39 771	7 000	34 459	901	-	33 557
Corporate	3 657 312	3 505 467	-	27 134	46 469	5 926	105 376	65 037	108 696	44 503	1 225	62 968
Habitação	788 133	669 795	-	13 092	7 131	-	111 207	-	20 039	2 766	40	17 233
Particular	54 980	53 393	-	3 060	594	75	993	-	1 049	795	40	214
Total	4 600 352	4 288 812	-	46 156	54 193	6 001	257 347	72 037	164 242	48 965	1 305	113 972

international investment bank

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Da Exposição Total 31.12.2018							Da Imparidade Total 31.12.2018				
	Exposição Total 31.12.2018	Dias de atraso < 90		Sub-total	Dias de atraso <= 90	Dias de atraso > 90	Imparidade Total 31.12.2018	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90	
		Baixo risco de crédito	Aumento significativo do risco de crédito									
Construção e CRE	112 857	64 738	10 762	75 500	-	37 357	-	33 537	1 814	506	-	31 216
Corporate	1 244 533	1 084 507	57 627	1 142 134	-	102 400	-	95 650	30 393	2 710	-	62 546
Habituação	831 102	655 881	66 443	722 323	4 721	104 057	-	42 081	2 640	1 414	-	38 027
Particular	39 925	33 488	5 635	39 123	208	594	-	847	424	141	74	208
Total	2 228 417	1 838 614	140 467	1 979 080	4 929	244 408	-	172 114	35 272	4 771	74	131 997

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Exposição 31.12.2018								Imparidade 31.12.2018			
	Exposição Total	Exposições com baixo risco de crédito	Do qual curado	Do qual reestruturado	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Do qual reestruturado	Exposições em situação de imparidade	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade
Construção e CRE	112 857	64 738	-	-	10 762	10 762	37 357	7 000	33 536	1 814	506	31 216
Corporate	1 244 533	1 084 507	-	-	57 627	54 548	102 400	65 037	95 649	30 393	2 710	62 546
Habituação	831 102	655 881	-	-	66 443	13 847	108 778	-	42 081	2 640	1 414	38 027
Particular	39 925	33 488	-	-	5 635	4 080	802	189	848	424	141	282
Total	2 228 417	1 838 614	-	-	140 467	83 237	249 336	72 225	172 114	35 272	4 771	132 071

international investment bank

Em 31 de Dezembro de 2019, detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito, nomeadamente dos segmentos de Corporate, Construção, Commercial Real Estate (CRE) e Outras atividades diretamente relacionadas (OAR) e habitação é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Justo Valor	Corporate				Construção e CRE				Habitação				Particular				Total			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante
< 0.5 MCVE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1551	-	-	5	1551
>= 0.5 MCVE e < 1 MCVE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2727	-	-	3	2727
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	-	-	6	21 769	-	-	-	-	6	23 165	1	3 846	-	-	12	24 197	6	23 165	19	49 812
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	-	-	1	9 000	-	-	-	-	97	764 642	-	-	-	-	3	29 000	97	764 642	4	38 000
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	1	11 423	4	56 006	1	13 122	-	-	32	447 274	-	-	-	-	1	10 688	34	471 819	5	66 695
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	4	139 062	2	75 918	-	-	-	-	14	388 248	-	-	-	-	-	-	18	527 310	2	75 918
>= 50 MCVE	4	786 279	4	2 401 653	1	130 215	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	916 494	4	2 401 653
Total	9	936 765	17	2 564 346	2	143 337	-	-	149	1 623 329	1	3 846	-	-	24	68 163	160	2 703 430	42	2 636 356

Em 31 de Dezembro de 2018, detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito é a seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Justo Valor	Corporate				Construção e CRE				Habitação				Particular				Total			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante
< 0.5 MCVE	-	-	28	565 839	-	-	1	3 083	-	-	-	-	-	-	35	19 865	-	-	64	588 787
>= 0.5 MCVE e < 1 MCVE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	854	-	-	1	854
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	2	2 480	5	5 423	-	-	-	-	-	-	-	-	6	8 270	4	2 960	8	10 751	9	8 383
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	1	3 067	2	22 631	-	-	-	-	43	129 754	1	760	5	162	1	2 333	49	132 983	4	25 724
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	3	7 299	3	43 421	3	34 077	-	-	123	541 872	-	-	12	1 774	2	3 707	141	585 022	5	47 127
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	7	63 630	-	-	-	-	1	197	26	158 715	-	-	-	-	-	-	33	222 345	1	197
>= 50 MCVE	8	528 763	2	1 981	2	75 500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	604 263	2	1 981
Total	21	605 239	40	639 294	5	109 577	2	3 280	192	830 342	1	760	23	10 206	43	29 719	241	1 555 364	86	673 053

international investment bank

O rácio de cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Corporate, Construção, CRE e Habitação apresenta os seguintes valores a 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento / Rácio	31.12.2019				
	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade	Imparidade
Construção e CRE					
< 100%	1	-	-	34 079	28 057
<= 125% e > 100%	n.a.	-	-	-	-
<= 150% e > 125%	n.a.	-	-	-	-
>= 150%	1	59 567	-	197	885
Sem colateral associado	n.a.	590	-	5 494	5 516
Corporate					
< 100%	n.a.	1 741 675	-	29 581	33 254
<= 125% e > 100%	n.a.	729 508	-	-	7 507
<= 150% e > 125%	1	294 155	-	-	3 387
>= 150%	12	115 135	5 891	75 795	48 499
Sem colateral associado	n.a.	624 993	40 578	-	16 050
Habitação					
< 100%	7	17 968	-	55 322	15 239
<= 125% e > 100%	10	47 416	-	21 713	1 382
<= 150% e > 125%	18	84 263	-	21 666	788
>= 150%	110	520 148	7 131	12 505	2 631
Sem colateral associado	n.a.	-	-	-	-
Particular					
< 100%	n.a.	2 941	-	-	17
<= 125% e > 100%	n.a.	604	-	-	4
<= 150% e > 125%	n.a.	1 042	-	-	58
>= 150%	1	13 801	-	-	172
Sem colateral associado	n.a.	35 004	594	993	797
Total	161	4 288 812	54 193	257 347	164 242

international investment bank

Valores expressos em milhares de escudos)

31.12.2018

Segmento /Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade	Imparidade
Construção e CRE					
< 100%	1	-	-	26 284	21 640
>= 150%	4	64 738	10 762	7 792	8 736
Sem colateral associado	n.a.	-	-	3 280	3 161
Corporate					
<= 125% e > 100%	2	30 808	-	-	863
>= 150%	19	480 639	22 271	71 522	60 971
Sem colateral associado	n.a.	573 061	35 356	30 877	33 815
Habitação					
< 100%	2	-	-	18 152	6 961
<= 125% e > 100%	7	35 544	-	23 457	6 318
<= 150% e > 125%	5	29 281	6 560	-	257
>= 150%	178	590 296	59 882	67 169	28 540
Sem colateral associado	n.a.	760	-	-	3
Particular					
< 100%	1	4 545	-	-	58
<= 125% e > 100%	1	1 600	-	-	20
<= 150% e > 125%	1	783	-	-	10
>= 150%	20	2 654	11	613	249
Sem colateral associado	n.a.	23 905	5 624	189	511
Total	241	1 838 614	140 467	249 336	172 114

international investment bank

NOTA 17: Outros Ativos Tangíveis

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Imóveis		
Edifícios	212 441	191 395
Obras em imóveis arrendados	<u>38 375</u>	<u>23 260</u>
	250 816	214 655
Equipamentos		
Mobiliário e material	39 003	23 206
Material de transporte	27 807	26 097
Equipamento informático	19 791	15 649
Instalações interiores	16 588	11 796
Equipamento segurança	11 720	5 391
Máquinas e ferramentas	<u>5 380</u>	<u>5 380</u>
	120 288	87 519
Activos em locação operacional		
Activo por direito de uso	<u>24 132</u>	<u>-</u>
	24 132	-
Ativos tangíveis em curso		
Equipamento	4 814	2 396
Imóveis	<u>169</u>	<u>-</u>
	4 984	2 396
Amortizações	(148 679)	(134 708)
Imparidade	(60 624)	(64 391)
TOTAL	190 917	105 471

international investment bank

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.18				Movimentos em 2019						Saldos em 31.12.19			
	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor	Aquisições	Transfe- rências	Abates		Amortizações do exercício	Imparidade	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor
	Bruto	acumuladas	acumulada	líquido			Valor Imob.	Amortiz.			Bruto	acumuladas	acumulada	líquido
Imóveis														
Edifícios	191 395	35 613	64 391	91 391	21 046	-	-	-	9 068	(3 767)	212 441	44 681	60 624	107 135
Obras em imóveis arrendados	23 260	22 123	-	1 137	15 115	-	-	-	2 452	-	38 375	24 575	-	13 800
	214 655	57 736	64 391	92 528	36 161	-	-	-	11 520	(3 767)	250 816	69 256	60 624	120 936
Equipamentos														
Material de transporte	26 097	23 868	-	2 229	4 960	-	3 250	2 492	839	-	27 807	22 216	-	5 591
Mobiliário e material	23 206	21 932	-	1 274	15 796	-	-	-	871	-	39 002	22 803	-	16 199
Equipamento informático	15 649	14 683	-	966	4 142	-	-	-	458	-	19 791	15 141	-	4 650
Instalações interiores	11 796	6 927	-	4 869	2 396	2 396	-	-	1 772	-	16 588	8 698	-	7 890
Equipamento segurança	5 391	5 180	-	211	6 329	-	-	-	329	-	11 719	5 509	-	6 211
Máquinas e ferramentas	5 380	4 381	-	999	-	-	-	-	675	-	5 380	5 056	-	325
	87 519	76 971	-	10 548	33 623	2 396	3 250	2 492	4 943	-	120 288	79 423	-	40 865
Activos em locação operacional														
Activo por direito de uso	-	-	-	-	24 132	-	-	-	2 586	-	24 132	-	-	24 132
	-	-	-	-	24 132	-	-	-	2 586	-	24 132	-	-	24 132
Ativos tangíveis em curso														
Equipamento	2 396	-	-	2 396	4 814	(2 396)	-	-	-	-	4 814	-	-	4 814
Obras em imóveis arrendados	-	-	-	-	169	-	-	-	-	-	169	-	-	169
	2 396	-	-	2 396	4 984	(2 396)	-	-	-	-	4 984	-	-	4 984
	304 570	134 707	64 391	105 471	98 899	-	3 250	2 492	19 048	(3 767)	400 220	148 679	60 624	190 917

international investment bank

O movimento nesta rubrica em 2018 foi o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.17				Movimentos em 2018				Saldos em 31.12.18			
	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor	Aquisições	Transfe-	Amortizações	Imparidade	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor
	Bruto	acumuladas	acumulada	Líquido		rências	do exercício		Bruto	acumuladas	acumulada	Líquido
Imóveis												
Edifícios	191 395	32 520	-	158 875	-	-	3 093	64 391	191 395	35 613	64 391	91 391
Obras em imóveis arrendados	23 260	13 997	-	9 263	-	-	8 126	-	23 260	22 123	-	1 137
	214 655	46 517	-	168 138	-	-	11 219	64 391	214 655	57 736	64 391	92 528
Equipamentos												
Material de transporte	26 097	21 044	-	5 053	-	-	2 824	-	26 097	23 868	-	2 229
Mobiliário e material	23 206	21 112	-	2 094	-	-	819	-	23 206	21 932	-	1 274
Equipamento informático	14 561	14 256	-	305	413	676	428	-	15 649	14 683	-	966
Instalações interiores	11 796	5 698	-	6 098	-	-	1 229	-	11 796	6 927	-	4 869
Equipamento segurança	5 391	4 724	-	667	-	-	456	-	5 391	5 180	-	211
Máquinas e ferramentas	5 380	3 543	-	1 837	-	-	838	-	5 380	4 381	-	999
	86 431	70 376	-	16 054	413	676	6 595	-	87 519	76 971	-	10 548
Ativos tangíveis em curso												
Equipamento	676	-	-	676	2 396	(676)	-	-	2 396	-	-	2 396
	676	-	-	676	2 396	(676)	-	-	2 396	-	-	2 396
	301 762	116 894	-	184 868	2 809	-	17 814	64 391	304 570	134 707	64 391	105 471

international investment bank

NOTA 18: Ativos Intangíveis

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2019	31.12.2018
Sistemas de tratamento automático de informação (software)	205 673	205 673
Ativos intangíveis em curso	16 599	-
Amortizações	(170 873)	(158 710)
Imparidade	(34 800)	(46 963)
TOTAL	16 599	-

Os ativos intangíveis em curso representam o custo incorrido com desenvolvimentos de melhoria do sistema core em uso pelo banco, de modo a responder a necessidades específicas.

O movimento nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2019, foi o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.18				Movimentos em 2019			Saldos em 31.12.19			
	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor	Aquisições	Amortizações	Imparidade	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor
	Bruto	acumuladas	acumulada	líquido				Bruto	acumuladas	acumulada	líquido
Software	205 673	158 710	46 963	-	-	12 163	(12 163)	205 673	170 873	34 800	-
Software (em curso)	-	-	-	-	16 599	-	-	16 599	-	-	16 599
	205 673	158 710	46 963	-	16 599	12 163	(12 163)	222 272	170 873	34 800	16 599

Em 31 de dezembro de 2018, foi conforme segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.17				Movimentos em 2018				Saldos em 31.12.18			
	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor	Aquisições	Transfe- rências	Amortizações	Imparidade	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor
	Bruto	acumuladas	acumulada	líquido					Bruto	acumuladas	acumulada	líquido
Software	205 673	142 452	-	63 221	-	-	16 257	46 963	205 673	158 710	46 963	-
Software (em curso)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	205 673	142 452	-	63 221	-	-	16 257	46 963	205 673	158 710	46 963	-

NOTA 19: Ativos e Passivos por Impostos Correntes e Diferidos

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC).

O imposto sobre o rendimento corrente é refletido nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é, igualmente, refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

international investment bank

O cálculo do imposto corrente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foi efetuado com base numa taxa de 22%, englobando uma taxa nominal de IRPC e Taxa de Incêndio, de acordo com a Lei n.º 82/VIII/2014, de 08 de janeiro de 2015.

As declarações de autoliquidação do IRPC do Banco ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais, durante um período de três anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devidos, essencialmente, a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores expressos em milhares de escudos)	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Imposto sobre o Rendimento (IRPC) - estimativa	(4 455)	(196)
Pagamento por conta ⁽¹⁾	12 900	13 096
Total ativos por impostos correntes	8 445	12 900

(1) Pagamento referente ao ano de 2015

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(Valores expressos em milhares de escudos)	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Resultado antes de impostos	47 950	(270 625)
Taxa de Imposto	22,4%	25,5%
Encargo teórico com IRPC	10 760	(69 009)
Efeito dos custos não dedutíveis		
Amortização não aceites fiscalmente	87	317
Outros custos	272	321
Prejuízos fiscais sem reconhecimento de ativo por imposto diferido	-	68 372
Lucros Fiscais	(11 119)	-
Tributação autónoma	176	196
Imposto s/ rendimento corrente do exercício	4 455	196
Imposto s/ rendimento corrente do exercício	4 455	196
Imposto s/ rendimento	4 455	196
Taxa efetiva de imposto	9,3%	-0,1%

Os prejuízos fiscais disponíveis podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais futuros. Assim, os prejuízos fiscais acumulados a 31 de dezembro de 2019, sujeitos à confirmação pela Autoridade Tributária, ascendem a 321 287 milhares de escudos e podem ser

international investment bank

deduzidos aos lucros tributáveis futuros até sete anos após o ano da respetiva geração. No presente exercício, o Banco procedeu ao reconhecimento contabilístico de ativos por impostos diferidos sobre as perdas fiscais reportáveis, atendendo à sua previsível materialização como benefício, o qual se encontra suportado por um plano de negócios demonstrativo da capacidade do Banco em utilizar os mesmos.

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>Montante</u>	
Prejuízo fiscal de 2016	134 401	→ Dedutível até 2023
Prejuízo fiscal de 2017	22 145	→ Dedutível até 2024
Prejuízo fiscal de 2018	164 741	→ Dedutível até 2025
Prejuízo fiscal acumulado	321 287	

Conforme explicitado acima e considerando a legislação fiscal em vigor no país, os resultados negativos de exercícios anteriores poderão ser recuperados por via de crédito fiscal, num período máximo de até 7 anos, subsequente ao reconhecimento destas perdas, à razão de 50% de benefício anual.

Desta forma, e tendo em consideração a previsibilidade de reconhecimento de resultados futuros, o iibCV procedeu, no exercício de 2019, ao reconhecimento de impostos diferidos ativos no valor de 104 milhões de escudos, respeitantes aos resultados negativos registados em anos transatos, designadamente no período compreendido entre 2016 e 2018.

O registo dos impostos diferidos ativos detalha-se como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>
Balanço	
Ativos por impostos diferidos	118 608
Resultados transitados	(14 854)
Resultados	
Rendimentos por impostos diferidos	(103 754)

international investment bank

NOTA 20: Outros Ativos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Devedores diversos		
Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio	131 179	152 750
Valores a receber	53 106	4 658
Outros	400	23
Despesas com encargo diferido		
Outros gastos administrativos	2 294	4 254
Outras contas de regularização	4 840	115
Imparidade de Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio	(34 595)	(35 507)
TOTAL	157 224	126 292

O valor dos Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio corresponde ao saldo respeitante a imóveis recebidos em dação em cumprimento de dívidas, durante o ano de 2016 a 2018. Esses encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2 m).

Os movimentos ocorridos nas imparidades de ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio são apresentados como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Saldo Inicial	35 507	8 508
Dotações	1 404	26 999
Utilizações / Transferências	(393)	-
Reversões	(1 923)	-
Saldo Final	34 595	35 507

O detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, em 2019 e 2018, por tipo de ativo e por antiguidade, é apresentado nos seguintes quadros:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ativo	Número de imóveis	Justo valor do ativo	31.12.2019		
			Valor contabilístico	Imparidade	Valor Líquido contabilístico
Edifício construído					
Habitação	5	104 459	101 407	28 807	72 600
Terreno					
Urbano	1	33 080	29 772	5 788	23 984
Total	6	137 538	131 179	34 595	96 584

international investment bank

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ativo	31.12.2018				
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Imparidade	Valor Líquido contabilístico
Edifício construído					
Habituação	6	119 001	108 800	29 719	79 081
Terreno					
Rural	1	16 374	14 178	5 788	8 390
Urbano	1	39 695	29 772	-	29 772
Total	8	175 071	152 750	35 507	117 243

(Valores expressos em milhares de escudos)

Tempo decorrido desde a dação /execução	31.12.2019							
	< 1 ano		>= 1 ano e < 2,5 anos		>= 2,5 anos e < 5 anos		Total	
	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Edifício construído								
Habituação	-	-	16 874	16 407	87 585	85 000	104 459	101 407
Terreno								
Urbano	-	-	33 080	29 772	-	-	33 080	29 772
Total	-	-	49 954	46 179	87 585	85 000	137 538	131 179

(Valores expressos em milhares de escudos)

Tempo decorrido desde a dação /execução	31.12.2018							
	< 1 ano		>= 1 ano e < 2,5 anos		>= 2,5 anos e < 5 anos		Total	
	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Edifício construído								
Habituação	24 647	12 427	41 347	29 069	53 006	37 584	119 001	79 080
Terreno								
Rural	16 374	14 178	-	-	-	-	16 374	14 178
Urbano	-	-	39 695	23 985	-	-	39 695	23 985
Total	41 022	26 605	81 043	53 054	53 006	37 584	175 071	117 243

NOTA 21: Recursos de Bancos Centrais e Outras Instituições Financeiras

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2019	31.12.2018
Recursos de bancos centrais	335	332
Recursos de outras instituições de crédito	446 454	92
TOTAL	446 789	424

NOTA 22: Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco apresentava uma concentração de 50% (2018: 74%) de depósitos de empresas relacionadas, de um mesmo grupo, em moeda estrangeira. Essa diminuição da representatividade desses depósitos ficou a dever-se ao acréscimo registado na atividade do Banco. Não obstante, importa salientar que o Banco faz uma adequada

international investment bank

gestão do risco de liquidez, possuindo ativos líquidos que lhe permitem mitigar, de forma ajustada, o *gap* de liquidez numa base diária (ver Nota 30) e em linha com as políticas de gestão de liquidez do iib Grupo.

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Depósitos	13 248 317	9 169 486
À ordem	9 678 471	8 212 115
A prazo	3 569 846	957 370
Juros	22 425	8 649
TOTAL	13 270 742	9 178 134

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2019 e a 31 de dezembro de 2018, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Exigível à vista	9 678 471	8 212 115
Exigível a prazo	3 592 271	966 019
Até 3 meses	730 322	73 254
De 3 meses a 1 ano	2 701 949	602 254
De 1 a 5 anos	160 000	290 511
TOTAL	13 270 742	9 178 134

Os recursos de clientes exigíveis a prazo foram contratados à taxa anual média de 2,20% (31 de dezembro de 2018: 2,77%).

NOTA 23: Provisões

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Provisões para compromissos assumidos	58 171	57 674
Provisões para outros riscos e encargos	6 451	-
Total do rendimento integral do exercício	64 621	57 674

Os movimentos ocorridos nas provisões são apresentados como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Saldo Inicial	57 674	15 827
Utilizações / Transferências	(1 666)	156
Dotações	8 614	41 691
Saldo Final	64 621	57 674

international investment bank

Para as operações extrapatrimoniais não existe obrigatoriedade legal de se constituir provisões, sendo que o Banco assim procede por uma questão prudencial.

A cobertura da carteira de créditos extrapatrimoniais (ver Nota 27) resume-se conforme segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Garantias prestadas	814 469	708 173
Provisões	58 171	57 674
Grau de cobertura	7,14%	8,14%

NOTA 24: Outros Passivos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Credores diversos		
Setor Público e Administrativo	6 107	7 529
Outros Credores	21 209	-
Passivos de locação	24 483	-
Transferências emitidas a compensar	7 540	2 775
Transações de cartões a liquidar	6 275	-
Contas Encerradas	339	2 363
Encargos a pagar		
Custos administrativos	104 009	100 182
Serviços informáticos	84 378	68 862
Serviços de Auditoria e Consultoria	6 645	8 369
Outros custos administrativos	12 986	22 951
Custos com pessoal	4 744	3 097
Outras contas de regularização	2 820	20
TOTAL	177 526	115 966

Em Credores Diversos incluem-se valores remanescentes a pagar a diferentes fornecedores, relacionados com serviço de desenvolvimento de *software*, fornecimentos de equipamentos e execução de obra.

Passivos de locação representam o reconhecimento do passivo de locação referente a contratos de arrendamento, em decorrência da adoção da IFRS 16.

international investment bank

NOTA 25: Capital

O capital social do Banco ascende a 1 433 milhões de escudos (equivalente a 1 433 000 ações) e encontra-se integralmente realizado, sendo detido em 90% pelo iib Group Holdings WLL e em 10% pelo Novo Banco África SGPS, SA.

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Capital subscrito	1 433 000	1 433 000
Do qual Ações Ordinárias	1 433 000	1 433 000

NOTA 26: Outras Reservas e Resultados Transitados

Essa rubrica comporta as reservas legais (10%) e outras reservas (90%), originados da transferência dos resultados apurados nos exercícios anteriores, decompondo-se como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	26 239	89 995	(37 963)	78 272
Tranferência do Resultado para Reservas	-	(55 989)	-	(55 989)
Ajustamentos de transição para IFRS 9	-	-	(79 975)	(79 975)
Outros movimentos	-	-	(14 500)	(14 500)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	26 239	34 006	(132 437)	(72 192)
Tranferência do Resultado para Reservas	-	(270 820)	-	(270 820)
Outros movimentos			14 854	14 854
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	26 239	(236 814)	(132 437)	(328 158)

Em regularizações dos Resultados transitados incluem-se 79.975 mCVE, que refletem os impactos da primeira adoção da IFRS 9 em 2018, relacionados com a carteira de créditos e ativos financeiros ao justo valor.

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação aplicável ao setor bancário exige que a reserva legal seja anualmente creditada com, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

international investment bank

NOTA 27: Passivos Contingentes e Compromissos

Os passivos contingentes e compromissos relacionados com a atividade do Banco são registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam a seguinte decomposição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Garantias prestadas	814 469	708 173
TOTAL	814 469	708 173

NOTA 28: Transações com Partes Relacionadas

O valor das transações do Banco com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2019</u>				<u>31.12.2018</u>			
	Ativos	Passivos	Proveitos	Custos	Ativos	Passivos	Proveitos	Custos
Acionistas								
NOVO BANCO, S.A.	2 222 734	-	12 348	-	2 070 649	-	65 083	-
IIBG	53 106	-	-	-	4 658	-	-	-
Outras partes relacionadas								
IIB Djibouti	826 988	308 272	4 536	-	-	-	-	-
IIB Limited (Bahamas)	1 989 194	16 267	24 893	-	-	-	-	-
TOTAL	5 092 020	324 539	41 777	-	2 075 307	-	65 083	-

Os ativos em balanço relativos às partes relacionadas, incluídas no quadro acima, referem-se, fundamentalmente, a depósitos e aplicações em moeda estrangeira mantidos junto dessas entidades, os quais são remunerados a taxas correntes de mercado.

international investment bank

NOTA 29: Justo Valor dos Ativos e Passivos Financeiros

O justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor do Banco, a 31 de dezembro de 2019 e a 31 de dezembro de 2018, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

31.12.2019				
Valorizados ao Justo Valor				
Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Total Justo Valor	
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Obrigações do tesouro de Cabo Verde	-	841 113	-	841 113
Obrigações corporativas	-	104 191	-	104 191
	-	945 305	-	945 305

(Valores expressos em milhares de escudos)

31.12.2018				
Valorizados ao Justo Valor				
Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Total Justo Valor	
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Obrigações do tesouro de Cabo Verde	-	472 258	-	472 258
	-	472 258	-	472 258

Os ativos e passivos ao justo valor da Banco são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia, de acordo com a IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para esses instrumentos negociados em mercados líquidos.

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza

international investment bank

como *inputs* nos seus modelos variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado, aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Nesse nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades, mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. As bases e pressupostos de cálculo do justo valor estão em conformidade com os princípios da IFRS 13.

Instrumentos financeiros ao custo amortizado

No quadro seguinte apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao custo amortizado nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2019 e a 31 de dezembro de 2018:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2019				
	Justo Valor				
Ativos/Passivos registados ao custo amortizado	Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Justo valor total	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 643 243	-	2 643 243	-	2 643 243
Disponibilidades em outras instituições de crédito	776 240	-	776 240	-	776 240
Aplicações em instituições de crédito	5 940 425	-	5 940 425	-	5 940 425
Crédito a clientes	4 414 765	-	-	4 414 765	4 414 765
	13 774 672	-	9 359 908	4 414 765	13 774 672
Passivo					
Recursos de bancos centrais	335	-	-	335	335
Recursos de outras instituições de crédito	446 454	-	-	446 454	446 454
Recursos de clientes e outros empréstimos	13 270 742	-	-	13 270 742	13 270 742
	13 717 531	-	-	13 717 531	13 717 531

international investment bank

(Valores expressos em milhares de escudos)

31.12.2018					
Justo Valor					
Ativos/Passivos registados ao custo amortizado	Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Justo valor total	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	221 664	-	221 664	-	221 664
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 072 920	-	2 072 920	-	2 072 920
Aplicações em instituições de crédito	5 384 071	-	5 384 071	-	5 384 071
Crédito a clientes	2 046 610	-	-	2 046 610	2 046 610
	9 725 265	-	7 678 655	2 046 610	9 725 265
Passivo					
Recursos de bancos centrais	332	-	-	332	332
Recursos de outras instituições de crédito	92	-	-	92	92
Recursos de clientes e outros empréstimos	9 178 134	-	-	9 178 134	9 178 134
	9 178 558	-	-	9 178 558	9 178 558

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Esses ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogêneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares, as quais não variaram significativamente desde o momento da contratação dos atuais contratos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Esses passivos são de curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

international investment bank

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor desses instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

NOTA 30: Gestão de Riscos de Atividade

O Banco está exposto a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros, os quais se analisam de seguida:

Risco de Crédito

O risco de crédito resulta da probabilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes do incumprimento, total ou parcial, do cliente ou contraparte, relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco, no âmbito da sua atividade creditícia e é controlado pela área de Risco Global, à qual compete monitorizar, de forma sistemática, todas as operações contratadas, em interação com as demais unidades do Banco e do Grupo.

Esse método permite identificar, tempestivamente, os principais *triggers* de *default*, possibilitando um adequado acompanhamento do risco da carteira de crédito, dado que a função de gestão de risco de crédito intervém em todos os processos que comportam esse risco, desde a análise, aprovação e contratação das operações de crédito; contabilização das operações; monitorização dos contratos de crédito; identificação dos clientes em risco (*default*); controlo e atualização do valor das garantias recebidas; à conceção de modelos de risco; cálculo de provisões e imparidade da carteira; produção e reporte de dados e estatísticas do crédito, culminando com o processo de recuperação de créditos vencidos.

O acompanhamento da carteira de crédito é contínuo e privilegia a interação entre as equipas envolvidas ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é reforçada pela introdução de sucessivas melhorias, tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo de riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, em parceria com o Grupo.

Já o acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que toca à evolução das exposições de crédito e monitorização das eventuais perdas, é efetuado periodicamente por um comité.

international investment bank

Relativamente à exposição máxima do Banco ao risco de crédito, o quadro abaixo apresenta a posição no final do exercício:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	9 359 908	7 678 655
Títulos	945 305	472 258
Crédito a clientes	4 414 765	2 046 610
Outros ativos	58 346	4 796
Garantias e avales prestados	814 469	708 173
TOTAL	15 592 793	10 910 491

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição máxima ao risco de crédito é representada pelo valor contabilístico líquido da imparidade. Para os elementos fora de balanço, a exposição máxima das garantias é o montante máximo que o Banco teria de pagar se as garantias fossem executadas. Para compromissos de empréstimos e outros compromissos relacionados com crédito de natureza irrevogável, a exposição máxima é o montante total de compromissos assumidos.

Em 2019, a imparidade por classe de ativo registou os seguintes movimentos:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Empresas (financiamentos)	Crédito à Habitação	Consumo	Setor público	Total
Imparidade de crédito inicial	129 185	42 081	847	-	172 114
Acréscimo/reversão no período	13 969	(22 041)	(183)	-	(8 255)
Diferenças cambiais e outras	-	-	384	-	384
Imparidade de crédito final	143 154	20 039	1 048	-	164 242

Em 2018, a imparidade por classe de ativo registou os seguintes movimentos:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Empresas (Financiamentos)	Crédito à Habitação	Consumo	Setor Público	Total
Imparidade de crédito inicial	65 708	25 535	630	439	92 312
Ajustamentos IFRS9 a 01.01.2018	55 126	22 014	204	-	77 345
Imparidade de crédito a 01.01.2018	120 834	47 549	835	439	169 657
Acréscimo/reversão no período	25 540	(5 468)	94	(439)	19 727
Utilização no período	(17 189)	-	(81)	-	(17 271)
Imparidade de crédito final	129 185	42 081	847	-	172 114

international investment bank

A 31 de Dezembro de 2019 a qualidade da carteira de crédito apresentava a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Empresas	Particulares Habitação	Consumo	Total
Sem Vencido com imparidade individual	3 611 018	676 754	53 900	4 341 673
Crédito Vencido com Imparidade Individual	146 050	111 378	1 251	258 679
Inferior a 30 dias	268	22	125	414
30 a 90 dias	635	150	133	918
91 a 180 dias	1 510	-	54	1 564
181 dias 360 dias	-	-	-	-
Superior a 360 dias	143 637	111 207	938	255 782
Total	3 757 068	788 133	55 151	4 600 352

A 31 de Dezembro de 2018 a qualidade da carteira de crédito apresentava a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Empresas	Particulares- Habitação	Consumo	Total
Sem Vencido com imparidade individual	1 217 406	719 667	38 607	1 975 681
Crédito Vencido com Imparidade Individual	139 959	111 435	1 343	252 736
Inferior a 30 dias	202	26	204	432
30 a 90 dias	-	155	544	698
91 a 180 dias	-	7 197	2	7 198
181 dias 360 dias	3 839	5 539	157	9 535
Superior a 360 dias	135 917	98 518	437	234 873
Total	1 357 364	831 102	39 951	2 228 417

Risco de Mercado

O risco de mercado engloba três riscos diferentes (risco de taxa de juro, de liquidez e cambial) e representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro, como a variação de taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações e de mercadorias, volatilidade ou *spread* do crédito.

A gestão de risco de mercado está integrada na gestão do balanço, feita transversalmente à análise ALCO (*Asset and Liability Committee*). Esse método é responsável por fornecer elementos para a definição de políticas de afetação e estruturação do balanço, bem como pelo controlo da liquidez, da exposição aos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio.

international investment bank

Risco da Taxa de Juro

O risco de taxa de juros resulta de movimentos adversos nas taxas de juro dos elementos da carteira bancária. A estimação da exposição ao risco de taxa de juros implica a classificação de todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais sensíveis a taxas de juro, por intervalo de *repricing*, de acordo com a metodologia do BIS (*Bank for International Settlements*), proposta pelo Banco de Cabo Verde. Para além desse modelo de cálculo, o Banco efetua um *stress test* específico, considerando a hipótese de mobilização massiva de parte dos recursos de clientes.

Cerca de 61% dos depósitos de clientes está expressa em moeda estrangeira, por isso a carteira de negociação do Banco é composta por aplicações financeiras de curto prazo e de baixo risco, com recurso ao excedente de depósitos em moeda estrangeira, realizadas junto de outras instituições de crédito, tanto no país como no estrangeiro, a taxas de juro fixas, previamente acordadas.

O nível de risco da taxa de juro é pouco expressivo, pelo que as operações de cobertura são efetuadas na ótica de mitigação do risco da liquidez e do seu controlo.

O Banco apresenta *repricing gap* global positivo, posição favorável aos resultados, indicando que uma variação positiva nas taxas de juro conduziria a um aumento da margem financeira. No final do exercício, apresentava maior exposição no prazo de 6 meses a 1 ano, devido a uma maior concentração de depósitos a prazo com maturidade residual nesse intervalo e apresentava maior conforto no intervalo até 1 mês, pelo facto de as aplicações em instituições financeiras serem, na sua maioria, de muito curto prazo, e no intervalo superior a 3 anos, devido à concentração de operações da carteira de crédito à habitação a vencer nesse intervalo.

Risco cambial

O risco cambial advém de alterações nas taxas de câmbio utilizadas na conversão de elementos da carteira bancária, expressos em moeda estrangeira, para a moeda base (CVE), ou seja, está associado a moedas com volatilidade de câmbio face ao escudo cabo-verdiano (CVE), com destaque para o dólar americano (USD), cujo valor apresenta maior volatilidade e em relação ao qual o Banco apresenta um *matching* positivo, o que significa, em termos de posição cambial, que possui um maior volume de ativos sensíveis à taxa de câmbio do que passivos, conferindo maior capacidade de cobertura desse risco.

Cerca de 19% dos depósitos do Banco são denominados em Dólar Norte-Americano (USD), mas o risco que essa moeda representa está, em balanço natural, coberta a 100% por

international investment bank

negociações cambiais (compra/venda de divisas) com outras instituições financeiras, por forma a manter a posição cambial nessa moeda fechada/equilibrada ou em níveis mínimos e risco imaterial, fazendo com que o Banco apresente um perfil global, no que tange à exposição cambial, de baixo risco.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez resulta da potencial incapacidade da instituição em financiar o ativo, quando cumpridas as responsabilidades exigidas nas datas devidas, e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira, sem incorrer em perdas significativas.

No que tange ao monitoramento, há um controlo contínuo de concentração de depósitos e de crédito e conseqüente acompanhamento do rácio de transformação do crédito (LtD), assim como um cálculo diário da posição das diversas moedas, que permite uma permanente quantificação e mitigação do risco de liquidez e de exposição em moeda estrangeira.

O controlo dos níveis de liquidez tem como finalidade manter um nível de disponibilidades passível de fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazos, procurando, de forma sistemática, avaliar a exposição global ao risco de liquidez, através da preparação de informações diárias de *cash-flow*, que permitem, além de identificar os *mismatch* negativos, determinar elementos para efetuar a cobertura atempada dos mesmos. Da avaliação do risco de liquidez, ficou patente o elevado nível de liquidez global (risco baixo), apresentando *gap* positivo, o que demonstra a solidez do Banco e capacidade de financiamento das suas atividades. O LtD global de 35% comprova o nível de recursos que o Banco tem à disposição para o cumprimento das suas responsabilidades.

Relativamente ao grau de concentração referido (ver Nota 22), importa salientar que o mesmo diz respeito a posições em moeda estrangeira, existindo, contudo, um equilíbrio em termos de correspondência de posições de ativos e passivos em Escudos Cabo-verdianos, traduzindo-se em rácios de transformação: i) global, de 35%; ii) excluindo os depósitos de empresas relacionados com o referido grupo, de 71%; iii) e de 80%, considerando apenas as posições em moeda local.

O Banco mantém, atualmente, uma carteira significativa de ativos líquidos ou liquidáveis a muito curto prazo, essencialmente concentrados na rubrica de Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 15), para fazer face à natureza e duração dos passivos, o que facilita a gestão da liquidez para o período crítico de 1 a 30 dias. A política de gestão de risco de

international investment bank

liquidez do Banco determina limites de posição de tesouraria, em função do volume de recursos totais do Banco para vários prazos temporais.

Em 31 de Dezembro de 2019, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros eram os seguintes:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
Ativo	9 869 398	172 736	1 340 325	3 494 742	14 877 201
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 643 243	-	-	-	2 643 243
Disponibilidades em outras instituições de crédito	776 240	-	-	-	776 240
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	12 262	-	537 010	396 033	945 305
Aplicações em instituições de crédito	5 940 425	-	-	-	5 940 425
Crédito a clientes	497 229	172 736	803 315	2 941 485	4 414 765
Outros ativos	-	-	-	157 224	157 224
Passivo	10 302 786	3 432 271	160 000	-	13 895 057
Recursos de bancos centrais	335	-	-	-	335
Recursos de outras instituições de crédito	446 454	-	-	-	446 454
Recursos de clientes e outros empréstimos	9 678 471	3 432 271	160 000	-	13 270 742
Outros passivos	177 526	-	-	-	177 526
Garantias Off-balance	328 825	461 099	24 545	-	814 469
Diferencial / Gap	(762 213)	(3 720 634)	1 155 780	3 494 742	167 675
Diferencial / Gap Acumulado	(762 213)	(4 482 846)	(3 327 066)	167 675	-

Apesar do Gap negativo em vários intervalos, existe a expectativa, tendo por base o comportamento histórico, de renovação de uma parte significativa dos passivos, nomeadamente os depósitos de clientes à ordem.

international investment bank

Em 31 de Dezembro de 2018, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros eram os seguintes:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
Ativo	7 762 205	59 007	976 926	1 525 676	10 323 815
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	221 664	-	-	-	221 664
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 072 920	-	-	-	2 072 920
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4 078	-	211 634	256 546	472 258
Aplicações em instituições de crédito	5 384 071	-	-	-	5 384 071
Crédito a clientes	79 473	59 007	765 292	1 142 838	2 046 610
Outros ativos	-	-	-	126 292	126 292
Passivo	8 509 055	785 469	-	-	9 294 524
Recursos de bancos centrais	332	-	-	-	332
Recursos de outras instituições de crédito	92	-	-	-	92
Recursos de clientes e outros empréstimos	8 392 665	785 469	-	-	9 178 134
Outros passivos	115 966	-	-	-	115 966
Garantias Off-balance	7 337	680 774	20 062	-	708 173
Diferencial / Gap	(754 187)	(1 407 236)	956 864	1 525 676	321 118
Diferencial / Gap Acumulado	(754 187)	(2 161 423)	(1 204 558)	321 118	-

Risco Operacional

O risco operacional define-se como a probabilidade de ocorrência de eventos, com impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou eventos externos, abrangidas nas seguintes tipologias: operativo, de sistemas de informação, de *compliance* e de reputação.

A gestão do risco operacional assenta-se em princípios e estratégias definidos pelo Banco, em um código de conduta e em políticas e normas de risco operacional, através da análise de um catálogo dos processos, da comunicação tempestiva dos eventos de risco e a consequente definição de ações de melhoria das deficiências detetadas.

À área de Risco Global, enquanto gestora do risco operacional, cabe a identificação, avaliação e reporte dos eventos de riscos ocorridos, de origem interna e externa, e em colaboração com os responsáveis das demais unidades orgânicas, definir e implementar medidas de melhorias de processos e de mitigação dos riscos. A responsabilidade de controlo do risco operacional é partilhada entre todos os colaboradores do Banco, pelo que os mesmos cooperam na monitorização e na identificação dos fatores de risco e das fragilidades dos processos das respetivas unidades, comunicando os incidentes ocorridos à área de Risco.

international investment bank

Nesta vertente, cumpre à área identificar e avaliar os riscos operacionais inerentes a todos os produtos, atividades, processos e sistemas, em todas as demais áreas de negócio e de suporte, quer tenham caráter financeiro ou não.

O processo de controlo do risco operacional inclui a identificação, a análise, a mensuração e o reporte dos incidentes à Administração do Banco, de acordo com as tipologias de risco definidas pela Basileia.

Na avaliação do seu nível de risco operacional, o Banco, através de um questionário avalia as várias prováveis fontes de risco operacional, de modo a identificar os principais riscos a que se encontra exposto, estima a perda, nos resultados ou no capital, associada aos eventos com impactos negativos nas suas atividades operacionais. Esses eventos podem resultar da inadequação ou deficiência de procedimentos, dos sistemas de informação, do comportamento das pessoas ou podem ainda ser motivados por acontecimentos externos.

Nas avaliações de 2019, foram registados alguns eventos, com impacto financeiro de 338 mil escudos, sem grande expressão no resultado do Banco. Os incidentes identificados e reportados eram, na sua maioria, relacionados à tipologia de risco “Execução, Distribuição e Gestão de Processos”, no caso, relacionados com a mudança do *Core System*. Entretanto, as operações foram recuperadas e implementadas melhorias ao processo, de modo que o valor das perdas foi considerado imaterial face ao limite de risco definido e em relação ao resultado líquido do período.

Durante o ano, a prioridade recaiu sobre o aperfeiçoamento dos processos, tendo sido implementadas novas medidas relacionadas a políticas, normas e procedimentos de produtos e serviços, no que tange ao combate à lavagem de capitais e financiamento ao terrorismo; foram reforçados os procedimentos de controlo e identificação dos clientes bem como os mecanismos de execução e controlo de compensação de valores.

O perfil do Risco Operacional do Banco mantém-se no nível Reduzido, dada a baixa frequência de incidentes e ao impacto financeiro pouco expressivo nos resultados.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O objetivo primordial da gestão de capital no Banco consiste em assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

international investment bank

A definição da estratégia a adotar, no que concerne à gestão de capital, é da competência do Conselho de Administração, encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Cabo Verde, que estabelece as regras que a esse nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais que as instituições deverão cumprir, em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, materializado através do Aviso n.º 03/2007.

Os elementos de capital do Banco dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios considerados como *Core Tier I*: Esta categoria inclui, essencialmente, o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis os resultados positivos retidos do período, quando certificados, e os interesses que não controlam. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a ações ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos aos ativos intangíveis e, quando aplicável, as insuficiências de provisões e os resultados negativos do período.
- Fundos Próprios de Base (FPB): Para além dos valores considerados como *Core Tier I*, esta categoria inclui os montantes aceites pelo Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer.
- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora, essencialmente, a dívida subordinada emitida elegível a reservas de justo valor positivas associadas a ações ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras bem como o montante das perdas esperadas para as posições em risco, deduzidas das somas de correções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- Deduções (D): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos e a parte que excede os limites de concentração de risco de crédito, previsto na alínea d) do n.º 12 do Aviso n.º 3/2007.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Complementarmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

international investment bank

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2019	31.12.2018
Capital realizado	1 433 000	1 433 000
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores	-	-
Resultados positivos do último exercício	-	-
Resultados positivos provisórios do exercício em curso	147 250	-
SOMA	1 580 250	1 433 000
Activos intangíveis	(16 599)	-
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores	(72 192)	(72 192)
Resultados negativos do último exercício	(255 966)	-
Resultados negativos provisórios do exercício em curso	-	(270 820)
Insuficiência de provisões	(3 948)	-
SOMA	(348 705)	(343 012)
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ANTES DA APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO	1 231 545	1 089 988
Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer	-	-
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS	1 231 545	1 089 988
Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis	-	-
Outros elementos	-	-
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES	-	-
FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES	1 231 545	1 089 988
Participações a deduzir:	-	-
Superiores a 10 % do capital	-	-
Inferiores ou iguais a 10 % do capital	-	-
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	-	-
Fundos próprios destinados a coberturas específicas (alínea 12 do n.º 11º do Aviso n.º 9/99)	-	-
Insuficiência de liquidez (ponto 2 n.º 15º do Aviso n.º 8/2007)	-	-
FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO	1 231 545	1 089 988
Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) n.º 12 do Aviso n.º 3/2007)	(1 407)	-
FUNDOS PRÓPRIOS	1 230 138	1 089 988
Activos Ponderados pelo Risco (incluindo extrapatrimoniais)	4 031 735	3 797 632
Rácio de Solvabilidade	30,5%	28,7%

O Banco calcula o Rácio de Solvabilidade de acordo com o Aviso n.º 4/2007, do Banco de Cabo Verde, o qual define o Rácio de Solvabilidade em função da relação entre os fundos próprios e os riscos de mercado (RTC - Risco taxa de câmbio), risco operacional (RO), risco de crédito (RC), com a finalidade de acompanhar a adequação entre o montante dos fundos próprios e os respetivos riscos inerentes ao Banco. Através desse Aviso, o Banco de Cabo Verde estabelece patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelas instituições sujeitas à sua supervisão. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio *Core Tier I* não inferior a 12%, calculada da seguinte forma:

international investment bank

$$\text{R cio de Solvabilidade} = \frac{\text{Fundos Pr prios}}{(\text{VAPRC} + \text{VAPRTC} + \text{VEAPRO})} \times 100$$

Onde:

VAPRC – Valor dos ativos ponderados pelo risco de cr dito, incluindo os elementos extrapatrimoniais, determinados conforme Anexo 1 do Aviso;

VAPRTC – Valor dos ativos ponderados pelo risco de taxa de c mbio, apurados conforme o Anexo 2 do Aviso;

VEAPRO – Valor equivalente em ativos ponderados pelo risco operacional, apurado conforme o Anexo 3 do Aviso.

NOTA 31 – IFRS Divulga es - Novas normas a 31 de dezembro de 2019

1. Impacto da ado o de novas normas, altera es  s normas e interpreta es que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019:

- a) **IFRS 16** (nova), ‘Loca es’. Esta nova norma substitui a IAS 17 – ‘Loca es’, com um impacto significativo na contabiliza o pelos locat rios que s o agora obrigados a reconhecer um passivo de loca o refletindo futuros pagamentos da loca o e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de loca o, exceto certas loca es de curto prazo e de ativos de baixo valor. A defini o de um contrato de loca o tamb m foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transi o, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. Relativamente   ado o da IFRS 16, os impactos da mesma encontram-se detalhados na Nota 2 n).
- b) **IFRS 9** (altera o), ‘Elementos de pr -pagamento com compensa o negativa’. Esta altera o introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condi es de pr -pagamento com compensa o negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condi es espec ficas, em vez de serem classificados ao justo valor atrav s de resultados.
- c) **IAS 19** (altera o), ‘Alter es, redu es e liquida es de planos de benef cios definidos’. Esta altera o   IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do servi o atual e os juros l quidos para o per odo remanescente ap s a altera o, redu o ou liquida o do plano; e (ii) reconhe a no resultado do exerc cio como parte do custo com servi os passados, ou como ganho ou perda na liquida o qualquer redu o no excedente de cobertura, mesmo que o

international investment bank

excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “asset ceiling”. O impacto no “asset ceiling” é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.

- d) **IAS 28** (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – ‘Instrumentos financeiros’. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade.
- e) **Melhorias às normas 2015 – 2017**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.
- f) **IFRIC 23** (nova), ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – ‘Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes’, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

2. Alterações às normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:

- a) **IAS 1 e IAS 8** (alteração), ‘Definição de material’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como ‘atuais e futuros investidores,

international investment bank

financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

- b) **Estrutura conceitual**, 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.
- b) **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação

international investment bank

da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

- c) **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

international investment bank

Quadro resumo das novas normas (1):

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Novas normas, alterações às normas e interpretações efetivas a 1 de janeiro de 2019		
• IFRS 16 – Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores.	1 de janeiro de 2019
• IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Isenção à classificação de ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa.	1 de janeiro de 2019
• IAS 19 – Benefícios dos empregados	Obriga a usar pressupostos atualizadas para o cálculo das responsabilidades remanescentes após atualização, corte ou liquidação de benefícios, com impacto na demonstração dos resultados, exceto quanto à diminuição de qualquer excesso enquadrado no âmbito do “asset ceiling”.	1 de janeiro de 2019
• IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial.	1 de janeiro de 2019
• Melhorias às normas 2015 – 2017	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11	1 de janeiro de 2019
• IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento	1 de janeiro de 2019

international investment bank

Quadro resumo novas normas (2):

Descrição	Alteração	Data efetiva
2. Alterações às normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2020, já endossadas pela EU		
• IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 - Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros	Atualização da definição de material, na aplicação das normas às demonstrações financeiras como um todo.	1 de janeiro de 2020
• Estrutura conceitual - Alterações na referência a outras IFRS	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos / passivos e gastos / rendimentos.	1 de janeiro de 2020
3. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2020, ainda não endossadas pela UE		
• IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais	Alteração da definição de negócio.	1 de janeiro de 2020
• IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma das taxas de juro de referência	Introdução de isenções à contabilidade de cobertura com o objetivo de que a reforma das taxas de juro referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura.	1 de janeiro de 2020
• IFRS 17 - Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2021

NOTA 32 – Eventos Subsequentes

Como é do conhecimento geral, a pandemia de Coronavírus (COVID-19), tem tido desenvolvimentos muito relevantes nas últimas semanas na generalidade dos países, incluindo em Cabo Verde, havendo notícias que indicam que alguns setores da economia poderão vir a ser afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pelo vírus como, por exemplo, o setor do turismo, dos transportes e dos serviços em geral.

Neste enquadramento, tendo presente não apenas a atividade desenvolvida pelo Banco mas também a informação disponível à presente data, o Conselho de Administração não estima efeitos materiais ao nível das demonstrações financeiras do exercício de 2019 decorrente desse evento.

Contudo, dada a incerteza presente dos atuais eventuais e respetivos efeitos, o Conselho de Administração do Banco não consegue estimar e quantificar, à presente data, os impactos futuros do Coronavírus ao nível da economia cabo-verdiana e, por esta via, em particular, os efeitos que estes poderão acarretar ao nível do negócio do Banco, sem colocar, contudo, em causa a continuidade das operações e a continuidade do Banco.

O Conselho de Administração irá continuar a avaliar esta situação de forma cuidada, ao longo do exercício de 2020, acompanhando também as orientações e medidas que as Autoridades em Cabo Verde, designadamente o Ministério das Finanças e o Banco de Cabo Verde, venham a adotar, visando a mitigação dos mais expectáveis impactos negativos resultantes da pandemia do COVID-19 na atividade económica nacional.

3. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do International Investment Bank, SA relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2 Acompanhámos, com a profundidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco. Tomámos conhecimento dos atos de gestão do Conselho de Administração do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a adequação e eficácia do sistema de controlo interno, do sistema de gestão de risco, da auditoria interna e *compliance*.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço (que evidencia um total de CVE 15.211.770 milhares e um total de capital próprio de CVE 1.252.092 milhares, incluindo um resultado líquido de CVE 147.250 milhares) e as Demonstrações dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio, de Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspetos mais significativos, respeitando os requisitos legais e estatutários da Sociedade;
- iv) a Proposta de Aplicação de Resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório de Auditoria, sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2019, emitido com ênfase e sem reservas, com data de 13 de Maio de 2020 e com o qual concordamos.

6 De igual modo tomou conhecimento do relatório dos auditores externos sobre as provisões regulamentares mínimas.

Handwritten signature and initials in black ink, appearing to be 'J. M. S.' and 'W. S.'.

international investment bank

7 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes do Relatório de Auditoria, somos do parecer que a Assembleia Geral aprove:

- i) o Relatório de Gestão;
- ii) as demonstrações financeiras e respetivas notas anexas;
- iii) seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultado Líquido no exercício de 2019.

8 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

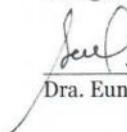
13 de Maio de 2020

O Presidente do Conselho Fiscal



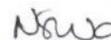
Dr. Ildo Adalberto Lima

O Vogal



Dra. Eunérlia Sousa Freitas

O Vogal



Dra. Nair Cecília Silva

4. Relatório da Auditoria Externa



Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do International Investment Bank, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de CVE 15.211.770 milhares e um total de capital próprio de CVE 1.252.082 milhares, incluindo um resultado líquido de CVE 147.250 milhares), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do International Investment Bank, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no Código de Ética do IESBA.

Ênfase

Chamamos a atenção para a informação divulgada na nota 32 do anexo contendo as notas explicativas, relativa aos possíveis impactos da pandemia do COVID-19 na economia e, conseqüentemente, na atividade futura do Banco.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel: +238 261 5934/5, Fax: +238 261 8026, www.pwc.com/cv/pt
Meticulada no Conservatório dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o nº 282682902/420191217
NIF: 282 682 902, Capital Social: CVE 1.500.000
Inscrita na lista de OPACC sob o nº 6

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Perdas por imparidade de crédito a clientes

Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade de crédito a clientes apresentadas nas notas 2.2.a), 3.1 e 10 anexas às demonstrações financeiras do Banco.

A significativa expressão da rubrica de crédito a clientes bem como as perdas por imparidade de crédito que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Banco no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento, bem como do correspondente montante de perdas por imparidade, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Em 31 de dezembro de 2019 o valor bruto do crédito a clientes ascende a CVE 4.579.007 milhares e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a CVE 164.242 milhares.

As perdas por imparidade de crédito a clientes são apuradas pelo órgão de gestão em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa do total da carteira de crédito, sendo que para a carteira remanescente a imparidade é apurada através de análise coletiva. Este processo sumaria-se como segue:

- Para as exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante total das responsabilidades junto do Banco e da eventual existência de indícios de incumprimento, o Banco desenvolve um processo de análise individual que inclui uma análise individual de staging, no sentido de corroborar a atribuição indicativa de stage automático, e uma análise individual de quantificação de imparidade. Neste último caso, a análise é realizada apenas para as exposições classificadas em stage 3, em que o montante de imparidade é apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente individualmente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro gerar para o cumprimento das suas responsabilidades – abordagem going; ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses mesmos colaterais,

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação dos controlos chave instituídos pelo Banco no que se refere à aprovação, registo e monitorização do risco de crédito a clientes, bem como os controlos chave do Banco subjacentes à atempada identificação, registo e correta mensuração das perdas por imparidade.

Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes do Banco relevantes devido à elevada exposição ou definidos através de julgamento profissional do auditor pertencentes ao perímetro de análise individual do Banco, tendo por base os critérios definidos em normativo interno, com o objetivo de: (i) rever as conclusões e resultados obtidos pelo Banco na análise individual de stage e na análise individual de quantificação de imparidade; (ii) obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito e de incumprimento; e (iii) avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas, mensuradas e reconhecidas pelo órgão de gestão. Neste processo, foi também confirmado que o perímetro de análise individual incluía todas as exposições que cumpriam com os critérios definidos pelo Banco na sua metodologia.

Assim, para uma amostra de exposições classificadas em stages 2 e 3, representativa da população de crédito sujeita a análise individual pelo Banco em 31 de dezembro de 2019, os procedimentos que desenvolvemos consistiram em: (i) rever a documentação disponível sobre os processos de crédito; (ii) verificar a adequação dos cash flows (planos financeiros) utilizados para efeitos de determinação de imparidade com os que se encontram refletidos no suporte contratual; (iii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes e confirmar o registo dos mesmos a favor do Banco; (iv) analisar as avaliações dos colaterais que se encontravam disponíveis; (v) examinar os critérios para determinação de aumento significativo do risco de crédito (stage 2) e em situação de imparidade (stage 3), numa base individual; (vi)

international investment bank

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda – abordagem gone.</p> <ul style="list-style-type: none">• Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Banco desenvolveu modelos de análise coletiva para apuramento das perdas esperadas de imparidade, à luz dos requisitos da IFRS 9, nomeadamente a classificação das exposições por diferentes <i>stages</i> consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de reporte (<i>stages</i> 1, 2 ou 3). Estes modelos internos baseiam-se na informação histórica interna de <i>defaults</i> e recuperações. <p>Neste contexto, alterações nos pressupostos ou metodologias utilizadas pelo Banco na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de crédito a clientes, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o <i>timing</i> do seu recebimento e podem ter impacto relevante na determinação do montante de perdas por imparidades reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2019.</p>	<p>analisar os <i>discounted cash flows</i> subjacentes ao cálculo de imparidade; (vi) apreciar a evolução das exposições; e (viii) compreender a visão dos responsáveis do Banco quanto à situação económico-financeira dos clientes, quanto à previsibilidade de <i>cash flows</i> esperados dos respetivos negócios, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos.</p> <p>Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos ao recálculo do montante estimado de imparidade e comparámos os resultados obtidos com os apurados pelo Banco, por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.</p> <p>Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, foram desenvolvidos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo órgão de gestão contemplam todas as variáveis de risco por comparação ao histórico de desempenho e de recuperações da carteira de crédito a clientes do Banco, nomeadamente: (i) revisão da documentação metodológica de desenvolvimento e de validação dos modelos; (ii) revisão e análise crítica dos parâmetros de risco e dos seus resultados; (iii) revisão e testes à segmentação da carteira; (iv) análise à definição de <i>default</i> do Banco e aos critérios aplicados na classificação de <i>staging</i>, em base de amostragem; (v) análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizadas nas recuperações futuras incorporadas no apuramento da <i>Loss Given Default</i> ("LGD") e (vi) recálculo da <i>Expected Credit Loss</i> ("ECL") para a carteira de crédito, com referência a 31 de dezembro de 2019.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o crédito a clientes, bem como as respetivas imparidades, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.</p>
<p>Valorização de imóveis recebidos por recuperação de créditos</p> <p><u>Mensuração e divulgações relacionadas com a valorização de imóveis recebidos por recuperação de créditos apresentadas nas notas 2.2 m) e 20 anexas às demonstrações financeiras do Banco.</u></p>	

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Em 31 de dezembro de 2019, o valor bruto dos imóveis recebidos por recuperação de créditos e incluídos na rubrica de Outros ativos ascende a CVE 131.179 milhares e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a CVE 34.595 milhares.</p> <p>De acordo com as políticas em vigor no Banco, os imóveis são objeto de avaliações periódicas, realizadas por peritos avaliadores registados na Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários ("AGMVM") do Banco de Cabo Verde, que incorporam um conjunto de pressupostos, e que dão origem ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações, líquido de custos de venda, seja inferior ao seu valor contabilístico.</p> <p>Dada a significativa expressão destes ativos no balanço do Banco e tendo em atenção que a respetiva valorização requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão, para efeitos da determinação do montante e do momento de reconhecimento das correspondentes perdas por imparidade, esta constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a apreciação dos controlos-chave instituídos pelo Banco para identificar os imóveis com Indícios de Imparidade, classificados em Outros Ativos, para determinar os correspondentes montantes de perdas por imparidade e para assegurar o correspondente reflexo contabilístico de forma adequada e tempestiva. Os nossos procedimentos incluíram ainda a realização de testes de detalhe.</p> <p>Para a totalidade dos imóveis, foi analisada a sua valorização e, quando aplicável, a respetiva perda por imparidade registada resultante das avaliações elaboradas pelos peritos avaliadores independentes.</p> <p>Esta análise incluiu igualmente a apreciação da razoabilidade da metodologia aplicada e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores na determinação do valor de avaliação dos imóveis selecionados. Sempre que necessário efetuámos reuniões com a Administração para compreensão, entendimento e desafio dos julgamentos e pressupostos adotados na preparação das avaliações.</p> <p>Avallámos a competência, capacidade e a objetividade dos peritos avaliadores contratados pelo Banco, incluindo a confirmação do respetivo registo na AGMVM.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os imóveis recebidos por recuperação de crédito, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.</p>

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente

distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

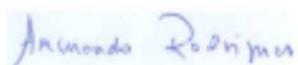
- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

international investment bank

- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

13 de maio de 2020

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
representada por:



Amundo José Carvalho Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado

international investment bank

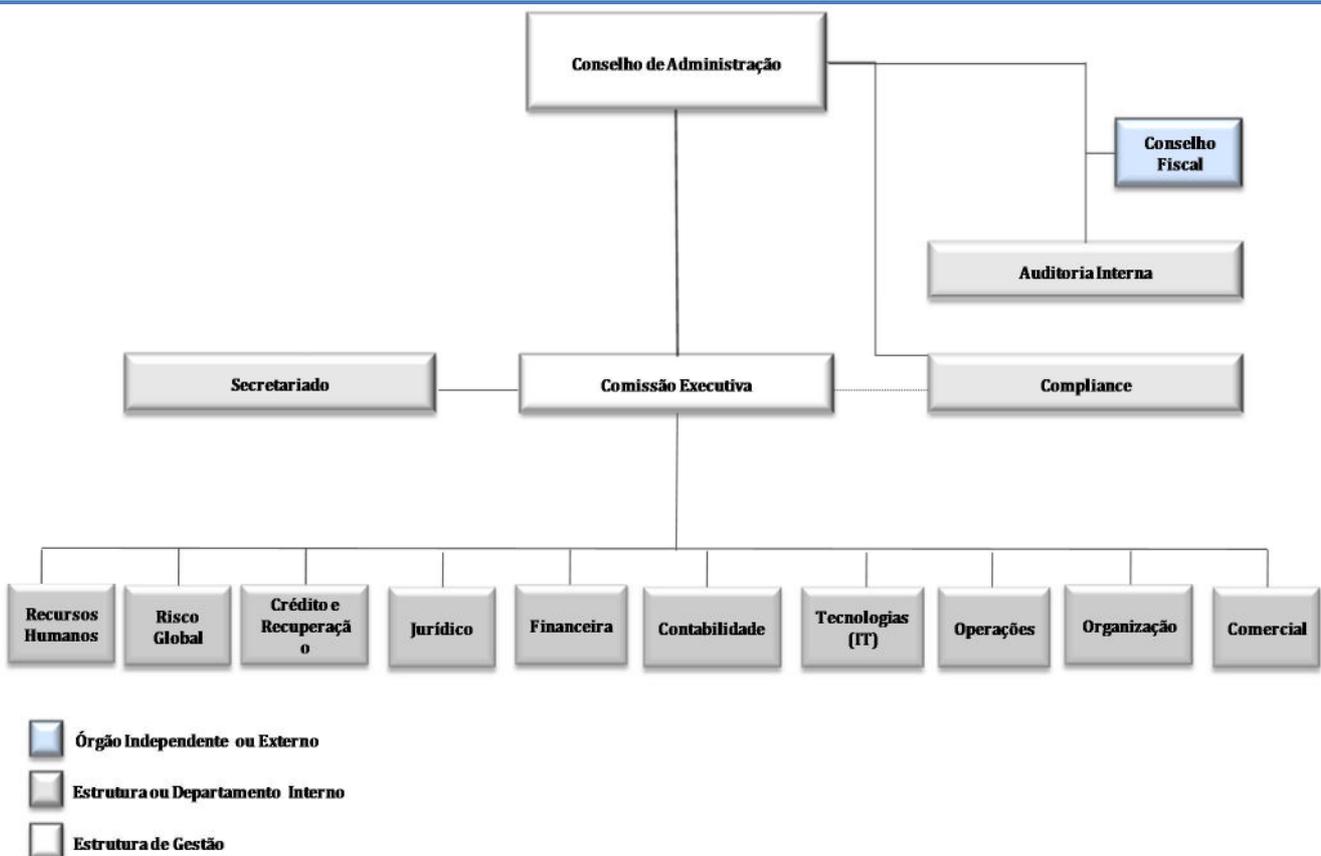
III. Informação sobre o Governo da Sociedade

1. Estrutura Organizacional e Governativa

A estrutura orgânica do Banco é constituída por um Conselho de Administração, formado por cinco administradores efetivos e um suplente, e por uma Comissão Executiva de três Administradores, assessorada por um Sistema de Controlo Interno robusto, composto por três áreas-chave: Risco Global, Compliance e Auditoria Interna, ao que acresce o Conselho Fiscal enquanto fiscalizador das atividades da Instituição.

O Banco está organizado dez grandes áreas, as quais garantem a operacionalidade da instituição e o cumprimento dos princípios que imperam no sistema financeiro, conforme mostra a figura abaixo:

Organigrama 2019



2. Descrição das funções e responsabilidades de cada membro do órgão de administração da instituição

No Banco prevalece o princípio da aplicação de um conjunto de normas que consagram políticas, regras e procedimentos, de forma transversal a todas as unidades que o integram, sem prejuízo das adaptações que em cada caso sejam necessárias, face às especificidades legais ou regulamentares de cada área em causa.

Nesse contexto, estão estabelecidas competências a um conjunto de departamentos do Banco para, no quadro das suas atribuições, promoverem a aplicação transversal no Banco das Normas Internas em vigor ou que venham a ser adotadas, numa lógica de articulação funcional direta com todas as áreas. Nesse âmbito, são criados e/ou atualizados normativos que se entendem aplicáveis para o sistema normativo nacional, sendo todos ratificados em sede da Comissão Executiva do Banco.

A Comissão Executiva tem plenos poderes na gestão diária do Banco, cuja atribuição decorre dos estatutos da Sociedade, competindo-lhe exercer os mais amplos poderes de gestão e representação e praticar todos os atos necessários ou convenientes à prossecução das atividades compreendidas no seu objeto social, sendo, nesse fórum, discutidas e aprovadas as decisões estratégicas de gestão.

A Comissão Executiva tem mandato para constituição de mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecimento.

3. Sistema de Controlo Interno e de Gestão de Riscos

Relativamente à atividade do Sistema de Controlo Interno (SCI), o papel do controlo interno, no geral, foca em organizar e coordenar métodos e medidas que salvaguardem o património e os interesses do Banco, promovendo a eficiência operacional e conferindo fiabilidade às informações contabilísticas e financeiras, a sua sistematização assenta, essencialmente, na atuação de três áreas que compõem a linha de defesa: Risco, Compliance e Auditoria Interna.

Assim, encontra-se em curso a finalização de elaboração das normas e procedimentos para o pleno cumprimento do Aviso nº 4/2017 que estabelece os requisitos a que deverá obedecer os Sistemas de Controlo Interno das Instituições Financeiras, bancárias ou não bancárias, sujeitas a supervisão do Banco de Cabo Verde.

3.1. Risco Global

A unidade de Risco Global, uma das linhas de defesa e de controlo de risco (em conjunto a Auditoria Interna, o Compliance e demais Unidade de Negócios), tem a atribuição de monitorar os riscos que ameaçam as atividades do Banco, desenvolver ferramentas e metodologias de gestão dos mesmos, estabelecer e monitorar os limites e emanar recomendações, com o intuito de reduzir o impacto dos riscos no resultado e no capital do Banco.

A área de Risco Global tem como missão identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos materiais inerentes às atividades do Banco, visando a mitigação dos mesmos, a redução das perdas e a observância dos resultados pretendidos, ajustando-se, sempre que necessário, ao modelo de negócio do Banco. Atua como coadjuvante direto da Administração na definição de políticas de gestão de risco, assegurando o seu cumprimento através do desenvolvimento de metodologias, ferramentas e processos que, em linha com os objetivos de criação de valor, sustentem a assunção, o controlo e a mitigação dos vários riscos da instituição.

Suas principais competências prendem-se com a gestão de todos os riscos inerentes à atividade bancária, a monitorização da evolução do perfil de risco do Banco, definindo políticas e processos de identificação, mensuração e mitigação de cada um deles, em articulação direta com a Administração, permitindo aos decisores ter sempre uma visão global e atual da situação da instituição, ocupando-se ainda do tratamento e reporte de situações sensíveis aos riscos e do seu acompanhamento junto às autoridades.

Acompanha, de forma permanente, a carteira de recursos e de crédito, o que possibilita um maior controlo da liquidez e a identificação atempada dos casos com *triggers* de *default*,

international investment bank

sujeitos à aplicação de imparidade, sendo responsável pelo cálculo do provisionamento dos créditos, de acordo com os parâmetros definidos pela autoridade supervisora, garantindo uma prudente gestão do risco de crédito.

O modelo de Gestão de Riscos do Banco é suportado por políticas, princípios e procedimentos adequados à estrutura organizacional do Banco, que delimitam as decisões de concessão de crédito, definem os limites e apetência ao risco e definem os procedimentos de monitorização, controlo, mensuração e reporte dos riscos materiais.

As políticas, os manuais de procedimentos, as normas e as metodologias de gestão de riscos são documentados e revistos regularmente, permitindo adaptá-los às alterações do mercado e às melhorias introduzidas nos processos de gestão de risco, com prévia aprovação da Gestão.

As atividades de Gestão de Riscos são desempenhadas de forma independente das demais unidades responsáveis pelo controlo e supervisão de riscos, em conformidade com as recomendações do Banco de Cabo Verde (Aviso nº 02/2013) e com as melhores e mais recentes práticas internacionais.

3.2. Compliance

A área de Compliance é responsável pelo controlo e harmonização de atividades e negócios realizados, tendo como missão o apoio ao crescimento das áreas de negócio, fundamental para a sustentabilidade da instituição a longo prazo, de forma a evitar quaisquer prejuízos de ordem financeira e reputacional.

Tendo função independente, permanente e consultiva, a área assume como missão promover o cumprimento das exigências legais, regulamentares, estatutárias, operacionais, tutelares e de conduta que, a cada momento, ao Banco são aplicáveis, no quadro do ambiente de controlo e supervisão institucional definido pelas entidades reguladoras competentes e do normativo legal a que se encontra sujeito, bem como contribuir para o reforço da imagem, credibilidade e confiança públicas, atuando segundo os princípios da máxima integridade, honestidade, diligência, competência, transparência e neutralidade.

O Compliance do iibCV está dotado de uma elevada capacidade de deteção e prevenção de atividades passíveis de constituírem lavagem de capitais e financiamento ao terrorismo, decorrente diretamente do conhecimento de determinados elementos-chave relativos às transações e suas respetivas contrapartes. Deste modo, no que concerne à prevenção e à abordagem baseadas no risco, o Banco tem implementado mecanismos, sujeitos a revisões periódicas, que permitem efetuar uma avaliação prévia e adequada das contrapartes no

international investment bank

início do estabelecimento da relação de negócio, caracterizando-os individualmente, quanto ao nível de risco associado, em termos de exposição de lavagem de capitais e financiamento ao terrorismo.

Face ao crescente protagonismo do combate a esses dois fenómenos, o Banco tem tido um cuidado acrescido na identificação de fragilidades nas áreas de maior exposição, de forma a assegurar a aplicação de métodos adequados de controlo e de mitigação de riscos de transações e de contrapartes, mediante avaliação dos riscos de lavagem de capitais e financiamento do terrorismo intrínsecos às atividades desenvolvidas, com especial atenção ao processo de abertura de contratos, às alterações de titularidade de contrato ou remediação de contrato existente, assegurando a correta identificação dos titulares, representantes e beneficiários efetivos e um rigoroso acompanhamento da transacionalidade do contrato, identificando situações atípicas, tanto preventivamente como por contato com o cliente após deteção da situação.

Recorrendo a ferramentas informáticas, com resultados reconhecidos ao nível do Grupo, como complemento à experiência do seu capital humano, o Banco tem criado e desenvolvido modelos de avaliação que permitem assegurar que um maior escrutínio é aplicado onde este se revela mais necessário. Nessa sequência, em 2019 foi implementada uma nova solução, o módulo ICBA AML, que oferece uma cobertura de *end-to-end* para identificar e relatar transações suspeitas relacionadas à lavagem de capitais e financiamento do terrorismo.

A atualização e formação do pessoal também se tem revelado um instrumento fundamental à correta identificação de potenciais situações com indícios de lavagem de capitais e de financiamento ao terrorismo, sendo igualmente de essencial utilidade para o cumprimento dos deveres legais e regulamentares a que o Banco está sujeito. Complementarmente e para uma adequada e maior especialização da área, no que tange à análise de contrapartes e monitorização de operações suspeitas, o Banco apostou na admissão e formação de uma nova colaboradora para a área.

Sendo o responsável pela observância do Código de Conduta, no que toca ao esclarecimento do seu conteúdo e sua aplicação, a área de Compliance destaca a gestão de reclamações, trabalhando no sentido de reforçar as boas práticas que devem ser asseguradas, no relacionamento com os clientes, pelos membros dos órgãos de administração e pelos colaboradores.

Ao nível da prevenção e deteção de conflitos de interesses e de existência de créditos a partes relacionadas, em conformidade com o Aviso nº 3/2014 do Banco de Cabo Verde, alterada para o Aviso 3/2019 de 14 de Março de 2019 do Banco de Cabo Verde, artigo 16º

(crédito a membros dos órgãos sociais), remeteu-se ao Banco Cabo Verde o relatório anual, referente ao ano de 2018, não tendo sido identificados, pelo órgão supervisor, factos de não-conformidade com a legislação bancária.

Em relação ao projeto FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act) - lei dos Estados Unidos da América (EUA), que tem por objetivo combater a evasão fiscal dos sujeitos passivos norte-americanos não isentos de impostos (designados US Persons), em relação a rendimentos ou outros ganhos de investimentos obtidos fora daquele país, apesar da entrada em vigor, em 2017, do Aviso nº 3/2017, que regulamenta a abertura de contas depósito e define os requisitos a serem cumpridos na classificação dos clientes para efeitos do FATCA, permitindo iniciar, sem limitações, o processo de remediação dos clientes pré-existentes, continua por assinar o Intergovernmental Agreements (IGA) - Modelo 1 entre Cabo Verde e os EUA e aguarda-se, igualmente, a indicação dos modelos de reporte por parte das autoridades.

3.3. Auditoria Interna

No que toca às funções de Auditoria Interna, estas registaram mudanças profundas, uma vez que, até à primeira metade do ano, eram executadas pelo Departamento de Auditoria Interna do Novo Banco (DAI-Novo Banco). Em Maio de 2019, foi instituída a Auditoria Interna local, em cumprimento aos requisitos do sistema de controlo de interno a que o Banco deverá obedecer, conforme estipula o Aviso nº 4/2017 do Banco de Cabo Verde.

A função da Auditoria Interna no processo de gestão de risco é a de fornecer segurança objetiva acerca da eficácia das atividades de gestão de risco da instituição, contribuindo para assegurar que os principais riscos do negócio estão a ser geridos de forma apropriada e que o sistema de controlo funciona eficazmente.

A Auditoria Interna local passa a gerir as atividades e funções relacionadas, mantendo como pressuposto a independência das análises que efetua ao cumprimento das políticas, procedimentos, leis e regulamentos, com vista a avaliar a eficácia e a eficiência dos controlos que mitigam os riscos associados aos processos e transações inerentes à atividade do Banco.

Em suma, a Função Auditoria Interna tem como objetivo assegurar a realização de avaliações autónomas complementares de conformidade das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Negócio, Função Gestão de Risco e Função de Compliance, identificar e reportar deficiências e apoiar as unidades de negócio na identificação de recomendações/planos de ação de correção e oportunidades de melhoria para as atividades de controlo desenvolvidas.

international investment bank

Essas atividades são sistêmicas e planeadas, sendo finalizadas com propostas de correções e recomendações às áreas auditadas e fornecendo informações necessárias à gestão da instituição, acrescentando assim, por via direta e indireta, valor ao objeto definido pelas estratégias do Banco.